

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 20 de Outubro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1089 • Director: Carlos Brito

Carvalhas na Assembleia da República

IMPERIOSO QUE GOVERNO NÃO CONTINUE

Pág. 32

Nota da Comissão Política

PCP insiste nos aumentos intercalares de salários

Pág. 5

Carvalho da Silva ao Avante! Governo não quer dialogar

Pág. 11



A escola em debate



Pág. 19

Naufrágio nas Pescas

• Artigo de Carlos Luís Figueira

Pág. 18

Jornadas Parlamentares do PCP

Págs. 20 e 21



As contas do Estado

Pág. 23



Em Silves, decorreram as jornadas parlamentares do PCP

RESUMO

12
Quarta-feira

O Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP recusa o acordo de concertação social e desloca-se em manifestação até S. Bento ■ O PCP e o PS abandonam a comissão de inquérito ao caso Totta/Banesto, por considerarem intolerável o comportamento do PSD ■ O PSD acusa o PCP de escolher «a desestabilização social e a agitação permanente» ■ A pretensão dos EUA de criar uma «zona de exclusão» no sul do Iraque é encarada com reserva pelos outros membros do Conselho de Segurança da ONU ■ O Governo e o presidente provisório haitiano demitem-se ■ Ieltsin propõe a substituição do governador do banco central russo, e o parlamento anuncia que vai avançar com uma moção de censura ao Governo ■ Explodem cinco viaturas armadas, na Argélia ■ Segundo a imprensa sueca, Lobo Antunes, Miguel Torga e José Saramago são favoritos ao Nobel da Literatura ■ São atribuídos os Prémios Nobel da Física e da Química.

13
Quinta-feira

A Comissão Negocial Sindical da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública e trabalhadores do sector concentram-se em Lisboa, para protestar contra a atitude do Governo ■ Os socialistas rejeitam o repto do PSD para que o PS diga se aceita negociações bilaterais com vista a um acordo para a revisão constitucional ■ O Governo aprova o Orçamento de Estado para 1995 ■ Afílio Araújo diz que «95 pode ser o ano de todos os acontecimentos» ■ Os grupos paramilitares protestantes da Irlanda do Norte anunciam um cessar-fogo ■ O Iraque declara-se pronto a reconhecer a soberania do Kuwait e as suas fronteiras ■ O Prémio Nobel da Literatura é atribuído a Kenzaburo Oe.

14
Sexta-feira

Iniciam-se as jornadas parlamentares do PCP, em Silves, com uma intervenção de Carlos Carvalhas ■ Cavaco Silva, num encontro com Butros-Ghali, aborda a questão de Timor e defende a libertação de Xanana Gusmão ■ Os créditos do Ifadap na Ucal são adquiridos pela Parmalat ■ Em Itália, realiza-se uma greve geral de quatro horas contra a política do Governo ■ O exército israelita toma de assalto um esconderijo do Hamas; morrem cinco pessoas, incluindo o cabo Waxman ■ É assinada em Paris a Convenção Internacional para o Combate à Desertificação ■ Yasser Arafat, Shimon Peres e Yitzhak Rabin são galardoados com o Prémio Nobel da Paz.

15
Sábado

A Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril promove uma «caravana de protesto» que atravessa a ponte sem pagar ■ Nas jornadas parlamentares, o PCP decide que irá apresentar uma

proposta para a «imediata suspensão» do SIS ■ Cavaco Silva reúne-se com a UGT, CIP, CCP e CAP, tentando sem resultado chegar a acordo sobre os rendimentos e preços para 95 ■ Torres Couto põe os seus cargos partidários e o seu lugar de eurodeputado à disposição de António Guterres ■ Jean-Bertrand Aristide regressa ao Haiti ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova uma resolução, exigindo que o Iraque retire o contingente que mantém junto ao Kuwait.

16
Domingo

Carlos Carvalhas, num debate sobre «A Escola - que condições educativas?», afirma que «a responsabilidade pela degradação social cabe ao Governo» ■ Cavaco Silva promete uma redução do IRS para 1995 ■ Sete operários morrem devido a um acidente de trabalho na Central Térmica da EDP, em Praias do Sado ■ Realizam-se na Alemanha as eleições legislativas. Helmut Kohl ganha com uma pequena margem e o PDS elege 27 deputados ■ Realiza-se um referendo na Finlândia em que a maioria decide pela adesão à União Europeia ■ O Governo israelita decide reabrir a Faixa de Gaza, retomar as negociações com a OLP e pressionar a Autoridade Palestiniana para que continue a lutar contra o «terrorismo» ■ O Iraque aceita a resolução da ONU ■ Na Macedónia decorrem as eleições presidenciais e legislativas.

17
Segunda-feira

É entregue na Assembleia da República uma petição para «conter a actividade do SIS nos limites constitucionais» ■ A Resistência Maubere propõe a instalação de uma delegação permanente da ONU em Díli, a libertação de Xanana e a retirada das tropas sob fiscalização internacional ■ É rubricado o tratado de paz entre Israel e a Jordânia ■ Rumores de um novo golpe de Estado no Haiti enfurecem os populares ■ O presidente da Assembleia de Moçambique afirma que o sistema multipartidário resulta de uma imposição externa e que não está consonante com a cultura moçambicana ■ O responsável pela diplomacia russa recusa encontrar-se com Douglas Hurd ■ Na Noruega, uma criança de cinco anos é espancada até à morte alegadamente por três colegas de seis anos.

18
Terça-feira

A Comissão Política do PCP critica o alegado cumprimento pelo Governo da Lei das Finanças Locais em 1995 ■ Mário Soares chega a Varsóvia, onde termina uma série de visitas de Estado a países da Europa central e de leste ■ A Coreia do Norte e os EUA chegam a acordo, em Genebra, sobre um programa de reestruturação do programa nuclear coreano ■ No Cairo, recomeçam as negociações entre a OLP e Israel ■ Isabel II inicia uma visita à Rússia, a primeira de qualquer monarca britânico desde 1917.

Que sessão parlamentar?

Inciou-se ontem a nova sessão anual da Assembleia da República. É a última antes das próximas eleições legislativas. Mas ninguém sabe ao certo quanto tempo vai durar.

Certo é o descrédito da maioria eleita em 1991, que deixou de corresponder, em absoluto, à vontade maioritária do país. Certa, também, a erosão do Governo por ela originado, que se distingue pela arrogância e o autoritarismo, mas não cumpriu as suas principais promessas, designadamente no campo social, e não foi capaz de resolver nenhum dos grandes problemas nacionais, nomeadamente no campo económico.

Maioria e Governo arrastam-se actualmente num processo que privilegia acima de tudo a sua própria sobrevivência e consumação de objectivos estratégicos do grande capital e que sacrifica a essas prioridades os mais altos interesses e os recursos do país.

O Governo vive no pânico de ser demitido, antes das eleições. A maioria vive o pavor de não ser reconduzida com as eleições. Por isso mesmo, o Governo, a maioria e a direcção do PSD, confundem-se numa embrulhada, onde não é possível distinguir fronteiras entre o partido e o Estado, que funciona como uma fortaleza acossada para replicar às críticas e à contestação das oposições e de quaisquer outras entidades políticas e institucionais.

Nesta fortaleza, porém, o Executivo de Cavaco Silva aparece inquestionavelmente como o supremo comando da actividade partidária laranja, incluindo no domínio eleitoral.

É absurdo que esta situação possa prolongar-se ao longo de um ano, por duas razões principais: a primeira, porque não há verdadeira governação do país e os interesses nacionais estão a ser sacrificados às conveniências eleitorais do PSD e à acelerada concretização, enquanto é tempo, de objectivos estratégicos do grande capital; segundo, porque as alavancas do Governo e os dinheiros públicos estão a ser utilizados ao serviço dessas conveniências eleitorais do PSD, o que agrava a violação do princípio da igualdade que o Estado tem a obrigação constitucional de garantir a todas as candidaturas.

Em relação a este último aspecto e independentemente daquilo que ressalta notoriamente da actuação do Governo, o Relatório do Tribunal de Contas relativo à Conta Geral do Estado, do ano eleitoral de 1991, confirma as mais ousadas suspeitas quanto ao abuso e às ilegalidades que o Governo do PSD é capaz de cometer para se beneficiar eleitoralmente, como detalhadamente se esclarece na peça que dedicamos a

esta matéria na presente edição do «Avante!».

É no quadro atrás descrito que têm de ser apreciadas as posições das diferentes forças políticas e avaliada a coerência dos seus actos com a oratória, por vezes, formalmente muito violenta que utilizam.

A questão não se aplica naturalmente ao CDS que ao apresentar a moção de censura, que hoje se discute na Assembleia da República, faz o jogo do Governo, permitindo-lhe a exibição da sua maioria formal (e cediça) e poupando-lhe a apresentação de uma moção de confiança, que sempre poderia ter leituras perversas.

Aliás, o CDS explica no próprio texto da moção que não a apresenta porque deseja que o Governo se vá embora. A razão do CDS é «exigir» «que o Primei-

Maioria e Governo arrastam-se actualmente num processo que privilegia acima de tudo a sua própria sobrevivência e consumação de objectivos estratégicos do grande capital e que sacrifica a essas prioridades os mais altos interesses e os recursos do país.

ro-Ministro e o seu governo respondam ao País na Assembleia da República». O que o CDS deseja, realmente, é que Cavaco não se esqueça dele se formar um novo Governo.

A questão aplica-se por inteiro ao PS, que, ao endurecer as palavras do discurso com que ataca o Governo e ao enfatizar as consequências da sua permanência, legítima que se pergunte se já deixou de pensar que o Governo de Cavaco Silva «deve cumprir o seu mandato até ao fim» ou se já entende que o país só teria a ganhar com a sua demissão imediata.

Este é um ponto capital que o PS tem de esclarecer.

Para o PCP, como Carlos Carvalhas ontem afirmou na abertura dos trabalhos da Assembleia da República, «seja para que as instituições funcionem regularmente, seja para dar resposta aos graves e prementes problemas da hora presente, seja para enfrentar com êxito os exigentes e difíceis desafios que estão coloca-

dos ao País, é imperioso que o Governo do PSD não continue a sua obra de destruição e de desfiguração do regime democrático».

Entretanto, o PCP realizou, nos passados dias 14 e 15 de Outubro, as suas Jornadas Parlamentares que constituíram uma importante preparação para a dura sessão legislativa que está a iniciar-se.

A cabeça das questões em debate encontra-se naturalmente o **Orçamento do Estado**, com a proposta governamental já tornada pública e que, numa primeira leitura, logo se revela, sem surpresa, como movimentando-se entre dois amores: o capital, a quem contempla com largas benesses e incentivos; as conveniências eleitorais do PSD, a quem serve com várias posturas e algumas medidas demagógicas.

Os deputados comunistas definiram, ao mesmo tempo, orientações e aprovaram iniciativas que vão influenciar a agenda dos trabalhos parlamentares, em domínios tão importantes como: os **serviços de informações, a corrupção, a abolição das portagens na Ponte 25 de Abril, a integração de pessoal não docente no quadro das escolas, entre outros.**

O acontecimento que vai marcar, no próximo período, a vida política nacional em todas as instâncias é, no entanto, o fracasso dos planos do Governo e do grande patronato para imporem aos sindicatos e aos trabalhadores o chamado «Acordo Económico e Social».

A resistência firme e a acção de demascaramento e de esclarecimento, em que tiveram papel especialmente destacado a CGTP- Intersindical, todo o movimento sindical unitário e também o PCP, as suas organizações e os seus órgãos de imprensa, é que ditaram o fracasso das manobras governamentais e patronais em torno da concertação social.

É claro que essas manobras vão prosseguir e já se ouvem apelos à UGT para que volte à mesa da «concertação». É claro que o Governo de Cavaco Silva e os grandes patrões vão procurar impor na prática e até por via legislativa o que não conseguiram impor através do «acordo». Isto implica que não seja levantado o estado de alerta, que se desenvolva as lutas em curso e que o descontentamento passe à acção.

Como afirmou Manuel Carvalho da Silva, nas declarações que prestou ao «Avante!»: «No contexto decorrente do fracasso da concertação, estão criadas melhores condições para o desenvolvimento da luta reivindicativa e para a defesa dos direitos dos trabalhadores.»

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cajus Rosa — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Hesla Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A metade do zero

O acto de lançamento dos «estados gerais» do PS insistiu em força na ideia da alternância, o que, pelo seu significado negativo, logo registámos na edição anterior do «Avante!».

Não é, no entanto, de mais voltar ao assunto, pois, ao contrário da defesa da alternativa, que implica a luta por uma profunda mudança de política, a «exigência da alternância» traz consigo a ideia do rotativismo de dois partidos, que coincidem nas opções de fundo e apenas se distinguem nas questões superestruturais e superficiais.

Ora tudo indica que o PS pretende converter-se ainda mais à coincidência com o PSD nas soluções de fundo para tentar reverter-se com ele no exercício da governação.

Foi após o 25 de Novembro, que teóricos de direita de diferentes matizes e alguns da área do PS passaram a enaltecer, em sucessivas campanhas, as virtudes da alternância como o grande exemplo das «democracias anglo-saxónicas» que ajudaria a assegurar a estabilidade da jovem democracia portuguesa.

Segundo eles o funcionamento da alternância exigia a bipolarização em torno dos dois maiores partidos eleitorais - o PS e o

PSD - o que legitimava a secundarização de todos os outros.

É claro que o grande objectivo desta teoria foi (e é) procurar o isolamento e a discriminação do PCP e do movimento operário, de modo a reduzir a resistência ao processo contra-revolucionário e à recuperação capitalista e, depois, ao avanço e à dominação crescente do grande capital na vida económica, social e política do país.

Conhecem-se as distorções antidemocráticas a que esta teoria e a sua prática conduziram, especialmente no domínio da comunicação social.

Portugal tem, também, como se sabe, uma longa e infeliz experiência da alternância, como rotativismo de dois partidos. Ela impediu entre nós durante praticamente toda a segunda metade do século XIX. Teve o seu período áureo entre 1878 e 1890, com o rotativismo de dois partidos monárquicos - o Regenerador e o Progressista. Foi interrompida por três acontecimentos que abalaram profundamente o país - a bancarrota, o Ultimato inglês e o 31 de Janeiro - e que, sendo-lhe imputáveis, ditaram a sua crise definitiva e a queda do próprio regime que visava salvaguardar - a monarquia.

Escrevendo sobre estes acontecimentos de que foi contemporâneo, Guerra Junqueiro tratou implacavelmente o rotativismo. Assim:

«Dois partidos monárquicos ... análogos nas palavras, idênticos nos actos, iguais um ao outro como duas metades do mesmo zero, e não se amalgamando e fundindo, apesar disso, pela razão que alguém deu no Parlamento - de não caberem todos numa vez na mesma sala de jantar.»

A história parece que não se repete, mas dá sinais.

O que precisamos em Portugal não é de uma alternância que iluda a alternativa, «com a moderação indispensável à condução da vida política na Europa moderna», como preconiza o PS.

Essa é a política da metade do zero.

Precisamos é de, através dos dispositivos constitucionais que asseguram a alternância, viabilizarmos uma solução alternativa de política e de poder que resgaste o país dos danos provocados por quase dez anos de cavaquismo e muitos mais de política de direita.

■ Carlos Brito

O catarro da formiga

Em dezenas de momentos e oportunidades, já se tinha percebido que Manuel Monteiro é um demagogo sem escrúpulos, um reaccionário de primeira água e um político que só critica «os políticos» para que não se repare como é, ele próprio, um mestre da mais ostensiva politiquice.

Mas ao vê-lo, no «Jornal de Sábado» do Canal 1, a clamar contra o PCP e a fustigar as «desordens de rua» e sobretudo a desafiar o PCP para abandonar a Assembleia da República e «deixá-la aos democratas», ficámos igualmente a saber não só que já a formiga tem catarro mas também que a este talassa de aviário lhe está a subir à cabeça a generosa promoção mediática que lhe tem sido dada.

A um desafio tão ridículo e estupefante não se pode conferir a honra de uma resposta a sério, mas talvez apenas a inocente e imparcial observação de que, se Manuel Monteiro está tão obcecado com mudanças da AR para fora dela, então não se deveria esquecer que a mais barata é a do Grupo Parlamentar do CDS/PP por, com jeitinho, caber num táxi.

O líder do CDS perdeu, de facto, a noção do ridículo e o sentido das proporções e, nessa espiral, o que fica à vista é que quanto mais finge opor-se ao PSD mais acaba por o superar em arrogância e intollerância reaccionária.

Com efeito, o sujeito não se limita aos absurdos «desafios» para que os deputados comunistas abandonem os lugares que ocupam por força do voto popular. Verdaderamente inebriado pelos dislates jornalísticos que o apresentam a «liderar a oposição» e a «marcar a agenda política», Manuel Monteiro já se deu mesmo ao desplante de divulgar um slogan que diz «CDS/PP - somos a oposição», o que,

além de expressar um entranhado conflito com a realidade e o pluralismo, se aproxima bastante das concepções totalitárias que levam o PSD a apresentar-se como proprietário exclusivo do interesse nacional e de Portugal.

Esteja Manuel Monteiro descansado que, na discussão parlamentar da moção de censura que o CDS apresentou (só porque sabia que não passará, já que, defensor como é da continuação do Governo do PSD até Outubro de 1995, nunca a apresentaria se houvesse alguma hipótese de ela conduzir à queda do Governo), não haverá nenhuma confusão entre o PCP e o CDS.

Pode mesmo ficar a saber que, se o que vai ser votado na AR fosse a oportunidade desta moção de censura pedida pelo PSD, o PCP votaria contra.

Pode também ficar a saber que se, por absurdo institucional, se tratasse de votar uma moção de confiança à política de direita defendida pelo CDS, o PCP votaria contra.

Mas diga Manuel Monteiro o que quiser e digam o que lhes apetece os inteligentíssimos analistas que com ele se deslumbram, a verdade é que no Palácio de S. Bento a única coisa que vai ser objecto de votação é se «a Assembleia da República, nos termos do artº 197 da Constituição, delibera censurar o Governo».

E, nessa altura, o que os deputados comunistas fizerem estará seguramente de acordo e em coerência com o incomparável papel do PCP, na sociedade e nas instituições, no combate ao Governo do PSD e à política de direita.

■ Vítor Dias

O regabofe

Mal seca ainda a tinta da proposta do Orçamento do Estado para 1995 apresentada pelo Governo na Assembleia da República e apenas referidos pela comunicação social alguns dos números mais significativos, um primeiro facto salta imediatamente à vista: a redução de 0,75 por cento nas contribuições das empresas para a Segurança Social, compensada (e excedida...) por um aumento da taxa normal do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) para 17 por cento.

Não surpreende por isso que o IVA, que constitui de longe o mais importante dos impostos indirectos (que são cobrados sobre os bens e serviços) registe na proposta de OE para 1995 um aumento de 18,9 em percentagem relativamente à previsão inicial do OE para 1994. E que

na proposta governamental, a subida dos impostos directos de 5,5 em percentagem em relação à previsão do OE 94, tenha sido largamente excedida pela subida dos impostos indirectos de 11,7 em percentagem também em relação à previsão do OE 94.

Relembre-se ainda que a Segurança Social - realidade erguida pelas contribuições resultantes do trabalho de sucessivas gerações de trabalhadores e que constitui o seu mais importante património social - tem enfrentado nos últimos anos um crescente desequilíbrio financeiro. E que isso é o resultado, pelo lado das receitas, do elevado volume de dívidas de contribuições (que não anda longe das quatro centenas de milhões de contos por parte do patronato, a que é necessário acrescentar mais do dobro desse valor, de dívidas do

próprio Estado, por incumprimento das suas obrigações legais em relação ao financiamento dos regimes não contributivos, reduzidamente contributivos, do complemento social das pensões e da acção social). Isto sem contabilizar o nível elevado de evasão e de fraude contributivas que o Governo com a sua passividade, tem claramente estimulado.

Duas ilações elementares se impõem assim nesta matéria, em relação à «filosofia social» do Governo.

A primeira, a de que o Governo tira aos consumidores (onde se incluem obviamente os trabalhadores) para dar aos patrões.

A segunda a de que não bastava ao Governo deixar sem cobrança as dívidas do patronato à Segurança Social e os res-

pectivos juros. Nem bastava instituir um sistema de «pagamento de dívidas» a prestações, que o insuspeito (na matéria) *Expresso* na sua edição de 1 de Outubro, considerou «convidar ao calote». Nem são suficientes, para o grande patronato, outros mecanismos de transferência de recursos do Estado para as empresas (benefícios fiscais, atribuição de subsídios e de fundos comunitários) e que se elevam já, num cálculo por alto, a várias centenas de milhões de contos por ano.

Fazendo dos apoios do Estado a sua actividade mais lucrativa, o grande patronato quis ainda mais. E Cavaco Silva cumpriu-lhe a vontade.

É o regabofe!

■ Edgar Correia

BRASIL

Eleições ou telenovela?

Com a miséria como cenário, nas favélas e fora delas, a crise económica a arrastar-se e a engendrar o caos social, as eleições no Brasil foram um momento de esperança e desilusão. Tudo valeu e serviu para manter o domínio do aparelho de Estado pela grande burguesia e os grandes grupos financeiros - a utilização dos dinheiros e cargos públicos, a reforma eleitoral, a demagogia, a fraude, as campanhas de desinformação.

Perante a insatisfação popular e o desejo de mudança (Lula, que personificava essa possibilidade, tinha em Junho 42% das intenções de voto) a classe dominante jogou forte: manipulou meios financeiros e estatísticas para semear a ilusão de que o seu candidato, Fernando Henrique Cardoso (então com 17% das intenções de voto), seria o homem da saída da crise económica, da estabilização monetária. Ministro das Finanças, lança em 1 de Julho o Plano Real que abria caminho à redução drástica da inflação (que passou de cerca de 50% ao mês para 2% em Agosto). Para milhões de brasileiros, que entretanto esqueceram o fracasso do Plano Cruzado, foi a luz ao fundo do túnel. Os preços ficaram congelados, o que para os 70 milhões de pobres e os 5,2 milhões que trabalham sem remuneração é um elemento determinante para o seu quotidiano de sobrevivência. Também para os assalariados a descida de 20% dos seus salários, que o Plano acarretou, apareceu como um mal menor em nome duma «nova política» que tornaria a sua vida um pouco melhor.

Estavam assim criadas as condições para Fernando Henrique passar a ser o «verdadeiro» amigo do povo, o candidato «pragmático» contra o «radical». Vestindo a pele de homem de esquerda, que já foi, lança a consigna «O Brasil já não é um país subdesenvolvido, é um país injusto» e propõe-se levá-lo para o «Primeiro Mundo»... Fazendo lembrar a tese do «pelotão da frente» (que por cá também criou ilusões), a demagogia de tal promessa visou esconder a sujeição ao FMI nas negociações da dívida externa do Brasil (a maior dos países do Terceiro Mundo) e que foi ele o grande animador do alargamento e aceleração do processo de privatizações.

Neste quadro, avolumaram-se as dificuldades para a candidatura de Lula. Mas a campanha eleitoral manteve-se dinâmica até ao fim. Iniciada há um ano, com as Caravanas da Cidadania que percorreram o país de lés a lés, acumulou conhecimentos sobre os seus reais problemas, as situações em que vivem as suas gentes, os seus anseios. Não tendo conseguido ultrapassar as medidas demagógicas do poder, tais contactos traduziram-se, contudo, no crescimento eleitoral da generalidade das forças políticas que apoiaram a candidatura de Lula e integraram a Frente Brasil Popular (comunistas, socialistas, verdes, entre outras), ampliando assim a representação democrática e progressista no Congresso. Este facto, a par do resultado alcançado pela candidatura de Lula, 24% (em 89 na 1ª volta teve 16,8%), não deixará de influenciar a vida no Brasil e terá importante significado político para a América Latina.

Estas eleições provam a grande capacidade de manobra do capitalismo, mesmo em crise, e como as imposições do imperialismo jogam para manter países na sua área de influência. Mostram também as potencialidades da cooperação das forças de esquerda que deverá prosseguir em conjugação com o desenvolvimento da luta de massas. O povo brasileiro, passados os primeiros efeitos do Real, verá crescer as dificuldades e a exploração e verificará que, em política, ao contrário das telenovelas, nem tudo é cor-de-rosa.

M.B.

Comunistas transmontanos alertam Governo quer destruir a Casa do Douro

No passado sábado, a Direcção Regional de Trás-os-Montes alertou em conferência de imprensa para o perigo da destruição da Casa do Douro. No encontro com a imprensa, em que participou Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, o PCP acusou o PSD e o seu grupo Parlamentar de quererem liquidar aquela instituição bem como a zona demarcada mais antiga do mundo. O texto refere ainda:

«O debate na Assembleia da República do pedido do Governo de autorização legislativa sobre a Região Demarcada do Douro, o recente conhecimento dos projectos governamentais de diplomas relativos à futura Comissão Interprofissional, Instituto do Vinho do Porto (IVP) e Casa do Douro, tornaram mais claras ainda, as velhas pretensões do Governo de liquidação da Casa do Douro.

Pondo de lado as opiniões expressas consensualmente por todas as associações ligadas aos vitivinicultores, algumas autarquias e, em particular, as opiniões dos órgãos da Casa do Douro, o Governo do PSD e Cavaco Silva, e os seus deputados na Assembleia da República, acobardados e subservientes face à Associação dos Exportadores, e com o beneplácito do IVP, preparam-se para dar o golpe de morte na Casa do Douro e na Região Demarcada mais antiga do mundo.

Não sabemos como havemos de classificar o posicionamento do PSD e do seu Governo, se cinismo, se hipocrisia, se desfaçatez e mentira, porque de tudo isto se compõe.

Cinismo porque faz o jogo da neutralidade e objectividade, quando sabe a desigual força das partes: de um lado a força do grande capital multinacional, do outro, milhares de pequenos e médios viticul-

tadores arruinados pela sua política agrícola, cuja principal força é a Casa do Douro com as suas funções públicas.

Hipocrisia, quando faz de conta que ouviu e ouve, as partes e depois é mouco às palavras dos produtores e faz de amplificador para as vozes arrogantes das Casas Exportadoras.

Desfaçatez e mentira, porque foi mais longe do que alguma vez se supôs no ataque à instituição Casa do Douro, com base numa argumentação falaciosa e falsa. Mantendo aparentemente a Casa do Douro como pessoa colectiva de direito público, esvazia-a totalmente de todas as atribuições e competências que assim a permitiam caracterizar».

Amputar a Casa do Douro

«O que está preto no branco nos projectos do Governo, nas declarações do secretário de Estado da Alimentação (em que transparece a recusa de qualquer alteração face ao debate na Assembleia da República desses projectos), é a amputação das principais funções públicas da Casa do Douro: benefício, cadastro, regularização do mercado, plantio da vinha.

São afastadas ideias e opiniões que a lavoura foi avançando ao

longo deste processo e para as quais o Governo fingia ter abertura.

É completamente afastada a ideia de que a Casa do Douro, apesar da transferência de funções para a Comissão Interprofissional, manteria (por delegação daquela) a competência da sua execução. Transferência pura e simples em 18 meses para os Vinhos Generosos e cinco anos para os Vinhos do Porto VQPRD!

É liquidada a ideia de que o Presidente da Comissão Interprofissional fosse alguém escolhido pelo Governo, de um leque de 3 perso-

sar de menos pessoal, branco é galinha o pô!

É posta de parte a ideia de que a representação do comércio no Conselho Geral da Comissão Interprofissional devia integrar representantes das cooperativas e associações de produtores engarrafadores que comercializam directamente Vinho do Porto, entregando-se assim o monopólio de representação do comércio às Casas Exportadoras. Aliás, coerente com a alteração feita há alguns meses pelo Governo do PSD no Conselho Geral do IVP.

É liquidada a ideia de que a

Corre-se o sério risco de desmantelar a Casa do Douro que já demonstrou a sua importância e indispensabilidade na defesa da vitivinicultura duriense e no funcionamento de todo o ciclo económico do Vinho do Porto.

nalidades indicadas por consenso da lavoura e comércio, ou que, pelo menos, não pudesse ser nomeado quem tivesse oposição expressa de uma das partes. O equilíbrio do organismo interprofissional fica inteiramente dependente da vontade política de quem nomeia o Presidente: o Governo.

É arrumada a ideia de que os trabalhadores da Casa do Douro que se transferirem para o organismo interprofissional mantêm o vínculo à função pública. A condição prévia para a transferência é a cessação do vínculo à Função Pública. Como a Casa do Douro vai ser esvaziada de funções, logo preci-

Casa do Douro mantivesse um conjunto de receitas provenientes das funções que executaria (como delegação da Comissão Interprofissional), tornando-a completamente dependente das quotas dos seus associados, isto é, de acréscidas despesas dos viticultores durienses.

Sublinham-se os dois pesos e duas medidas que presidem às decisões do Governo.

A Comissão Interprofissional passa a «disciplinar a produção dos vinhos generosos» esquecendo-se o Governo da disciplina da comercialização dos mesmos vinhos. Isto é, na produção man-

dam a lavoura e a exportação. No comércio só manda a exportação!

Já para os Vinhos de Pasto VQPRD, a acção disciplinar da Comissão Interprofissional será exercida sobre a produção e a comercialização! Mais palavras para quê?

Por fim, é completamente falaciosa a argumentação do Governo sobre a necessidade de uma nova arquitectura institucional para o Douro, com base na «emergência de conflitos quase endémicos entre interesses» (do preâmbulo do projecto sobre a Casa do Douro). Nem os conflitos têm sido endémicos, nem resultam das funções públicas da Casa do Douro, nem se vê que sejam mais endémicos ou mais graves que muitos outros a que diariamente assistimos.

Fazem parte das sociedades dos nossos dias, de cuja natureza complexa e contraditória decorrem evidentes conflitualidades, que jamais serão sanadas por organismos interprofissionais, mesmo no simples funcionamento dos mercados. Aliás, como o próprio Governo sabe à saciedade, hoje os Comitês Interprofissionais são postos em dúvida ao nível dos órgãos comunitários, na base de que põem em causa precisamente o bom funcionamento do mercado!

E, para cúmulo, corre-se o sério risco de desmantelar o que existe, a Casa do Douro - que já demonstrou a sua importância e indispensabilidade na defesa da vitivinicultura duriense e no funcionamento de todo o ciclo económico do Vinho do Porto -, para criar uma estrutura sobre a qual existem fundadas dúvidas de que venha a funcionar razoavelmente. Basta atentar nas declarações da Associação de Exportadores na Comissão de Agricultura da Assembleia da República, classificando a Comissão Interprofissional como «um conselho de guerra» (sic), no qual iria intervir de forma «não construtiva» (sic).

São reais os perigos de impasso e de vazio institucional sem a precaução de um período experimental ou de qualquer mecanismo de segurança face a um possível bloqueamento do sistema proposto».

Cumplicidade do PS e CDS

«Não pode o PCP, neste momento em que se joga o futuro da Região Demarcada do Douro, os direitos e interesses económicos, sociais e culturais de milhares de viticultores e de toda uma região, deixar de denunciar a cumplicidade activa ou passiva do PS e do CDS face às manobras do PSD.

Não deixaremos de responsabilizar todos aqueles que, pelo silêncio ou pela omissão, ou posições de meias-tintas, facilitem a tarefa ao PSD, de entregar às Casas Exportadoras o direito a autorizar quem pode plantar, quem pode reconverter, quem pode tratar vinho, quem pode vender o produto.

Aos dirigentes e representantes do PSD na região pede-se, pelo menos, o decore de não simularem oposição aos projectos do seu partido.

A farsa, tantas vezes ensaiada, de se estar com o partido do Governo e na oposição aos actos concretos do Governo que prejudicam a região, não poderá passar desta vez, dado o grave atentado que se pretende perpetrar contra o Douro.

O PCP, hoje como ontem, fiel aos interesses dos viticultores, atento às diversas vozes da região que se têm manifestado contra os projectos do Governo, apela a todos os durienses, a todas as forças sociais e políticas regionais, a que unam os seus esforços em defesa do Douro.

Pela nossa parte, tudo faremos para travar e impedir o ruinoso projecto de destruição da Casa do Douro».

CT de Mirandela tem novas instalações

No passado domingo, os comunistas de Mirandela e concelhos limítrofes situados na «Terra Quente», em Trás-os-Montes, inauguraram o seu novo centro de trabalho, situado em pleno centro da cidade, na Rua da República.

No acto de inauguração, durante o qual foi servido um Porto de Honra, usaram da palavra Agostinho Lopes, da Comissão Política, e Fernando Pilão,

responsável pela concelhia de Mirandela, estando também presente António Lopes, membro da Comissão Política.

Realizou-se de seguida um almoço de convívio num restaurante local, que contou com cerca de uma centena de participantes. Na ocasião, interveio José Brinquete, responsável pela Organização de Bragança, que realçou a importância das novas instalações e o gesto do Arqui-

tecto Albino Mendo que as cedeu ao Partido.

Aquele dirigente falou depois das dificuldades do trabalho político na região, salientando contudo que «o Partido conta com militantes e amigos dispostos a lutar mesmo nas condições mais adversas». Anunciando um conjunto de iniciativas inseridas na preparação da Conferência Nacional do Partido, José Brinquete destacou a realização em

Dezembro próximo, da 2ª Assembleia da Organização Regional.

Agostinho Lopes recordou em seguida a luta dos comunistas do Nordeste, referindo os militantes de Mirandela, alguns já falecidos como Joaquim Natal e Gilberto, que deram provas de grande determinação em condições difíceis.

Mais adiante, lembrou a insistência dos comunistas na manutenção das linhas férreas do Tua e do Sabor, em defesa do Complexo do Cachão, das Minas, e na salvaguarda do interesses dos agricultores do Douro.

Na sua intervenção, Agostinho Lopes falou ainda sobre os objectivos da iniciativa «Debates com o País» e a importância da Conferência Nacional do Partido. Por fim, abordou vários aspectos da situação política, com relevo para a concertação social e a luta dos trabalhadores contra a «ruinosa política do actual Governo».



Covilhã Autarca do PSD abusou de poderes

Os comunistas da Covilhã participaram à Inspeção Geral da Finanças irregularidades cometidas pelo presidente da Câmara, Carlos Pinto, na movimentação de um empréstimo no valor de 200 mil contos, contraído, em 1991, à Caixa Geral de Depósitos.

O PCP acusa o autarca do PSD, que esteve à frente da gestão camarária no anterior mandato, de «abusar dos poderes e das autorizações dadas pela Câmara e pela Assembleia Municipal».

Exigindo o apuramento de responsabilidades, o PCP denuncia que «um empréstimo que tinha sido autorizado para obras de investimento» foi usado como um autêntico «saco azul» para «pagar despesas de acordo com estratégias eleitorais do PSD».

Esta actuação terá levado à actual situação financeira que pode «comprometer o futuro» da autarquia hoje gerida pelo PS.

A concelhia do PCP considera que os socialistas não têm sido capazes de «fazer a prometida gestão de mudança que o povo sufragou», mas condenam «a estratégia de provocação e chicana política» do PSD que «quer conduzir a Câmara a uma situação de bloqueio. O PSD já disse que quanto pior, melhor».

Nota da Comissão Política

PCP insiste em aumentos intercalares de salários

A Comissão Política, na sua reunião de segunda-feira, procedeu à análise da situação política e social, centrada na ofensiva do Governo contra os direitos sociais e democráticos, no significado da não assinatura do Acordo Económico e Social, na evolução do processo de revisão constitucional, tendo também procedido a uma primeira apreciação do Orçamento de Estado e do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as autarquias locais. Em conferência de imprensa, realizada terça-feira, foi divulgado o texto das conclusões que publicamos de seguida.

1. A Comissão Política do PCP considera que a confirmação do fracasso das manobras do Governo para impor o "Acordo Económico e Social" é um facto positivo e relevante, indissociável da acção da CGTP-IN e da luta dos trabalhadores, que dá razão às posições repetidamente afirmadas pelo PCP sobre um acordo que, ultrapassando a própria vigência deste Executivo do PSD, traduzia a continuação de uma política de ataque aos salários dos trabalhadores e representava um novo e gravíssimo passo na ofensiva governamental contra os seus interesses, direitos e regalias.

Com efeito, como o PCP alertou, as propostas governamentais, para além de se identificarem com o essencial das reivindicações do grande patronato, tinham como característica fundamental o pretenderem punir com mais dureza os trabalhadores, visando a perda do poder de compra dos salários, desregularizar a contratação colectiva e pôr em risco o sistema de Segurança Social.

O escandaloso propósito de entregar centenas de milhões de contos ao grande capital, sob a forma de incentivos financeiros e benesses fiscais, demonstra não só a natureza de classe do Governo como os seus reais objectivos de continuar a acentuar o injusto desequilíbrio da redistribuição da riqueza nacional.

As tardias e redutoras declarações do PS, centrando a questão em mais ponto menos ponto nos salários, quando também estavam em causa direitos fundamentais dos trabalhadores, não contribuem para denunciar os reais objectivos do Governo do PSD no que se refere a direitos tão importantes como os dos horários dignificados, a estabilidade no emprego e nas carreiras profissionais, e o direito à Segurança Social na sua dimensão universal.

O PCP alerta a opinião pública para os esforços que o Governo continua ainda a fazer no sentido de conseguir a assinatura de um "Acordo Económico e Social" extremamente negativo para os interesses dos trabalhadores. Ao mesmo tempo chama a atenção para que o Primeiro-Ministro, recorrendo à demagogia, ao cinismo e à hipocrisia que lhe são próprias, desenvolve uma vasta operação no sentido de fazer crer que o acordo falhou por pouco, eludindo que os aumentos salariais propostos acentuariam a diminuição dos salários reais e o carácter retrógrado do agravamento da exploração e degradação das condições de vida dos trabalhadores que caracteriza a política e as propostas governamentais expressas no acordo e articuladas com o projecto de revisão constitucional do PSD, quando propõe a eliminação das comissões de trabalhadores e a criação de comissões de concertação de empresa, a restrição do direito à greve, a descaracterização da noção de pleno emprego, a privatização da Segurança Social e da Saúde.

A Comissão Política do PCP saúda a CGTP-IN pela sua firme orientação e intervenção em defesa dos interesses dos trabalhadores e pela apresentação de numerosas propostas efectivamente favoráveis à defesa dos salários, do emprego, dos direitos e do desenvolvimento socioeconómico do país (que o Governo intransigentemente recusou). O PCP sublinha existirem condições para que, através da sua unidade, da dina-

mização da acção reivindicativa e do desenvolvimento da sua luta, os trabalhadores obtenham a satisfação das suas justas reivindicações, que são não apenas grandes imperativos de justiça social mas também um factor essencial para o próprio desenvolvimento do país.

O PCP insiste nas propostas que tem adiantado sobre prestações sociais, designadamente sobre a necessidade do aumento do salário mínimo e de um aumento intercalar de salários que compense a erosão brutal do poder de compra, até oficialmente reconhecido.

2. Em coerência com as tomadas de posição anteriores, a Comissão Política do Comité Central entende que o processo de revisão constitucional é politicamente ilegítimo e inoportuno. Como tal, entende que deve ser prontamente encerrado.

O andamento dos trabalhos da Comissão Eventual de Revisão Constitucional confirma, aliás, que não existe a perspectiva de introdução de melhorias essenciais e que,



Francisco Lopes divulgou, em conferência de imprensa, as conclusões da Comissão Política

pelo contrário, podem ser introduzidas alterações negativas.

Depois das cartas trocadas entre os presidentes dos grupos parlamentares do PS e PSD, o prosseguimento do processo de revisão constitucional só poderá ter um significado: que o PS e o PSD se passaram a entender nos bastidores, à margem da Assembleia da República, para pôr em causa direitos dos trabalhadores e aspectos essenciais do regime democrático.

A Comissão Política apela para que o prosseguimento da luta e vigilância popular travem o processo de revisão e considera o seu pronto encerramento como um inadiável imperativo democrático.

3. Numa primeira apreciação das orientações do Orçamento de Estado para 1995, a Comissão Política chama a atenção para a profunda demagogia de que se revestiram as declarações do Ministro das Finanças no acto da sua apresentação pública.

Designadamente:

- O Governo apresenta o OE como um Orçamento dirigido à promoção do emprego, mas a verdade é que não só as projecções macro-económicas apontam para uma nova redução do emprego e para o aumento do desemprego como o próprio Governo se vê obrigado a aumentar as dotações orçamentais para o subsídio de desemprego.

- O Governo apresenta o OE como um Orçamento dirigido às famílias, mas a verdade é que os escalões do IRS são actualizados a 4%, isto é, a uma taxa inferior ao limite superior da inflação esperada pelo Governo, a taxa nor-

mal do IVA é aumentada e as dotações orçamentais para a saúde ficam abaixo da taxa de inflação, tal como as dotações para a preservação e recuperação do ambiente e para a segurança pública decrescem em termos nominais.

Paralelamente, o OE para 1995 aumenta os benefícios fiscais para aplicações financeiras a que só uma minoria de cidadãos tem acesso ("plano de poupanças em acções") e para as empresas (através da redução das contribuições patronais para a Segurança Social, da criação do "crédito fiscal por investimento, isenções por reforço do capital social, etc.), agravando a injustiça fiscal a que estão sujeitos os rendimentos do trabalho e os menores rendimentos.

Particular denúncia merece o facto de o Governo, ao mesmo tempo que diminui as contribuições patronais para a Segurança Social em 1%, se prepara para agravar a taxa do IVA de 16% para 17%, sobrecarregando todos os cidadãos, nomeadamente as famílias de mais fracos recursos.

Sem prejuízo de uma análise mais aprofundada, e face às orientações de política orçamental já conhecida, a Comissão Política considera que o OE para 1995 é contrário à necessidade de aumento da procura interna com vista à efectiva retoma económica e ao aumento do emprego e conduz ao agravamento da injustiça social.

O Orçamento do Estado para 1995 é um Orçamento contra o emprego, contra os trabalhadores e as suas famílias, contra os reformados e idosos.

Por isso, o OE para 1995 suscita a firme oposição do PCP.

4. A Comissão Política analisou mais particularmente as questões do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as Autarquias Locais. A divulgação do FEF para 1995 e o cumprimento da Lei de Finanças Locais têm sido apresentados como provas de reconhecimento pelo Governo do papel das autarquias e do Poder Local.

A Comissão Política considera oportuno sublinhar que o alegado cumprimento da Lei de Finanças Locais em 1995, após dois anos de descarado desprezo pela legislação em vigor, confirmando a legitimidade e razão da luta dos municípios, não estará dissociado

do calculismo eleitoralista que o Governo revela a um ano de novas eleições legislativas.

A Comissão Política chama a atenção para a necessidade de não se permitir que com esta decisão o Governo passe uma esponja sobre mais de 100 milhões de contos em dívida aos municípios resultantes da não aplicação da lei em 1992 e 1993.

Por outro lado, a Comissão Política salienta que, persistindo na ilegalidade, o Governo aumenta as isenções em matérias de SISA sem proceder à correspondente compensação às autarquias locais, e decreta a redução da taxa de contribuição autárquica, lesando financeiramente os Municípios, em especial os das principais áreas urbanas.

A Comissão Política alerta para a possível tentativa do Governo de criar a ilusão de que as autarquias passarão agora a dispor de meios significativos como argumento adicional para prosseguir na sua política de transferência de novos encargos sem as correspondentes verbas.

A Comissão Política sublinha a importância do cumprimento da Lei de Finanças Locais e reclama que na transferência dos meios financeiros para as autarquias locais não sejam esquecidas as verbas em dívida às autarquias. Reclama também que nenhum município venha a ter um aumento do FEF inferior à taxa de inflação prevista para 1995 - como, aliás, sucede na proposta apresentada pelo Governo para um conjunto de municípios de que são exemplo Lisboa, Porto, Almada, Faro, Amadora - e que sejam inscritas em Orçamento de Estado as verbas necessárias à compensação financeira das isenções decididas pelo Governo em matéria de impostos locais.



Almoço com Álvaro Cunhal

Promovido pela organização da Zona Oriental de Lisboa, decorreu, no passado sábado, um almoço de convívio com a presença de Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP. A iniciativa decorreu no Grupo Sport Chingilho Cruzeirense, no Casalinho da Ajuda, e contou com a participação de numerosos camaradas.

Quadros reúnem em Loures

A Comissão Concelhia de Loures realizou, no passado dia 8, um Encontro de Quadros para analisar a situação social e económica no concelho.

O encontro debateu, entre outras matérias, a política de educação, aprovando uma moção que exige condições adequadas para o funcionamento das escolas preparatória e secundária do concelho e a abertura dos estabelecimentos ainda encerrados.

Os comunistas aprovaram ainda um documento condenando a ofensiva do Governo e patronato contra os direitos sociais, a livre contratação colectiva, a diminuição dos salários e contra os despedimentos. O texto da moção apela ao empenhamento dos militantes comunistas do concelho no combate às pretensões do Governo e sublinha a importância de preparar activamente a Conferência Nacional do PCP sobre a organização junto dos trabalhadores.

Profissionais da Madeira

O organismo dos sectores profissionais do PCP/Madeira reuniu no passado dia 13 para analisar a situação política e social na região concluindo que «o aumento do desemprego e a incapacidade do Governo regional de dinamizar a criação de novos postos de trabalho, a crescente repressão e instabilidade nas empresas e os salários em atraso colocam os trabalhadores na cauda do País e da Europa».

Os comunistas citam os exemplos «dramáticos» dos trabalhadores dos bordados, onde meia centena de operárias enfrentam o desemprego; da hotelaria, com despedimentos na Matur, Hotel Atlantis, Navio Azul, Duas Torres, e outros; construção civil, com destaque para a empresa ERG que caminha para o encerramento colocando no desemprego cerca de 300 trabalhadores.

No final do encontro, o organismo decidiu marcar para a segunda semana de Novembro uma iniciativa para debater a ligação dos comunistas aos locais de trabalho.

Hiper's devem encerrar ao domingo

A comissão concelhia de Coimbra defende em comunicado o encerramento dos hipermercados ao domingo e manifesta aos trabalhadores do comércio e aos pequenos e médios comerciantes do concelho «total apoio à sua luta» por aquele objectivo.

Esta posição surge num momento em que o presidente da Câmara Municipal anunciou a intenção de promover um referendo, atitude que o PCP repudia afirmando que a decisão sobre o funcionamento das grandes superfícies é da competência do Governo.

A concelhia alerta ainda para a gravíssima situação no sector cerâmico onde, desde Janeiro de 1993, foram extintos 1200 postos de trabalho.

Os comunistas de Coimbra exigem, por outro lado, a abertura de um debate público sobre os projectos de alterações da baixa da cidade, saudando os eleitos da CDU na Assembleia Municipal pela proposta aprovada por unanimidade que prevê a realização de sessões públicas com o arquitecto Fernando Távora.

Água é negócio em Fafe

Manifestando estranheza e desacordo com o propósito da CM de Fafe de privatizar a captação e a distribuição de água, a Comissão Concelhia do PCP considera que os objectivos de uma entidade privada «que só busca o lucro» não se coadunam com a defesa do interesse público. Os comunistas receiam igualmente futuros aumentos no preço do precioso líquido, bem como alertam para possíveis ataques aos direitos dos trabalhadores.

O PCP manifesta a sua estranheza pelo facto de a Câmara pretender entregar estes lucrativos serviços a privados, notando que a sua transferência para algumas freguesias tem sido uma boa opção política já que permite uma fonte de financiamento para as suas actividades. Deste modo, a concelhia alerta a população para este futuro «negócio da China», onde «alguns ganham mas o povo de Fafe perde».

2ª Assembleia marcada para Novembro Serviços da ORL reforçam intervenção

Recuperar a organização do Partido nas empresas e reforçar a intervenção dos militantes nas estruturas unitárias é o grande tema da Assembleia do Sector de Serviços da ORL, anunciada para 19 de Novembro

O Sector de Serviços da ORL conta actualmente com perto de 500 militantes espalhados por empresas de escritórios, comércio, hotelaria, turismo, cooperativas de habitação e associações.

«Até 1990 existiam como sectores autónomos e tinham os respectivos organismos de direcção», recordou Maria Virgínia, responsável pelo

quebra de militância, que também se deveu à passagem rápida de muitos funcionários pelo sector», afirma Maria Virgínia. Estes problemas e deficiências foram amplamente debatidos na 1ª Assembleia, realizada em Novembro de 1992, e daí para cá muito se tem feito para contactar militantes e recuperar a sua ligação ao Partido.

Em preparação está agora a 2ª Assembleia, marcada para o próximo dia 19 de Novembro, que visa contribuir para o reforço da organização, prestar contas da acti-

vidade realizada e eleger o organismo de direcção.

Com a assembleia, pretende-se ainda dar um salto na identificação e análise dos principais problemas sociais. «É um trabalho que ainda está muito atrasado», refere Maria

Virgínia, salientando que a realidade social varia muito de sector para sector, embora aspectos como o baixo nível salarial, ausência de contratação, instabilidade no emprego, etc sejam comuns à grande maioria das empresas.

O sector dos Serviços defronta-se ainda com o problema do envelhecimento que, segundo Maria Virgínia, resultou «da quebra da actividade do Partido, da ausência de recrutamento e do desmembramento e encerramento de muitas empresas, onde existiam fortes células do Partido, como é o caso da Guerin, que chegou a ter 1600 trabalhadores, ou mesmo da Tudor pilhas, que foi comprada pelos espanhóis para ser fechada de seguida».

A dificuldade de organizar os militantes nos locais de trabalho é grande e neste momento não existem células nas empresas: «Esse é o grande salto que temos de dar. Precisamos juntar os militantes e analisar a situação nas empresas, divulgar as nossas posições, reforçar e afirmar a presença Partido», considera a responsável pelo sector.

Não obstante, funcionam com regularidade os organismos do comércio, de quadros técnicos, e uma célula de reformados, para além da direcção e do executivo do Sector.

O plenário mensal, que há já três anos se realiza regularmente na terceira quinta-feira de cada mês, foi uma forma encontrada para estimular o contacto dos militantes com o Partido. Também com este objectivo principal, o sector promove ao longo do ano diversas iniciativas de convívio: «Tornou-se já tradicional realizar todos os anos um

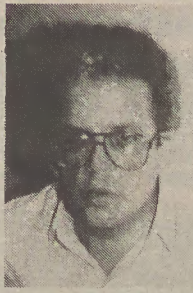
magusto, que consegue reunir mais de meia centena de camaradas. Também organizamos jantares de comemorativos do aniversário do Partido e do 25 de Abril, geralmente muito participados, bem como iniciativas doutro género caso da noite de solidariedade com Cuba, realizada o ano passado no terraço do Vitória, que juntou mais cem camaradas, ou o passeio ao Forte de Peniche, com cerca de 40 pessoas. Para além do convívio, todas as iniciativas têm uma componente política e aproveitamos sempre para recolher fundos.»

Para servir de elo de ligação entre os militantes, o sector edita regularmente, desde a sua 1ª assembleia, um Boletim que tem sabido cumprir o seu papel: «É uma edição bimensal, que exige um esforço financeiro apreciável, que é enviada para casa de todos os militantes», afirma o responsável do grupo redactorial, Hernâni Fernandes. «Tentamos abordar assuntos do quotidiano de interesse geral, problemas específicos das empresas, para além reflectirmos a actividade do Partido e anunciarmos as iniciativas próximas. Os artigos são decididos, discutidos e produzidos pelo colectivo, tal como as fotografias que publicamos.»

De salientar por último que, como reflexo positivo da actividade do sector, têm-se multiplicado as adesões ao Partido, «sobretudo de jovens», sublinha Maria Virgínia, destacando que «o grande desafio é agora o reforço da afirmação do Partido junto do trabalhadores através da acção dos seus militantes nas estruturas unitárias. Temos de reforçar a intervenção com confiança».



Maria Virgínia



Hernâni Fernandes

sector, numa conversa com o «Avante!» em que participou ainda Hernâni Fernandes, membro do organismo de direcção onde responde pela edição do Boletim.

«Com a unificação, perderam-se quadros e houve uma

Assembleia dos ENCV

Com a participação de duas dezenas de camaradas, realizou-se, no passado dia 7 do corrente, em Viana do Castelo, a 5ª Assembleia da Célula dos ENVC, que contou com a presença de Branca de Carvalho, membro do Conselho Nacional do PCP.

A iniciativa inseriu-se na preparação da Conferência Nacional do Partido e foi espaço para a análise dos problemas que se colocam à organização dos trabalhadores, da situação da empresa que desde há três anos é detentora do estatuto de sociedade anónima.

A célula do PCP, apesar de ter reduzido o número dos efectivos, em resultado da diminuição do número de trabalhadores na empresa, por reforma ou cessação de contrato, tem uma grande intervenção política nomeadamente, nas estruturas unitárias e na luta reivindicativa e social.

A Assembleia fez um balanço positivo da actividade, reconhecendo no entanto que subsistem dificuldades na recolha de quotizações e na distribuição do «Avante!».

Em debate estiveram ainda a negociação do Acordo de Empresa, a proliferação dos subempregados, a polivalência e flexibilidade, os baixos

salários e a tentativa de retirada de regalias na empresa.

Foi eleito o novo secretário, com 13 elementos, onde participam todos os responsáveis dos vários núcleos da empresa bem como todos os camaradas ligados aos órgãos dos trabalhadores e ao movimento sindical.

Os presentes decidiram reforçar o recrutamento de novos militantes e promover um sorteio de Natal para realizar fundos de apoio ao trabalho local do Partido.

CAMARADAS FALECIDOS

Artur Amaro

Faleceu recentemente Artur Amaro Pinheiro, que contava 58 anos. Era membro do Partido desde 1978 e militava na Célula dos Trabalhadores do Sindicato CESL.

Cândido Vieira

Faleceu, na passada sexta-feira, dia 14, com 61 anos de idade, Cândido Eugénio Vieira. Era membro do Partido desde 1975, pertencendo à célula na Câmara Municipal de Lisboa. Participou sempre nos serviços centrais das Festas do «Avante!» e estava actualmente organizado na SIP da ORL, onde desempenhava tarefas de decorador.

César Rosa

Faleceu, no passado dia 13, César Jesus Rosa, com 72 anos. Membro do Partido desde 1974, residia em Vale de Milhaços, freguesia de Corroios.

Eugénio Ramos

Faleceu recentemente Eugénio Henrique Ramos, militante desde os tempos da clandestinidade. Era presidente da Assembleia de Freguesia de Campo Grande e membro da direcção da Associação dos Inquilinos Lisbonenses, à qual presidiu durante vários anos. Pertencia ainda ao Conselho Português para a Paz e Cooperação.

José Chibante

Faleceu, no passado dia 5 do corrente mês, José Chibante, militante do Partido desde a clandestinidade. Estava organizado na freguesia do Couço.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Debate da DORP

Soluções para a educação pré-escolar

Por iniciativa da DORP do PCP, realizou-se no Hotel Tuela um colóquio com o tema «Educação Pré-Escolar – que soluções?».

Introduziram o debate Dora Vigário, inspectora pedagógica, e os camaradas António Silva, Ilda Figueiredo, membros do CC, e Isabel Fonseca, educadora de infância e dirigente sindical.

Trata-se de um sector do ensino onde são particularmente visíveis as carências e a desatenção do Governo: a mais baixa taxa de cobertura da União Europeia – cerca de

metade da média comunitária –, reduzidas dotações orçamentais, horários desajustados, falta de cantinas, deficiência na formação das educadoras, sector profissional onde o desemprego tem aumentado assustadoramente (mais de 3 mil desempregados).

No distrito do Porto, a situação é ainda mais preocupante: a uma elevada percentagem de população feminina activa corresponde uma taxa de cobertura inferior à média nacional. Na cidade do Porto existem apenas 4 escolas dependentes do Ministério da

Educação, estando mais 3 a aguardar aprovação, e outras da responsabilidade das autarquias e das IPSS. Neste quadro de lacunas e insuficiências, os Jardins de Infância privados tornaram-se um negócio apetecido, em que se associam altas mensalidades para as famílias e baixos salários para as educadoras.

A educação pré-escolar – obrigatória em vários países europeus – é um factor importante no desenvolvimento integral da criança e favorece o sucesso escolar. Significativamente, o distrito

do Porto tem uma das taxas de repetência mais elevadas do País.

A educação pré-escolar é também uma das conquistas devidas ao 25 de Abril, que criou legislação específica para esta área educativa. Lembrou Isabel Fonseca que Salazar extinguiu o ensino infantil em 1936. A política de sucessivos ministros do PSD tem sido marcadamente economicista e visado desonerar o Estado das suas responsabilidades. As consequências de tal orientação não são mais graves pela dedicação, inte-

resse e persistência de autarcas, educadores e outros responsáveis.

Várias sugestões foram apresentadas no decorrer do animado debate, em que a maioria dos participantes eram educadoras de infância. Foi sublinhada a validade das propostas contidas no projecto de lei apresentado pelo PCP em Junho do corrente ano na Assembleia da República e rejeitado pela maioria do PSD. Foi defendida a possibilidade, tomando algumas medidas de racionalização de meios e recursos, de generalizar a edu-

cação pré-escolar aos 5 anos. Sugeridas também outras soluções, necessariamente diversificadas, que poderão permitir desbloquear situações sempre tendo presente a qualidade da formação.

A extensão da rede pública e a qualidade no apoio prestado é não apenas uma responsabilidade do Estado mas também uma responsabilidade de todos os cidadãos. Como afirmou Dora Vigário, impõe-se desenvolver um movimento de opinião a partir de educadores, pais, autarcas, que sensibilize o País.

Ano Internacional da Família

A designação de 1994 como Ano Internacional da Família e a escolha de Portugal para sede do seu encerramento sugerem-nos algumas considerações que julgamos oportunas.

Não nos vamos embrenhar na procura de uma definição ético-sociológica de Família nem analisar esse conceito como figura jurídico-institucional abstracta. Iremos, sim, falar das 715 mil famílias residentes no Distrito de Lisboa, certos de que todos nos entenderemos sobre aquilo de que falamos.

Importa, antes de tudo, lembrar o que sobre tal matéria está consagrado na Constituição da República Portuguesa: «A Família, como elemento fundamental da sociedade tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros.» (Art.º 67.º).

E nessas 715 mil famílias que se integram os 76 mil desempregados, que procuram emprego e os 8 mil jovens à espera do primeiro emprego (inscritos nos Centros de Emprego); são elas que congregam os 300 mil reformados e pensionistas que recebem pensões entre os 18 600\$00 e os 26 200\$00; são ainda dessas famílias os 6 mil trabalhadores que sobrevivem com salários em atraso.

São a maioria esmagadora destas que representam a família concreta do Distrito de Lisboa, que encara o futuro com redobrada preocupação. O projecto do Governo, expresso nas suas propostas para o que chama de Acordo Social e Económico não deixa dúvidas quanto às suas pretensões: redução dos salários reais, subversão do direito à Segurança Social, retira-

da dos direitos aos trabalhadores, agravamento da discriminação social e económica da mulher, maior dificuldade de acesso aos jovens aos graus superiores de ensino, imposição de elevados custos para os serviços de saúde. É esta a participação do Governo no Ano Internacional da Família, com uma política que, em brutal confrontação com a Constituição, transforma «protecção e realização pessoal da família e seus membros» em degradação continuada das suas condições de vida, em instabilidade económica e social, em insegurança quanto ao futuro que se perspectiva.

No Ano Internacional da Família é isto que tem de ser dito e desenvolvido; é perante esta situação que tem de ser afirmado que uma nova política pode e tem de ser implementada.

A iniciativa que a DORP do Partido Comunista Português levará a efeito no próximo dia 29 de Outubro – debate sobre «A Família Hoje e a Necessidade de uma Nova Política» – constituirá uma valiosa oportunidade para o aprofundar de tão preocupante temática. A clarificação da situação real em que vivemos, a exposição e debate de novas linhas de rumo, uma participação activa e determinada deixarão bem traçada, é nossa convicção, a certeza de que há uma política alternativa à política desastrosa do Governo PSD/Cavaco Silva e de que é urgente a sua concretização. A família dignifica-se, a família fortalece-se com uma política democrática, de consequências positivas e justas nos planos económico, social e cultural.

■ António Areosa Feio

Inauguração apressada esquece sinais no IP3

Inaugurado em 19 de Setembro, na presença do ministro das Obras Públicas, sem que as autarquias tenham sido convidadas, o troço do IP3 entre a Figueira da Foz e Santa Olaia está a levantar problemas quer de traçado quer de segurança, fruto da sua apressada abertura.

Em comunicado, a Comissão de Freguesia do PCP realça o grande interesse da estrada que nascendo da Figueira da Foz passará por Coimbra, Penacova, Viseu, Lamego e Vila Real,

e terá uma extensão de 370 quilómetros.

No entanto, não deixa de chamar a atenção aspectos graves que afectam a população da freguesia. Nomeadamente, o PCP informa que todas as pessoas que viram dificultado o acesso aos seus terrenos ou que simplesmente ficaram com eles cortados devem apresentar as suas reclamações na Junta de Freguesia e exigirem a sua correcção ou compensação.

A má sinalização também

preocupa os comunistas, em particular a ausência nos locais apropriados de sinais de proibição de circulação de tractores, velocípedes e carroças.

Por fim, a comissão de freguesia receia que, com o Inverno, «os perfis longitudinais possam desabar com as chuvas. Também as massas de água deslocadas do IP3 ou interrompidas pelos trabalhos deste podem vir a prejudicar a conservação das estradas secundárias, nomeadamente a que liga Carritos a Fontela».

PCP condena privatizações em Esposende

A privatização do serviço de jardinagem e a pretensão de privatizar os serviços municipalizados de água e saneamento de Esposende é repudiada pela Comissão Concelhia de Esposende do PCP, que condena a transformação daquelas actividades «num negócio, subordinado a critério de lucros, com prejuízo para os interesses das populações».

«Perante o abandono, por parte da Câmara, do papel que lhe cabe e deveria continuar a caber é justo perguntar para que servem os impostos, derramas,

contribuições autárquicas que os municípios pagam todos os anos», interroga a concelhia do PCP.

Os comunistas, por outro lado, dizem que é «chocante» a situação do meio ambiente e acusam a Câmara de maioria PSD de «passividade» face à poluição continuada do Rio Cávado, onde morrem este ano milhares de peixes, bem como à degradação de outros cursos de água que são utilizados como autênticos esgotos.

O PCP denuncia ainda a destruição da Área Protegida e lamenta que o gabinete da

APPLE não funcione há mais de um ano apesar de legalmente estar obrigado a reunir pelo menos uma vez em cada trimestre.

A Concelhia de Esposende anuncia para 18 de Novembro a realização da sua 4ª Assembleia que irá definir medidas de reforço do partido no concelho.

Também para Novembro, no dia 25, está marcado um debate subordinado ao tema «defender a Constituição, salvaguardar os direitos dos trabalhadores» que conta com a participação de José Manuel Mendes.

Madeira corta verbas à Acção Social Escolar

O Governo Regional da Madeira decidiu reduzir drasticamente verbas destinadas este ano à Acção Social Escolar, o que para o PCP/Madeira é mais uma medida que vem retirar credibilidade aos discursos palavrosos de «apoio à Educação» e «melhoria das condições de ensino» tantas vezes enunciados pelos secretários regionais da Educação e pelo presidente do Governo.

As consequências reais desta decisão atingem particularmente as famílias de menores recursos e, segundo indicam os comunistas madeirenses, está

a provocar a revolta e o descontentamento de pais e alunos.

Para melhor ilustrar, o PCP/Madeira cita o exemplo real de um aluno do escalão A que passa a ter de pagar 75 por cento do passe, enquanto até agora recebia o valor daquele por inteiro. O mesmo acontece com os restantes subsídios para livros ou refeições.

Simultaneamente, o Governo regional continua a gastar milhões de contos em subsídios supérfluos como é o caso dos do futebol que já absorveu cerca de um milhão de contos.

Escolas do Seixal na penúria

Apesar das promessas de construção de uma nova escola no concelho e de renovação das existentes, o concelho do Seixal continua à espera e a cada ano lectivo agravam-se os problemas que já são crónicos.

Em comunicado distribuído, a Concelhia do PCP afirma que para além das instalações degradadas, há falta de equipamentos didácticos, a que se somam as insuficiências orçamentais que obrigam muitas vezes os alunos a pagar do seu próprio bolso matérias indispensáveis ao funcionamento

das actividades lectivas, caso de acetatos, diapositivos, cassetes, fotocópias, entre outros. «Na maioria das escolas só o giz e as fotocópias dos testes não são pagos», denunciam os comunistas.

Esta situação foi este ano levada ao extremo com as medidas da ministra que provocaram o despedimento de milhares de trabalhadores não docentes das escolas. Em consequência, muitos estabelecimentos do concelho estão semiabertos, onde «os alunos vão tendo ou não aulas e os serviços ora estão ora não estão a funcionar».

JCP na frente da luta pela Educação

A Direcção da Organização Regional do Algarve da Juventude Comunista Portuguesa, a propósito do início do ano lectivo, decidiu editar um documento que está a ser distribuído aos estudantes algarvios, onde se alerta para «a desastrosa situação do ensino em Portugal, mais especificamente no Algarve», salientando-se que depois de o PSD contar 15 anos com a responsabilidade governamental na área, «só com uma nova política e um novo Governo se pode alterar o rumo da educação».

No referido documento acusa-se o Governo de estar a impor a Reforma Educativa sem que existam «recursos indispensáveis para a implantação das novas disciplinas».

«Há sobrelotação dos espaços e deficiências na articulação dos programas», diz a JCP, que refere ainda a falta de condições para o apoio pedagógico exigido.

Um modelo de avaliação, «pensado para resolver administrativamente o insucesso escolar e limitar o número de estudantes que chegam ao Ensino Superior» é outras das acusações feitas, dizendo-se mesmo que «o Governo quer ter números para apresentar em Bruxelas, mas só até ao nono ano. Daí para a frente cria todos os obstáculos que consegue

para filtrar os alunos que chegam às Universidades».

Daí terem ficado, este ano, 33 mil estudantes fora do Ensino Superior, exigindo a Direcção da Organização Regional da JCP no Algarve a criação de mais vagas no Ensino Superior Público e a revogação, a médio prazo, do sistema de *numerus clausus*.

A estrutura dos jovens comunistas condena também o diploma governamental que modifica a gestão escolar pois reduz a participação dos estudantes e passando a sua eleição a ser feita indirectamente, por escolha da Associação de Estudantes.

O peso das notas dos exames e provas globais no 12.º Ano, em contraste com a propagandada avaliação contínua e a afirmação da ministra da Educação de que só quatro escolas no país têm problemas são igualmente pontos criticados no documento da Juventude Comunista Portuguesa no Algarve.



Situação grave em Sintra

Também a JCP do concelho de Sintra emitiu um comunicado sobre a situação do

ensino na região, nomeadamente a falta de pessoal auxiliar e a sobrelotação de escolas como as de Albarraque, C+S António Sérgio e C+S de Algueirão.

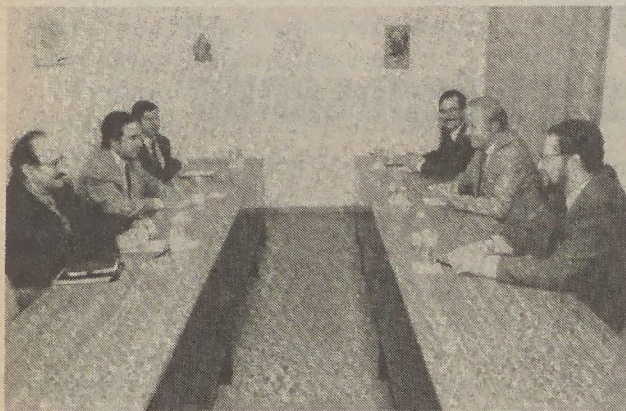
A JCP de Sintra critica também o pelouro da educação da Câmara por escapar às suas responsabilidades em áreas como o ensino básico, segurança e transportes escolares.

Encontro PCP-UDP

Uma delegação da UDP foi recebida terça-feira no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, por uma delegação do PCP composta pelo Secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, pelo membro da Comissão Política, Edgar Correia, e pelo membro do Conselho Nacional, José Neto.

A delegação da UDP era composta pelo deputado Mário Tomé e pelos dirigentes daquele partido, Carlos Marques e Luís Fazenda.

No encontro foram discutidos diversos aspectos da vida política e social do país.



Governo atrasa ETAR

Devido a «atrasos incompreensíveis» da parte do Ministério do Ambiente, no envio do pedido de contribuição ao Instrumento Financeiro de Coesão/Fundo de Coesão, para garantia de que a ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) de S. João da Talha seja objecto de financiamento, não foi ainda adjudicada a construção da mesma. A Câmara Municipal de Loures teve conhecimento de que o pedido de financiamento, cujo montante ascende a 85% de um total de 1,4 milhões de contos, foi enviado apenas em finais de Maio deste ano.

A Câmara considera este atraso «inquietante», na medida em que «já se verifica uma demora significativa na elaboração do parecer sobre as propostas ao Concurso Público Internacional daquela ETAR, atraso ininteligível na medida em que um representante do Ministério participou activamente nos trabalhos da Comissão de Apreciação».

Reconhecendo a indispensável colaboração da Administração Central na execução de projectos, o executivo municipal alerta, em mensagem enviada à Ministra do Ambiente e Recursos Naturais, que esta situação «não poderá verificar-se com a ETAR de Frielas, sob pena de tornar inviável o desenvolvimento adequado da obra, o que (...) importa evitar, por forma a garantir a qualidade de vida dos nossos munícipes e o êxito do Projecto Nacional da EXPO 98».

CDU analisa qualidade de vida em Oeiras

Em conferência de Imprensa, a vereação da CDU na Câmara Municipal de Oeiras analisou o «Ambiente e Qualidade de Vida no Concelho», começando por assinalar que, um ano depois das denúncias feitas pela CDU durante a campanha eleitoral, que «a situação ambiental do Município de Oeiras continua a ser muito grave».

Afirma a vereação CDU que «o aspecto mais preocupante desta situação tem que ver com o depósito dos resíduos sólidos. A CMO investiu cerca de meio milhão de contos no Aterro Sanitário de Laveiras, (incluindo a comparticipação da Comunidade Europeia) e este ainda não está a funcionar apesar de concluído há aproximadamente um ano!»

E acrescenta:

«Não restam mais dúvidas de que se tratou de uma péssima opção, de todos os pontos de vista que a mesma seja encarada: localização (numa área densamente povoada, o que mereceu o repúdio enérgico da população), características geológicas dos terrenos, proximidade de uma pedreira em plena laboração e reduzido tempo útil de utilização (entre 3 a 5 anos). Constituiu uma levandade do Presidente da Câmara e da maioria PSD comprometer avultados recursos financeiros sem que esti-

vessem previamente reunidos um conjunto de requisitos indispensáveis ao funcionamento do Aterro».

A questão do Estoril

Outro problema levantado pela vereação da CDU na Câmara de Oeiras prende-se com o Sistema de Saneamento Básico da Costa do Estoril. Só agora entrou em funcionamento a 1.ª fase do Sistema, «não se sabendo ainda exactamente quando se irá iniciar a 2.ª fase desta obra imprescindível para a recuperação ambiental do

estuário do Tejo e dos Municípios ribeirinhos.

A vereação CDU recorda que «na Sessão de Câmara realizada em 6 de Abril passado, a CDU apresentou uma recomendação, vivamente rejeitada pelo Sr. presidente da Câmara, que preconizava a reabertura deste processo, dado que os Municípios de Sintra e da Amadora não haviam subscrito o Protocolo de Constituição da SANEST (Empresa de Saneamento da Costa do Estoril, constituída pelos Municípios de Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra, o Banco de Fomento Exterior e a EPAL), e que, em consequência, a CMO se vinculasse às seguintes posições:

a) «Limitação dos fins da SANEST à exploração do Sistema e responsabilização do Governo pelo integral cumprimento dos compromissos financeiros decorrentes da 1.ª fase da obra e dos encargos resultantes da 2.ª fase;

b) «Salvaguarda de mecanismos que assegurem, no âmbito da SANEST, uma efectiva capacidade decisória dos Municípios em matérias consideradas fundamentais (tarifas, investimentos, distribuição de lucros, etc.);

c) «Correspondência entre o serviço prestado pelo Sistema e o pagamento a satisfazer pelos utilizadores».

Moita quer combater delinquência urbana

Na sua última reunião, a Câmara Municipal da Moita decidiu candidatar-se à «Iniciativa Europeia de Prevenção da Delinquência Urbana e de Reinserção Social de ex-Deliquentes» da responsabilidade da Comissão de Segurança Social das Comunidades Europeias.

O projecto a apresentar a esta comissão europeia visa a organização dos usos dos «espaços vivos» no Vale da Amoreira, freguesia onde ocorrem diversos problemas sociais relacionados com o desemprego, desenraizamento cultural e inexistência de actividades de ocupação dos tempos livres.

De entre os objectivos específicos do projecto da Câmara, destacam-se o envolvimento das estruturas locais (associações, autoridades, escolas, etc.) na prevenção da delinquência e a dinamização de grupos de jovens que tomem

a seu cargo a gestão dos espaços e equipamentos colectivos de âmbito desportivo, social e cultural existentes e a criar.

Nesta reunião, foi igualmente aprovado o projecto da primeira fase dos arranjos exteriores da zona C; no Vale da Amoreira.

A obra faz parte de um projecto global de enquadramento paisagístico desta zona habitacional que irá ser executado em quatro fases, abrangendo uma área de 18 000 m².

Nesta primeira fase, vão ser construídos novos locais para estacionamento, uma zona infantil e, uma fonte-bebedouro, devidamente enquadrados por novas árvores e um relvado onde serão colocados bancos de jardim.

Os trabalhos, a iniciar brevemente, vão ser executados pelos serviços camarários e avalliam-se em 2500 contos.

Protesto na Ponte 25 de Abril Caravana passa sem pagar para exigir diálogo com Governo

A «caravana de unidade e protesto» reuniu centenas de veículos que partiram domingo, à hora prevista, 16 horas, de Palhais, Barreiro, na caravana de protesto contra o aumento das portagens que atravessou a Ponte 25 de Abril sem pagar. A iniciativa pertenceu à Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril que a convocou como forma de obrigar o Governo ao diálogo - o que esperam há mais de três meses - marcando a data-limite de resposta até ao dia de hoje, 20 de Outubro.

Num comunicado distribuído à população, a Associação de Utentes faz um balanço ao último mês da sua luta, demonstrando que «protestar vale a pena», e anunciando que a partir hoje, caso o diálogo com o Governo não seja aberto, passa a considerar «legitimadas acções mais duras, claramente inseridas no direito de resistência».

Os deputados João Amaral e José Manuel Maia, do PCP, Armando Vara, do PS, Mário Tomé, da UDP e ainda outras personalidades como Daniel Branco, presidente da Junta Metropolitana de Lisboa e da Câmara de Vila Franca de Xira, foram alguns dos participantes.

A abrir a caravana organizada, pela Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril, estiveram dezenas de motociclistas, seguidos por carros da organização.

Muitos dos automóveis exibiram autocolantes contra a portagem e balões coloridos enquanto muitos automobilistas buzinaavam, lembrando o chamado «buzinão», forma de protesto com que, em Junho e Setembro, as populações da Margem Sul contestaram os aumentos das portagens.

por parte da Brigada de Trânsito, que afirmou durante o dia que os carros da organização «devem ser seguidos em quaisquer circunstâncias».

Também o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ferreira do Amaral, garantiu que os automobilistas que passassem a portagem sem pagar seriam multados.



Dirigentes, deputados e autarcas do PCP, entre outros de outros partidos, participaram na iniciativa

Solidariedade

O deputado comunista João Amaral, antes de partir, disse aos órgãos de comunicação social estar naquela caravana por «solidariedade» e manifestou-se confiante em que a luta dos utentes vai «levar à abolição das portagens».

Ao comentar as afirmações do ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, de que os participantes da caravana iam cometer uma ilegalidade, João Amaral disse: «As pessoas têm o direito de protestar contra o que é injusto.»

À partida para a ponte, a Associação de Utentes alertou os participantes contra as tentativas de desmobilização

Polícia a ver

De facto, ao longo do percurso, entre Palhais e a ponte, foram colocados agentes da



A indignação da população da Margem Sul faz prever a intensificação da luta

Brigada de Trânsito da GNR em pontos estratégicos,

nomeadamente junto à portagem de Coia e nos viadutos que passam sobre a auto-estrada. Também em Palhais, encontravam-se também alguns elementos dessa força policial.

A ver passar a caravana em cima da Ponte do Pragal, em Almada, estavam agentes do Corpo de Intervenção da PSP.

Também centenas de populares quiseram ver passar a caravana contra a portagem ao longo do caminho, saudando com acenos e fazendo o «V» de vitória com dois dedos.

Junto à Ponte do Pragal, a caravana foi recebida com palmas por muitas pessoas que ali se concentraram.

Sob o olhar de dezenas de agentes da Brigada de Trânsito, os veículos começaram a passar a Ponte 25 de Abril sem pagar portagem.

Muitos dos carros da caravana buzinaavam à chegada à ponte e continuaram a fazê-lo quando avançaram para o tabuleiro, onde a marcha se

passou a fazer a baixa velocidade.

Depois, alguns automobilistas, que integraram a caravana de protesto contra o pagamento da portagem na Ponte 25 de Abril, começaram a fazer pequenos bloqueios do trânsito a algumas centenas de metros depois de terminar o tabuleiro.

Os automobilistas paravam durante algum tempo, iniciando depois uma marcha muito lenta o que provocou um grande congestionamento do trânsito no tabuleiro.

Após passarem a ponte, os participantes na acção de protesto dirigiram-se à Praça de Espanha, seguindo depois em direcção à «baixa» lisboeta.

Ao longo de todo esse percurso, diversos agentes da PSP estiveram colocados em posição de vigilância.

«ANDA, PACHEGO!»

No actual panorama mediático nacional, de que emergem uns poucos «faz tudo», que se multiplicam em artigos, comentários e prestações audiovisuais, J. Pacheco Pereira (JPP) tem o mérito do mais prolixo dos «comentadores políticos» da nossa praça.

Alguns «técnica de ideias gerais», certa originalidade, o «know how» da palavra escrita e do «talk-show», o «empurrãozinho» conveniente de quem decide e os argumentos do «vil metal» fazem do «analista» JPP não apenas sujeito/fazedor privilegiado da mistificação mediática da realidade, mas também produto de «factos políticos», ele próprio objecto da «política-espectáculo».

Mas JPP não é apenas o comentador prolífero e o «one man show» duns quantos media de dois ou três grupos económicos em competição pelos emolumentos da bipolarização artificial da nossa vida política, é também, pormenor já agora a reter, um dos mais altos responsáveis do partido do Governo, da sua direcção, do seu grupo parlamentar e mesmo da olímpica «task force» da reflexão estratégica cavaquista.

A administração da dupla qualidade de dirigente do PSD e comentarista-espectáculo é um dos aspectos mais cuidados da gestão de imagem de JPP. O recurso a silêncios cíclicos e deixados adivinhar sobre «questões menores» da governação, o ensaio de «distanciamentos» do cavaquismo, a encenação ao pormenor das intervenções parlamentares mais «bombásticas» e sempre sobre «assuntos de Estado» e a preservação a todo o custo da lógica envolvente e «independente» das suas «análises» de «comentador» são os instrumentos dilectos do seu protagonismo.

Mas a verdade é que, no almirantado do Cavaquismo, JPP ganhou e exerce o pelouro da «ideologia», da «sopa ecléctica» de doutrinas e lugares-comuns com que se amassa a praxis PSD. Compete-lhe a «justificação no plano das ideias» das mais aberrantes tropelias do Governo, compete-lhe vestir e despir, trocar, dar e vender conceitos, razões e princípios ao sabor da tática e dos objectivos perseguidos pelo PSD em cada momento.

Não é uma tarefa fácil, justiça lhe seja feita, e não há gestão de imagem, criatividade ou «objectividade analítica» que lhe resista por muito tempo.

Primeiro exemplo - as posições de JPP face à luta dos utentes da ponte. Após o bloqueio de 24 de Junho, a preocupação do Governo era adoçar o seu recuo, JPP, com traços de lucidez, explicava então os problemas sociais envolventes, procurando evitar o afrontamento do PSD com os utentes. Depois, quando o Governo passou a apostar numa vitória em 1 de Setembro, JPP achou por bem calar-se, tal a improbabilidade de semelhante desenvolvimento. Finalmente, perante as grandes lutas de meados de Setembro, o desespero e novos recuos governamentais, eis JPP à desfilada, em unísono com o seu partido, zurzindo a comunicação social e rebuscando os seus arquétipos maóistas para «justificar» a intimidação, provocação e repressão das «minorias» que agem em «violação da ordem pública».

Segundo exemplo - evolução das intervenções de JPP relativamente à chamada «moção de censura». Na A.R. coube-lhe o papel de trazer o conflito da ponte para o terreno que mais convinha ao PSD, manobrou e provocou as oposições para que oferecessem ao Governo uma «moção de censura», entalou o PS na chicana e conseguiu que o CDS fizesse o frete ao PSD em busca de galarim e negócios futuros. Depois, no desenvolvimento da estratégia aferida com Cavaco Silva, dramatizou drasticamente a «guerrilha institucional» e fez constar uma suposta cabala entre o Presidente da República e o CDS, visando apoucar ainda mais os eventuais efeitos eleitorais negativos para o PSD da referida moção.

E os exemplos poderiam multiplicar-se para que melhor se visse o papel que cabe a JPP em toda a actual estratégia cavaquista. No vazo controleirista da comunicação social, no ataque insano ao Presidente da República, na defesa da indefensável actividade do SIS, na reles provocação PIDE/KGB, na sanha anticomunista, etc., etc.

Neste preciso momento, em que ao PSD e ao caudilhismo cavaquista sobram dificuldades, descontentamento e lutas populares, correligionários, como JPP, mesmo que não incondicionais, farão certamente Cavaco Silva exultar - «anda, Pacheco!».

Convém tomar nota. O PSD, mais cedo que tarde, pagará o preço da sua desgraçada política; então será justo endereçar devidamente todas as facturas.

Carlos Gonçalves



A caravana era liderada pelos motociclistas

Acção nacional de 7 a 11 de Novembro Sindicatos vão dinamizar lutas nas empresas, regiões e sectores

Administração pública, calçado, Torralta, Telecom, Rodoviária, químicos e farmacêuticos e seguros desenvolvem ou preparam acções

Reunido na semana passada em Lisboa, o plenário nacional de sindicatos da CGTP decidiu «dinamizar uma intensa acção de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, a partir dos locais de trabalho» e manifestar «solida-

riedade e apoio» às lutas reivindicativas em curso (a resolução político-sindical aprovada no plenário cita as lutas na Rodoviária Nacional, administração pública, enfermeiros, comunicações e telecomunicações, ferro-

viários, indústria química, Cimi-
anto, bancários).

O órgão máximo, entre congressos, da central decidiu ainda levar a cabo, na semana de 7 a 11 de Novembro, uma **acção nacional de protesto e luta**, «em torno das reivindicações específicas de cada empresa, sector e região, com expressão global assente nas reivindicações da CGTP-IN, em defesa do emprego e no combate aos despedimentos, pela melhoria dos salários, pela defesa dos direitos dos trabalhadores e melhoria da protecção social, afirmando o direito a uma vida melhor».

A CGTP considera «preocupante» a situação económica e social do País e reafirma que continuará a combater «políticas que pretende fazer os trabalhadores pagar uma crise que, em grande medida, foi agravada e aprofundada pelas erradas opções do Governo». Para a Intersindical Nacional, «a falta de respostas para os problemas dos trabalhadores e a degradação da situação económica e social são a razão primeira do agravamento da instabilidade de conflitualidade social».

Os sindicalistas reunidos dia 12 no Teatro Villaret repudiaram «as práticas repressivas e intimidatórias do Governo contra legítimas manifestações de protesto», referindo os casos recentes da intervenção policial na Ponte 25

de Abril e na Rod. viária do Sul do Tejo, bem como a «instrumentalização do SIS por parte do Governo». A entrada do local onde decorria o plenário esteve uma carrinha com um contingente policial, o que levou a direcção da CGTP a protestar junto do ministro da Administração Interna e do Presidente da República.

Se, de qualquer forma, o objectivo de quem para ali enviou a polícia era intimidar os participantes no plenário, pode-se dizer que o tiro saiu pela culatra: no final do plenário, centenas de sindicalistas deslocaram-se em manifestação até São Bento, para fazerem ouvir a sua voz junto da residência do primeiro-ministro.

Administração pública

Centenas de sindicalistas e trabalhadores da administração central e local participaram na manifestação promovida sexta-feira na *baixa* lisboeta pelas estruturas que subscrevem a plataforma reivindicativa para a administração pública. Marcada por fortes críticas à política do Governo para o sector, esta acção teve por objectivo exigir a abertura de negociações para a actualização dos salários e restantes condições de trabalho para o próximo ano, a par de uma revisão salarial intercalar que compense a perda de poder de compra registada em 1994.

Os sindicatos insistem em sublinhar que foi o próprio primeiro-ministro quem se comprometeu a decretar aumentos salariais intercalares se se registasse a retoma económica que agora Cavaco Silva semeia nos seus discursos.

Concentrando-se inicialmente na Praça da Figueira, os manifestantes desfilaram depois até ao Ministério das Finanças, no Terreiro do Paço, onde cortaram por momentos o trânsito. A comissão negociadora sindical exige uma reunião urgente com o secretário de Estado do Orçamento, para obter respostas às reivindicações dos trabalhadores.

Acções de rua do pessoal da administração pública decorre-

reclamações. O pessoal da RST exige aumentos salariais justos que «são facilmente suportáveis pela empresa», como se afirma numa nota de imprensa do sindicato.

Para ontem foi convocada uma concentração nacional de representantes dos trabalhadores do **sector químico e farmacêutico** no Largo de Camões, em Lisboa. Com esta iniciativa, seguida de deslocação ao Ministério da Indústria e à residência do primeiro-ministro, a Fequifa pretendeu expressar o protesto dos sindicatos e das comissões de trabalhadores pela «dramática» situação económica e social que se vive no sector, exigindo «medidas de emergência que ponham



Depois do plenário nacional de dia 12, os sindicalistas desfilaram até São Bento



Os trabalhadores do Estado recusam nova diminuição do poder de compra

ram igualmente no Porto e noutras localidades.

Outras lutas

Trabalhadores da **Torralta**, acompanhados de familiares, deslocaram-se segunda-feira à residência do primeiro-ministro, onde entregaram 1500 postais apelando a que seja finalmente aprovada a proposta de viabilização da empresa, na assembleia de credores marcada para o próximo dia 25.

A concentração de dia 7 frente à administração da **Portugal Telecom** foi uma primeira acção de protesto público, apenas limitada à comissão negociadora sindical, mas que teve pleno êxito pelo contacto que permitiu com os utentes das telecomunicações e com a comunicação social. A CNS exige ser recebida pelo presidente da administração da PT, recusando a actual situação de «boicote negocial» na elaboração do primeiro acordo de empresa após a fusão das empresas do sector. «Outras formas de luta serão anunciadas oportuna e brevemente» se Todo Bom não receber brevemente os sindicatos - afirma-se num comunicado da CNS.

A comissão negociadora sindical da **Rodoviária do Sul do Tejo**, cumprindo a decisão do plenário de trabalhadores de dias 11 e 12, foi anteontem à tarde ao Ministério dos Transportes. A CNS - revelou o sindicato dos Rodoviários do Sul - era portadora de dois pré-avisos de greve, que seriam entregues caso o ministro Ferreira do Amaral não respondesse positivamente às

termo à destruição criminosa do aparelho produtivo, ao desemprego brutal e à degradação das condições sociais - afirma a federação numa nota à comunicação social.

Amanhã vão estar em greve os trabalhadores do sector de **calçado, malas, componentes, luvas e afins** de todos os distritos, à excepção de Aveiro e Coimbra (que recusam, no período de 19 a 31 de Outubro, trabalhar para além das 40 horas semanais). Citando afirmações dos próprios industriais, que referem um aumento de 20 por cento nas exportações no ano em curso, os sindicatos reivindicam aumentos salariais da ordem dos 15 por cento. Nos dois anos de vigência da convenção reguladora do trabalho no sector, refere uma nota da federação dos Têxteis, Vestuário e Calçado, houve uma inflação de cerca de 6 por cento e aumentos da produtividade, enquanto o patronato «continua a apostar em salários miseráveis, insiste na flexibilização dos horários de trabalho e recusa-se a aceitar as 40 horas semanais».

A acção sindical e medidas a empreender face à actual situação da negociação da contratação colectiva vão ser debatidas sábado, no Porto, no congresso extraordinário do sindicato dos **Seguros do Norte**, que acusa «certas áreas patronais» do sector de manterem uma «posição premeditada de bloqueamento das revisões salariais». A convocatória do congresso inclui ainda na ordem de trabalhos a análise de outras matérias da contratação e da situação actual no sector, a par das dificuldades da Saúde e Segurança Social e das implicações da concertação social.

«Só assim é que eles cedem!»

Em greve desde dia 6, pelos aumentos salariais que já deviam vigorar desde Maio, os trabalhadores da Cimianto têm presente o sucesso de combates anteriores

As cerca de 300 pessoas que actualmente trabalham para a Cimianto deveriam ter visto os seus salários revistos em Maio passado. No entanto, decorrido o normal processo de negociação com os sindicatos e depois de falhada a conciliação no Ministério do Emprego, a administração da empresa de fibrocimentos de Alhandra continua a recusar-se a aplicar qualquer aumento, não respeitando sequer as suas próprias promessas de proceder a uma actualização salarial em Setembro.

Face a esta situação, o sindicato dos Cerâmicos, Cimentos e Similares avançou com a marcação de uma greve que teve início no dia 6 de Outubro, com elevada adesão. Os operários voltaram a paralisar nos dias 7, 10, 13, 14 e 17. As posições da administração nas reuniões com os representantes dos trabalhadores, que não indicavam qualquer alteração substancial, levaram a que fosse apresentado pré-aviso de greve para toda esta semana.

Um forte sentimento de indignação marcava as palavras dos trabalhadores que contactámos sexta-feira, à porta da empresa. É que, contrastando com as dificuldades económicas alegadas para recusar o aumento de salários, a administração mostra *mãos largas* na aquisição e distribuição de viaturas, não evidenciando qualquer preocupação pelas dezenas de milhares de contos de prejuízos em material de fabrico deficiente que continua amontoado na fábrica.

Em pouco mais de uma dezena de anos, o número de

trabalhadores foi reduzido a menos de metade, mas não houve qualquer modernização da produção. Há 4 anos, a Eternit francesa (um dos maiores grupos internacionais dos fibrocimentos) adquiriu 60 por cento do capital da Cimianto e agora faz das instalações de Alhandra um simples entreposto para a venda de muito material importado.

Os trabalhadores mostravam-se dispostos a prosseguir a greve até conquistarem aumentos salariais justos. E recordam que, embora nos últimos dois anos a tabela salarial tenha sido revista sem recurso a formas de luta, na história recente da empresa contam-se várias greves, duas das quais chegaram aos 14 dias (em 1981-82 e 1985-86). «E conseguimos!» - recorda Joaquim Aldeia, que há mais de 40 anos trabalha na Cimianto. «Está visto que só pela luta é que eles lá vão» - conclui, em jeito de comentário às posições da administração.



Trabalhadores em greve posaram com gosto para a nossa reportagem à entrada da fábrica

HOTELARIA DE MAL A PIOR

Continua a tendência de despedimentos de efectivos, que são substituídos por trabalhadores com vínculo precário e, em geral, sem qualificação adequada - afirma a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal, que analisou a situação no sector. Notou também a ocorrência de tentativas de retirada de direitos, de impedimento de actividades sindicais, de chantagem salarial, de discriminação salarial aos militantes sindicais, situações de salários em atraso e recusa de aumentos salariais. Num comunicado à imprensa, a Feshot critica ainda a indiferença governamental e patronal face aos problemas sociais e a liberalização e desregulação da actividade económica no sector.

EDP - SETÚBAL

«A CGTP-IN lamenta profundamente a morte dos sete trabalhadores que no domingo foram vítimas do acidente de trabalho na Central Termoeléctrica de Setúbal», declara a central num comunicado à imprensa. A Intersindical considera escandaloso que continuem a ocorrer acidentes mortais de operários que prestam serviço em «empresas que fazem empreitadas ou outras formas de trabalho precário», o que é ainda mais grave neste caso, pois a EDP proclama-se «como sendo uma empresa com alto grau de segurança».

DISPENSADOS

A fábrica de ascensores DSR dispensou cinco trabalhadores sem qualquer compromisso passado por escrito. Este despedimento teve origem numa proposta patronal de reestruturação que reduz para metade as indemnizações previstas pela lei. A empresa quer ainda declarar a rescisão com a data de 30 de Agosto, e não com a de 30 de Setembro, a verdadeira. A partir de Janeiro de 91, começaram a surgir os problemas de gestão com falta de pagamento pontual e falta de matéria-prima, apesar de haver encomendas - recorda um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte.

LUZOSTELA

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte chama a atenção, numa nota à comunicação social, para a tentativa de afastamento de 15 pessoas dos seus postos de trabalho na Luzostela, apesar das promessas da administração de reintegrá-los após seis meses. O processo de recuperação da empresa, aprovado com 122 trabalhadores, teve uma redução imediata para 113. O Sindicato dos Químicos admite que «todos os postos de trabalho estão seriamente ameaçados a curto prazo, com a complacência do Ministério do Emprego» e exige o respeito dos compromissos assumidos em assembleia de credores.

DO MATADOURO PARA A ESCOLA

Funcionários dos matadouros do IROMA, colocados no regime dos disponíveis, estão a ser requisitados pelo Ministério da Educação para prestar serviço auxiliar em escolas do Algarve, denunciou o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores. Em declarações à Lusa, um dirigente sindical citou o exemplo de um funcionário de 64 anos, que prestou serviço no matadouro de Lagos e que agora foi chamado para ser colocado numa escola local. No conjunto, disse, são entre 80 a 100 funcionários do IROMA, requisitados pelo Ministério da Educação, com vista a suprir as necessidades de pessoal auxiliar das escolas algarvias.

Este e outros assuntos foram a razão da concentração, sexta-feira à tarde, de uma delegação da assembleia de delegados sindicais do Algarve junto às instalações da Direcção Regional de Educação, em Faro.

BANCÁRIOS

Aumentos salariais de quatro por cento, retroactivos a 1 de Julho, foram acordados sexta-feira pelos sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas e do Centro com a associação patronal - revelou a agência Lusa citando fonte sindical. O acordo prevê um aumento de 11,6 por cento no subsídio de refeição, que passa de 1010 escudos para 1125. As diuturnidades vão ser aumentadas para 5210 escudos. De acordo com a mesma fonte, os aumentos conseguidos integram um pacote que prevê que os reformados passem a descontar 0,25 por cento para os serviços de assistência médica e social dos bancários e que os novos bancários contribuam para o fundo de pensões.

POLÍCIAS DO NORTE

Aumentos de oito a dez por cento para 1995 foram exigidos dia 14 pelos delegados associativos e dirigentes da ASPP/PSP da região Norte, disse à Lusa fonte da organização. Os aumentos salariais reivindicados visam «repor a perda do poder de compra dos dois últimos anos e permitir a concretização do subsídio de risco». Os delegados e dirigentes reuniram-se no Porto, tendo aprovado uma resolução em que repudiam a decisão do Conselho Superior de Justiça e Disciplina de dar parecer favorável à aposentação compulsiva do presidente da associação. A aposentação compulsiva de José Carreira «decorre do seu empenhamento, na qualidade de dirigente associativo, na defesa dos interesses dos profissionais da PSP, dos quais é legítimo e legal representante».

Os dirigentes da ASPP exigiram que o ministro Dias Loureiro arquivasse os processos disciplinares contra José Carreira, Maria Goreti e Alberto Torres.

Manuel Carvalho da Silva comenta fracasso da concertação

«O Governo não tem uma postura dialogante e muito menos negocial»

Em depoimento ao «Avante!», o coordenador da CGTP-IN fala sobre as consequências da não assinatura do acordo económico e social.

Respondendo por escrito e de Bragança (onde se deslocou segunda e terça-feira para participar em iniciativas do 24º aniversário da central) às três questões que lhe colocámos, Manuel Carvalho da Silva sublinha que «estão criadas melhores condições para o desenvolvimento da luta reivindicativa e para a defesa dos direitos dos trabalhadores».

Avante! - Não foi assinado o acordo económico e social em que Cavaco Silva tanto se empenhou desde Junho. Sendo uma derrota clara do Governo, em que medida é este resultado uma vitória dos trabalhadores, uma vez que apenas as empre-

encontrarão pela frente a resistência dos trabalhadores na luta pelas suas próprias reivindicações, sejam elas a nível de empresa, sector ou região, sejam aquelas que estão assumidas pela CGTP-IN em termos globais.

No contexto decorrente do fracasso da concertação estão criadas melhores

E bom frisar que o Governo não tem uma postura dialogante e muito menos negocial. O diálogo social não se mede pelo número de reuniões realizadas, mas sim pelo conteúdo das negociações, ou seja, pela discussão efectiva das matérias em causa, considerando com seriedade as posições das partes.

Ora, o Governo, no seio da concertação, fugiu sempre à discussão concreta das propostas e reivindicações apresentadas pela CGTP-IN, nomeadamente sobre a tomada de medidas imediatas nas empresas em dificuldades que constavam de um extenso levantamento recolhido pelas estruturas sectoriais e regionais da CGTP-IN.

Em que ponto se encontra hoje, na generalidade, a revisão da contratação colectiva para o próximo ano? Conhecidos os objectivos do Governo, do patronato e da UGT (expressos nas negociações e que, certamente, não serão abandonados com o fiasco do acordo), que desenvolvimentos são de esperar nos próximos meses?

Neste momento, encontram-se bloqueados 85 processos de contratação colectiva, em virtude da intransigência negocial do patronato e do Governo.

Relativamente às negociações a desenvolver no próximo ano, 80 por cento dos processos de contratação estão a ser preparados e discutidos com os trabalhadores, desenvolvendo-se simultaneamente vários processos reivindicativos a nível das empresas.

A CGTP-IN mantém a exigência de que os salários têm de ser actualizados tomando em consideração a inflação, os aumentos de produtividade e a aproximação à média comunitária, sem prescindir da recuperação do poder de compra perdido este ano.

É, assim, previsível uma grande movimentação dos trabalhadores em torno da contratação colectiva, pela melhoria dos salários e pela defesa dos direitos contratuais.

O Plenário de Sindicatos da CGTP-IN que se realizou no passado dia 12 de Outubro definiu um conjunto de orientações para a acção reivindicativa e marcou, para a semana de 7 a 11 de Novembro, uma acção nacional de protesto e luta que irá, seguramente, dinamizar, ampliar e aprofundar a luta reivindicativa em defesa do emprego e contra os despedimentos, pela melhoria dos salários, pela defesa dos direitos sociais e laborais dos trabalhadores, afirmando o direito a uma vida melhor.



sas continuam a ter garantido, sem acordo, aquilo que lhes seria concedido caso houvesse acordo?

Carvalho da Silva - A não assinatura do acordo representa o fracasso dos objectivos colocados pelo Governo e o patronato em sede de concertação. Ficou, assim, inviabilizada a estratégia do Governo de comprometer e cor-responsabilizar os sindicatos no prosseguimento das políticas anti-sociais.

Não se consumaram, a este nível, as pretensões do patronato e os objectivos do Governo que visavam, designadamente, a moderação salarial, a maior precarização do emprego, a liquidação de postos de trabalho na Administração Pública, a flexibilização e desregulamentação da legislação laboral, a liberdade de negociação colectiva, a subversão de princípios fundamentais da Segurança Social - o que constitui um importante resultado para os trabalhadores.

É óbvio que o Governo e o patronato procurarão concretizar na prática os objectivos prosseguidos, sem sucesso, na concertação. Só que, neste quadro,

condições para o desenvolvimento da luta reivindicativa e para a defesa dos direitos dos trabalhadores. A capacidade de mobilização e de luta dos trabalhadores vai ser, como sempre, o factor determinante para travar a ofensiva do patronato e do Governo e para se conseguir melhores salários, defender o emprego e combater os despedimentos, garantir os direitos laborais e sociais.

Neste processo, gaba-se o primeiro-ministro, o Governo promoveu dezenas de reuniões com os parceiros sociais e «até com a CGTP». É lícito concluir que há mais dificuldades em dialogar com a CGTP do que com os outros parceiros?

As dificuldades de diálogo do Governo com a CGTP-IN manifestam-se na exacta medida em que a CGTP-IN se assume na defesa intransigente dos direitos e interesses dos trabalhadores, e o Governo se distancia dessas posições porque prossegue uma política de carácter marcadamente anti-social e antilaboral.

Para discutir o trabalho com e para os jovens

Encontro Autarquias e Juventude

Decorreu no passado sábado, em Évora, no palácio D. Manuel, o Encontro Autarquias e Juventude, promovido pelo PCP, que reuniu mais de duas centenas e meia de participantes, entre eleitos com responsabilidades na área da juventude, jovens eleitos, técnicos de juventude nas autarquias, quadros do Partido com responsabilidades nas áreas autárquicas e da juventude e membros da direcção da JCP. Usaram da palavra os membros da Comissão Política do CC do PCP, Francisco Lopes e Luís Sá, tendo este último proferido a intervenção de encerramento.

A actividade desenvolvida pelos comunistas, designadamente em autarquias de maioria CDU, «constitui um importante meio de relacionamento com largas centenas de jovens em muitos municípios». A realização deste Encontro «no primeiro ano de um novo mandato e num período caracterizado por significativas alterações na situação e posicionamento de importantes sectores da juventude reveste-se de particular importância para a avaliação do trabalho desenvolvido e para o aprofundamento das orientações para o desenvolvimento do trabalho», assinalou-se nesta iniciativa, acrescentando-se:

- Uma ocupação saudável;
- A oferta de serviços e informações úteis às suas actividades lectivas; lúdicas e profissionais;
- O desenvolvimento da sua criticidade e espírito de iniciativa;
- O gosto pelo trabalho em grupo e a realização colectiva;
- A elevação da sua consciência face à vida local e à sociedade em geral;
- A aproximação a valores democráticos e progressistas como a paz, solidariedade e justiça social;
- O fortalecimento do movimento e acção juvenil;
- A resolução, no âmbito das suas competências, dos principais problemas da juventude;
- A sua integração e participação na vida comunitária local.

Organização e meios de intervenção autárquica

Em relação à organização e meios de intervenção autárquica, considerou-se que «se tem revelado vantajosa a existência de meios e serviços para uma intervenção específica, com expressão ao nível da atribuição de responsabili-

dade ao nível político (criação do pelouro sob responsabilidade de um vereador) e da estrutura funcional dos serviços (Divisões ou Gabinetes dotados de pessoal técnico adequado)».

Quanto à contribuição para o fortalecimento e dinamização do movimento juvenil, «que deve constituir uma preocupação essencial do trabalho das autarquias com a juventude, exige simultaneamen-



Luís Sá

te a avaliação em cada concelho da expressão concreta que assume, quer o movimento juvenil local, quer a participação e acção organizada de jovens no movimento associativo e popular.»

Quanto ao relacionamento com o Governo e a Administração Central, foi considerado que «a oferta de serviços e de programas de acção por parte destes organismos às autarquias exige uma ponderação crítica e uma cuidada triagem de modo a reduzir ou neutralizar os objectivos demagógicos do Governo e aproveitar no interesse da autarquia e dos jovens, nos casos em que se justifique, os diversos meios disponíveis.»

Outro tema em debate apontava «o reconhecido mérito da acção dos eleitos comunistas nas autarquias e o alargamento da influência do Partido (e da JCP) na juventude». E interrogava-se:

«Em que medida o trabalho desenvolvido pelos nossos eleitos nas autarquias, reconhecida e angariador de alargado prestígio na população juvenil, tem correspondência no alargamento da influência política do Partido junto dela? Em que medida a acção desenvolvida traduz uma elevação da consciência cívica, cultural e política dos jovens?»

E respondia-se:

«Estas são, sem dúvida, as questões mais suscitadas nas discussões destinadas a uma apreciação e avaliação à nossa intervenção. A importância e complexidade que ela assume e envolve, as dificuldades de uma resposta simples e linear que a resolva justificam uma nova e permanente reflexão.» Neste quadro, esta é sem dúvida uma questão que não admite simplificações. A solução não se encontrará provavelmente na acção deste ou daquele elemento individualmente tomado. Mais provavelmente será na conjugação e na coordenação da acção de vários elementos que se poderá vencer as insatisfações sentidas quanto a esta questão», afirmou-se ainda no Encontro.

As intervenções finais

Francisco Lopes, membro da Comissão Política do CC do PCP, usou da palavra para oito aspectos que considerou importantes para o debate.

1.º, sublinhando que «a nossa intervenção a partir das autarquias junto da juventude não é neutra, nem pode ser casuística, tem grandes objectivos a alcançar».

2.º, apontando «a necessidade de cada município e freguesia, terem uma política e um plano de trabalho com a juventude para o mandato com a devida expressão em planos anuais e estruturas para a sua concretização».

O 3.º aspecto preocupava-se com «a consideração que a contribuição para o fortalecimento e dinamização do movimento e acção juvenil deve constituir uma preocupação essencial do trabalho das autarquias com a juventude».

O 4.º recordava que «as autarquias CDU têm riquíssimo património de acção com a juventude, expresso na actividade corrente e nas semanas da juventude, cujo conteúdo e formas é importante que o nosso encontro discuta e sistematize de modo a definir orientações para a actividade futura».

O 5.º aspecto surgia com a interrogação sobre o papel de muitos jovens eleitos nas listas da CDU nas últimas eleições, enquanto o 6.º aspecto colocava co-

mo «questão determinante» a «avaliação do contributo que o nosso trabalho autárquico com a juventude tem dado para o alargamento da influência do Partido e da JCP na juventude e para a elevação da consciência social e política dos jovens».

Finalmente, Francisco Lopes alertava que «Mas autarquias em que estamos em minoria, o posicionamento e objectivos das outras



Francisco Lopes

forças políticas exigem uma análise particularizada que importa também trazer a este encontro» e apelava para a reflexão e o melhor acompanhamento destas matérias.

Luís Sá encerrou os trabalhos com uma intervenção onde começou por destacar «o trabalho autárquico diversificado, tanto em meios como em experiências,

desenvolvido pelos comunistas e a CDU» tendo como «propósito geral uma grande atenção com a juventude», realçando «a participação e a reivindicação como elemento democratizador e dinamizador da gestão e das iniciativas».

O dirigente do PCP rejeitou, igualmente, que «o Governo se enfeite com as realizações, ao mesmo tempo que impõe encargos às autarquias», destacando, entre vários exemplos ilustrativos desta política, o recente anúncio feito por Cavaco Silva da construção de 100 pavilhões gimnodesportivos, onde as autarquias pagariam 20% da sua construção, além dos custos com a gestão, os funcionários e a manutenção.

Mais adiante, Luís Sá realçou «a atenção que deve ser dada ao associativismo juvenil, sem, contudo, prejudicar o contacto directo entre eleitos jovens». Na apreciação do trabalho realizado nesta área, assinalou a sua diversificação e criatividade, com soluções diversas e caminhos diferentes consoante se está em maioria ou minoria, em pequenas câmaras ou, até, simples freguesias.

Luís Sá denunciou ainda a asfíxia financeira deliberadamente prosseguida pelo Governo e «o eleitoralismo com que pretende ganhar as eleições legislativas de 1995 instrumentalizando os poderes públicos».

As questões em debate

Eis, em resumo, as questões que estiveram em debate no Encontro Autarquias e Juventude:

- Objectivos do trabalho das autarquias junto da juventude. A necessidade de um trabalho específico ou integrado e coordenado.
- Organização e meios de intervenção autárquica (pelouros de juventude, serviços de juventude e uma coordenação com a actividade noutras áreas do município).
- Relacionamento com o movimento associativo juvenil e o contributo para o seu fortalecimento. A iniciativa própria da autarquia e o apoio às iniciativas juvenis.
- Estruturas concelhias ou de freguesia, de participação juvenil (conselhos, comissões municipais de juventude, etc.).
- Acção autárquica junto dos vários sectores que constituem a juventude.
- Instalações e suportes físicos para a acção junto da juventude (Casas de Juventude, Gabinete de atendimento e informação juvenil, etc.).
- A acção dos jovens eleitos.
- O conteúdo da actividade.
- A complementaridade da acção aos vários níveis autárquicos (municipal, freguesia e intermunicipal).
- As relações com o Governo e a administração central (nomeadamente Secretaria de Estado da Juventude e Instituto Português da Juventude).
- Meios de comunicação com a Juventude.
- A acção dos eleitos comunistas nas autarquias e o alargamento da influência do Partido e da JCP na Juventude.
- As características diferenciadas do trabalho em situações de minoria.
- A articulação e coordenação deste trabalho.



O desenvolvimento de uma acção dirigida à juventude é uma exigência que se coloca à acção dos comunistas nas autarquias

Barragem do Enxoé não chega a Bruxelas

A Comissão ainda não recebeu a versão modificada do projecto relativo à Barragem do Enxoé, pelo que não está em condições de responder à pergunta do senhor deputado - a frase, do comissário Schmidhuber, não podia ser mais clara. Projecto para a Barragem do Enxoé, se existe, ainda não chegou a Bruxelas, o que significa que o Governo português anda a mentir aos autarcas alentejanos e a enganar as populações da margem esquerda do Guadiana.

Há uns meses, quando o problema do desemprego no Alentejo ganhou honras de primeira página na comunicação social, o Governo viu-se obrigado a analisar o assunto e a procurar, em conjunto com as autarquias locais, soluções de recurso para casos que eram já de fome e perspectivas de futuro para quando o recurso acabasse. Foi neste contexto que o sempre adiado problema da água veio à tona e com ele um dos projectos tido como fundamental para o minorar - a Barragem do Enxoé, no concelho de Serpa.

O projecto inicial, considerado não elegível na candidatura aos fundos comunitários, era, face à ausência de recursos, pouco mais do que uma das muitas ilusões adiadas, por muito necessário que continuasse a ser considerado pelas autarquias. Foi então que, contrariando informações anteri-

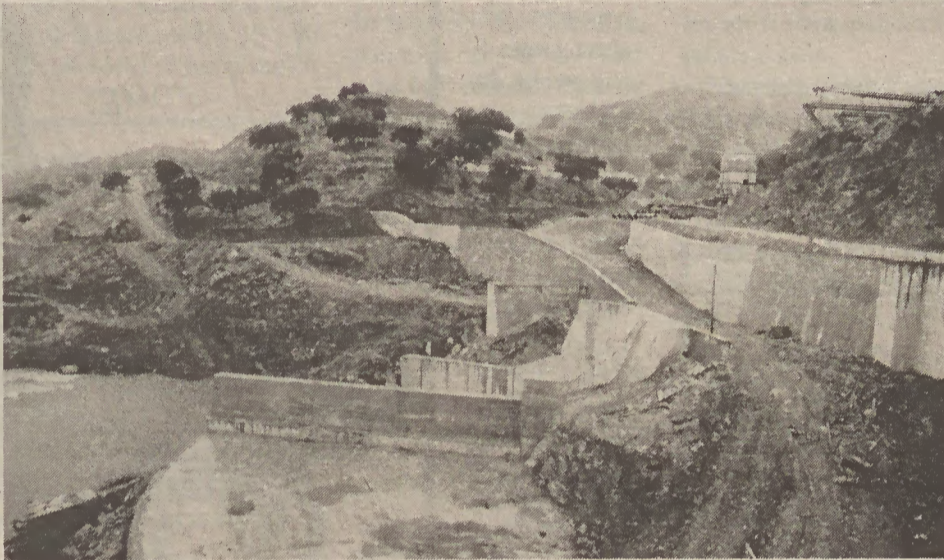
candidato ao Fundo de Coesão, seguindo-se concurso público.

Altura de muita promessa e de renovadas esperanças, essa, numa região profundamente afectada pela crise e, por isso mesmo, dependente da concretização de obras como a da barragem em causa.

Manda a experiência que o pobre desconfie da fartura,

Fundo de Coesão) foi, ou vai ser, recebida, em que condições, e qual a sua aceitabilidade e prazos de realização?"

A resposta, datada deste mês, chegou por intermédio do comissário Schmidhuber. Uma frase bastou para dar conta da situação: **a Comissão ainda não recebeu a versão modificada do projecto relativo à Barragem do Enxoé...**



ores, aos autarcas da margem esquerda do Guadiana foi dito, em audiência com a ministra do Ambiente, que o referido projecto da Barragem do Enxoé iria ser reformulado e apresentado, durante o mês de Agosto, como

mesmo não sendo muita. O eurodeputado Sérgio Ribeiro decidiu confirmar a promessa e endereçou à Comissão Europeia, como o "Avante!" em devido tempo noticiou, a pergunta que se impunha: "Se essa candidatura (ao

Para quem ainda não tiver reparado, distraído talvez com o seráfico sorriso da ministra do Ambiente, Outubro já vai mais de meio e Agosto ficou lá para trás, no Verão de mais um ano de fome e seca no Alentejo.

Sim da Finlândia à UE Dúvidas na Noruega e Suécia

O presidente do Parlamento Europeu, Klaus Hansch, saudou o "sim" finlandês à adesão à Europa comunitária, considerando que "o contributo da Finlândia será positivo para a União Europeia". "As qualidades demonstradas pela Finlândia, nomeadamente o seu empenho em prol da democracia e dos direitos do Homem, a sua abertura e internacionalismo, serão muito positivos para a União Europeia", disse Klaus Hansch em declaração divulgada em Bruxelas, logo após o final do referendo de domingo, na Finlândia.

Cinquenta e sete por cento dos finlandeses votaram a favor da adesão do país à UE, enquanto quarenta e três por cento se manifestaram contra a adesão. Em Novembro, será a vez da Noruega e Suécia responderem à mesma questão.

Após os referendos e uma vez ratificadas pelos respectivos parlamentos, as novas adesões terão de ser aprovadas pelos Estados-membros da UE, antes de os acordos de adesão entrarem em vigor, em Janeiro de 1995.

"O povo finlandês decidiu-se pela participação plena em todas as decisões sobre a reforma do Tratado de Maastricht em 1996 e no esforço de aprofundamento e democratização da União", disse Klaus Hansch, congratulando-se com um voto favorável "expressivo e livre". O presidente do PE não comentou o

referendo na Noruega está marcado para 28 de Novembro.

A Dinamarca, que é membro da Comunidade Europeia desde 1973, congratulou-se igualmente com os resultados do referendo na Finlândia, classificados pelo primeiro-ministro dinamarquês, Poul Nyrup Rasmussen, como um "sinal político muito importante" para o futuro da Europa.

Para Rasmussen, o "sim" dos finlandeses à UE "vai permitir garantir a paz e o futuro, o crescimento, a defesa do ambiente e o emprego" na Europa.

Finalmente, na Austria, os dois partidos governamentais pró-europeus, social-democrata e popular, felicitaram-se pelos resultados do referendo na Finlândia, classificados como "um grande sucesso para a Europa" e "um motivo de encorajamento para os países que pretendem ainda integrar a União Europeia".

Dúvidas

A importância dada aos resultados do referendo na Finlândia é bem o reflexo das dúvidas que pairam sobre a escolha que noruegueses e suecos vão fazer no próximo mês.

Segundo uma sondagem publicada sábado pelo jornal de

Oslo "Aftenposten", 45 por cento dos noruegueses votarão "não" no referendo de Novembro, 35 por cento "sim" e 20 por cento continuam indecisos.

De assinalar, no entanto, que uma grande maioria de noruegueses (46 por cento) considerava, na mesma sondagem, que o seu país aderirá à UE se a Finlândia e a Suécia se pronunciarem a favor da integração.

Também na Suécia os resultados estão longe de estar definidos. No sábado, mais de 3000 pessoas manifestaram-se em Estocolmo contra a União Europeia.

O principal orador da manifestação foi a ministra da Agricultura, Margareta Winberg, que, ao contrário da direcção do partido social-democrata, é contra a integração da Suécia na UE.

Winberg afirmou que a adesão à União Europeia "limitará a democracia" e provocará o desemprego maciço no país, além de pôr em causa as acções do governo para defender os direitos dos países mais pobres.

Os principais partidos políticos suecos apoiam a integração na UE, mas cerca de 20 por cento dos eleitores dizem-se indecisos. As últimas sondagens indicam que o número de apoiantes da UE supera o de opositores por uma pequena margem.

Contratos

Ao abrigo da livre circulação de pessoas, um número cada vez maior de trabalhadores são contratados em Portugal para trabalharem noutros países comunitários. Em grande parte dos casos - e ao contrário das aliciantes promessas feitas no país de origem -, verificam-se falsos contratos, a prática de baixos salários, extensos horários de trabalho, condições de vida e de trabalho degradadas e sem direito a segurança social. O caso recente de 1.800 trabalhadores portugueses abandonados na Alemanha e que só puderam regressar a Portugal com o apoio das autoridades portuguesas, é um exemplo elucidativo desta realidade, a exigir uma urgente tomada de posição dos responsáveis comunitários. O comprometido silêncio sobre esta matéria levou o eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, a questionar a Comissão sobre o assunto. Trata-se de saber se aquela instância comunitária "tem conhecimento das referidas situações e que medidas tenciona tomar para a protecção dos direitos económicos e sociais dos cidadãos dos Estados-membros que trabalham num país comunitário que não o seu país de origem, em regime de subemprego".

Para quem já se tenha esquecido, cabe lembrar que uma das apreogadas vantagens do mercado único era justamente a protecção dos direitos dos trabalhadores.

Medidas

A pobreza na União Europeia é uma realidade que ninguém se atreve a escamotear e que tem forçado os responsáveis comunitários a procurar soluções para minorar os seus efeitos, como é o caso do IV Programa da Comissão Europeia de luta contra a pobreza.

A escassez de informações sobre os resultados concretos de tais diligências levou alguns deputados do Grupo Esquerda Unitária Europeia a interrogar a Comissão e o Conselho sobre o assunto. Pretende-se saber, designadamente, quais as propostas concretas que serão apresentadas na próxima cimeira de Essen no respeitante ao combate à exclusão e ao desemprego, particularmente dos jovens, e contra a precarização do trabalho. Os eurodeputados solicitaram ainda informações sobre os resultados dos estudos respeitantes às consequências em matéria social da aplicação dos critérios de convergência do Tratado de Maastricht.

Saneamento

A tentativa de saneamento de José Carreira, presidente da Associação Sócio-Profissional de Polícia (ASPP), foi levada ao conhecimento das instâncias comunitárias por iniciativa dos deputados do PCP no Parlamento Europeu.

Num breve historial, os eurodeputados comunistas dão conta do processo disciplinar movido ao responsável da ASPP "sob a acusação de ter proferido declarações públicas discordantes da reestruturação das Forças de Segurança empreendida pelo Governo português", e que culminou com a proposta de "aplicação da pena de aposentação compulsiva". Depois de recordarem que as referidas declarações, bem como a de outros elementos da PSP igualmente alvo de processos disciplinares em curso, foram "proferidas na sua qualidade de dirigente associativo" e a coberto da legislação que regula "o direito de associação socioprofissional na PSP, vedado que foi o direito de associação sindical aos seus profissionais", os eurodeputados perguntam:

"Tem a Comissão conhecimento de outros casos de cidadãos vítimas de procedimentos semelhantes enquanto dirigentes de associações socioprofissionais ou sindicais de Forças de Segurança, ou existe alguma norma comunitária que avalize ou dê cobertura a procedimento idêntico ao já citado?"

"Tenciona a Comissão, face a esta violação dos direitos de associação, adoptar qualquer procedimento junto do Governo português?"

Aguarda-se resposta.

Castelo de Noudar

A Comissão Europeia poderá vir a exigir a devolução dos fundos disponibilizados para a recuperação do espaço envolvente do "Castelo de Noudar", afirma o comissário Millan, em resposta a uma pergunta do eurodeputado Sérgio Ribeiro suscitada pela possibilidade de venda a particular daquele património histórico-cultural.

Segundo o comissário, o financiamento do referido projecto, solicitado pela Câmara de Barrancos, foi concedido tendo em conta tratar-se de um imóvel considerado "património nacional", de ter o aval do "instituto responsável pela preservação e gestão do património nacional", e por ter "como objectivo a criação de um espaço de lazer para desenvolver o turismo local".

Face às notícias de possível venda do "Castelo de Noudar", a Comissão solicitou informações às autoridades portuguesas "a fim de verificar a sua conformidade com os regulamentos comunitários". Se, após as alterações previstas, se verificar que o projecto já não é elegível, a ajuda concedida será recuperada - garante o comissário. Resta saber a quem caberá pagar a factura.

Nobel

O prémio Nobel da Paz foi atribuído conjuntamente ao presidente palestino, Arafat, ao ministro dos Negócios Estrangeiros e ao primeiro-ministro israelitas, Peres e Rabin.

O júri de Oslo declarou que esta decisão visa atribuir uma recompensa pela "contribuição para o processo histórico de paz" no Médio Oriente. E afirma que "ao concluir os acordos de Oslo" e os de Washington, os três laureados "contribuíram de forma relevante para um processo histórico em que a paz e a cooperação se puderam substituir à guerra e ao ódio".

Na verdade, a paz tarda em afirmar-se. Os colonatos judaicos continuam a desenvolver-se na Cisjordânia. Uma parte de Gaza mantém-se sob ocupação. Os sucessivos atrasos nas negociações para a concretização dos acordos de Washington têm objectivamente favorecido as posições contra o processo de paz.

FAO

800 milhões de pessoas sofrem de subalimentação, em particular nos países do Sul, afirmou recentemente Jacques Diouf, director-geral do organismo das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura (FAO). "A falta de comida é frequentemente a causa fundamental de problemas políticos e sociais", e as pessoas que sofrem de fome não se interessam por questões como a democracia, os direitos do homem ou a protecção do ambiente, sublinhou Diouf. O número de pessoas subalimentadas corresponde hoje a 20% da população total dos países em vias de desenvolvimento e a 37% da população de África. 192 milhões destas vítimas da fome são crianças com menos de cinco anos.

Iraque

Os casos de subnutrição aumentaram em cerca de 9,2%, no último ano, entre os bebés iraquianos. Este um dos dados divulgados em Genebra pela UNICEF, que refere também que a redução das rações alimentares decretada por Bagdad "representa um risco para a saúde de 2,25 milhões de crianças e de 230.000 mulheres grávidas ou a aleitar". A UNICEF calcula em 50% o défice de calorias em 665.000 famílias. Esta situação "poderá a longo prazo conduzir a um aumento da mortalidade infantil no país e a uma diminuição do nível de inteligência das crianças", conclui o relatório.

Jordânia

O acordo de paz assinado entre a

Erradicação da pobreza Um abismo entre os discursos e as políticas

O Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza foi assinalado segunda-feira passada. Possivelmente com muitos discursos de boas intenções, semeados de uma ou outra promessa. Num quadro mundial em que a pobreza atinge proporções talvez inéditas - um terceiro mundo em que se vai morrendo de fome e um primeiro em que alastra o quarto - constituído por crescentes bolsas de pobreza, com novas populações a juntar às antigas.

Será o momento talvez de voltar a falar de "retoma", repegando na velha teoria - que a prática sempre se tem encarregado de desmentir - de que quanto maior for o bolo, mais haverá a distribuir por todos.

Na verdade, são bem diversos os factos.

Entre 1982 e 1992, o volume de negócios das duzentas maiores empresas multinacionais aumentou de 3 mil milhões de dólares para 5,8 mil milhões, e a sua parte no produto nacional bruto (PNB) global cresceu de 24,2% para 26,8%. Isto num momento em que se falava de marasmo na economia mundial, e o desemprego continuava a subir em flecha, para vir atingir, segundo as projecções para 1995, e apenas na Europa, 20 milhões de pessoas, das quais um quarto com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos.

Números do desemprego que aliás estão bem longe de dar o quadro das realidades e dos problemas concretos que hoje entram pela porta dos trabalhadores.

A crise que hoje vivemos passa por uma modificação da natureza do processo do trabalho. Modificação que, no actual contexto, se vem a traduzir numa profunda deterioração das condições de vida e trabalho da grande maioria das pessoas.

Neste momento, tanto na indústria como nos serviços, o desemprego de tipo clássico é acompanhado de formas múltiplas de trabalho precário, uma situação em que os direitos dos trabalhadores bem mais dificilmente podem ser defendidos de forma colectiva, e no plano sindical.

As vantagens são imensas para o patronato, pois os custos do trabalho descem e os encargos com férias e segurança social pura e simplesmente desaparecem.

Acresce que a liquidação do trabalho dependente - nas condições actuais - permite um melhor controlo da mão-de-obra, e introduz factores de divisão entre os trabalhadores.

A precarização do trabalho, e mesmo concretamente o part-time, não se tem vindo a traduzir numa redução de horas de trabalho, como a introdução de

novas tecnologias permitiria - e aconselharia. Pelo contrário. Os números revelam uma tendência inversa. Segundo um estudo sobre a evolução do tempo de trabalho nos Estados Unidos, de Juliet Schor, da Universidade de Harvard, um operário médio americano trabalhava, em 1987, mais 163 horas que em 1969. O que corresponde a cerca de um mês de trabalho suplementar por ano.

Na lógica do capital - e apesar dos discursos sobre o problema do desemprego - as perspectivas não são uma melhoria da situação. Falando com particular clareza, o embaixador da Alemanha em Roma, Konrad Seitz, disse - ao afirmar a sua convicção de que a reestruturação industrial tornará alguns sectores da economia europeia mais competitivos - que "o preço é claro: uma redução massiva da força de trabalho, um aumento massivo do desemprego".

E entretanto o desemprego é sem dúvida o factor fundamental do crescimento da pobreza. A que outros se somam, em particular num terceiro mundo estrangulado pelos sucessivos planos de ajustamento estrutural do FMI.

Na sequência da aplicação destas políticas, o número de pobres na América Latina passou de 130 milhões para 180 milhões, entre 1980 e o início dos anos 90.

As desigualdades agravaram-se: os 20% mais ricos deste continente auferem actualmente de rendimentos vinte vezes mais elevados que os 20% mais pobres.

Em África, 200 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza (num total de 690 milhões) e as projecções menos pessimistas do Banco Mundial indicam que o número de pobres irá ainda aumentar em 50%, para atingir os 300 milhões por volta do ano 2000.

Neste contexto, as políticas promovidas pelo FMI e pelo Banco Mundial para a "redução da pobreza" consistem numa DIMINUIÇÃO DAS DESPESAS SOCIAIS e a sua redistribuição de forma selectiva "a favor dos pobres".

O que muito objectivamente significa - menos Estado e

menos dinheiro para os pobres e mais Estado e mais dinheiro para o capital.

Na África subsahariana, tal política é em grande medida responsável pelo afundamento da rede escolar, das clínicas e dos hospitais. Em simultâneo com a concessão de empréstimos dirigidos aos "sectores mais vulneráveis", o Banco Mundial impõe condições drásticas, em, nomeadamente, o "congelamento" do número de quadros diplomados no ensino e o aumento do número de alunos por turma. O orçamento da educação é reduzido.

No plano da saúde, a política é a mesma. Na óptica do Banco Mundial, os cuidados de saúde primários deveriam passar a ser pagos, mesmo nas comunidades rurais pobres. Em nome da "eficácia" e de "uma maior

equidade". Estas mesmas comunidades deveriam substituir as enfermeiras diplomadas e os auxiliares médicos (até agora pagos pelos ministérios da saúde), por voluntários.

Não é de mais sublinhar que, neste sector, os cortes orçamentais provocam directamente

vítimas. A falta de fundos para compra de material médico e o aumento dos preços da electricidade, da água, ou de produtos necessários à esterilização, por exemplo, contribuem para um aumento de riscos de infecção, nomeadamente uma maior propagação do vírus da sida.



Haiti

O regresso de Aristide

Jean-Bertrand Aristide, o primeiro presidente eleito da república do Haiti, foi recebido em festa, no seu regresso do exílio, pelo povo que o elegeu e que - volvidos três anos de um sangrento regime dos militares golpistas - mantém a sua confiança em que finalmente os interesses populares serão tidos em conta.

Depois de horas e horas de trabalho voluntário, para recuperar e alindar Port-au-Prince, uma cidade abandonada e degradada nestes anos de ditadura, o povo manteve-se nas ruas, numa festa profundamente significativa. Uma exigência palpável da materialização da promessa implícita no primeiro discurso de Aristide no seu retorno ao país: "Estou aqui, e vou mudar o país com o povo".

Problemas e interrogações não faltam, entretanto.

No seu primeiro aparecimento público, Aristide aparece ladeado pelo general Hugh Shelton, o comandante das forças de intervenção, pelo secretário de Estado Warren Christopher, pelo conselheiro especial de Clinton para o Haiti, William Gray. Reflexo de todo o complexo processo que levou ao afastamento dos militares golpistas, que entretanto contaram com os apoios da rede tentacular da CIA.

A este elemento de peso do quadro político em que a vida do Haiti se vai nesta fase desenvolver - a presença militar norte-americana -, somam-se outros dados condicionantes como a existência de grupos e elementos armados ligados à ditadura, ou ainda uma maioria parlamentar hostil ao presidente haitiano.

No plano económico, a uma miséria imensa (que atinge quatro em cada cinco dos seis milhões de habitantes do país), contrapõe-se o poder de meia dúzia de famílias que dominam a importação de combustíveis, materiais de construção, alimentação e automóveis. Meia dúzia de famílias que naturalmente estão contra as orientações progressistas preconizadas pelo presidente Aristides, e de alguma forma agora referendadas, nas ruas, na grande festa popular do regresso à democracia.

A somar a estes dados, o incontornável recurso a empréstimos internacionais, sobre os quais invariavelmente pesam exigências alheias e opostas aos interesses dos povos, ou simplesmente a um desenvolvimento autónomo dos países.

Estes os imensos desafios que se colocam ao povo haitiano, e ao seu presidente Aristide. Na hora de alegria e confiança do afastamento da ditadura e do medo.

Alemanha

Eleições alteram o quadro político

A esperada vitória de Helmut Kohl nas eleições de domingo passado na Alemanha - as segundas eleições gerais desde o controverso processo de unificação - surge num contexto em que se esboça uma mudança no quadro político do país e se destacam os resultados obtidos pelo PDS (partido constituído, na Alemanha de Leste, por comunistas da ex-RDA).

A actual coligação no poder - a CDU/CSU, democratas cristãos, e o FDP, liberais - obteve um votação próxima dos 49%. O que se salda numa perda sen-

sível em relação a 1990 (54,1%), com consequente redução do número de deputados (da ordem dos 60 a 70 deputados). E numa muito

estreita maioria - dois a quatro mandatos.

Na Câmara alta (Bundesrat), onde estão representados os Estados federais, os sociais-democratas (SPD) dispõem mesmo uma maioria suficiente para bloquear muitas medidas governamentais.

Esta alteração da representatividade eleitoral das forças no poder deve-se a uma relativa perda de votos da CDU/CSU, da ordem dos um a dois por cento, e que pode reflectir-se na perda de um pouco mais de 30 deputados. Mas sobretudo à queda profunda dos liberais, que desceram de 11 por cento para pouco mais de 6 por cento, o que em termos de mandatos corresponde igualmente a uma perda de mais de 30 deputados.

Nas duas dezenas de eleições estaduais que a Alemanha viveu desde o início deste ano, os liberais do FDP nunca ultrapassaram os 3%, o que poderia vir a pôr em causa a sua presença no parlamento (Bundestag), para a qual a lei impõe a barreira dos 5%.

Os sociais-democratas registaram uma subida de cerca de três pontos percentuais (sendo que no Leste, apesar de a CDU de Kohl continuar a ser a força mais votada, a subida foi de quase oito pontos).

A votação obtida pelo PDS confirmou as melhores expectativas. Conseguiu eleger quatro mandatos directos para o Bundestag - todos na cidade de Berlim, e passará a contar no parla-

mento com quase trinta deputados (contra 17 no anterior Bundestag).

Um resultado que surge ao arrepio de campanhas anti-comunistas - Helmut Kohl chegou a apelar os seus dirigentes de "fascistas pintados de vermelho" - e que terá consequências práticas ao nível dos debates e posições no parlamento. Por exemplo, rompendo os consensos que se afirmam ao nível de política externa.

Nos cinco "lander" da ex-RDA, o PDS ultrapassou os 17%, subindo significativamente em relação a 1990.

Um outro dado importante destas eleições, é o regresso dos Verdes ao parlamento, em conjunto com a Aliança 90.

Independentemente dos jogos de alianças políticas que se venham a afirmar, o recuo do centro direita é uma realidade incontestável.

Um outro facto a referir - a extrema-direita aparece sem expressão eleitoral - apesar da multiplicação de incidentes racistas - e ao contrário das preocupantes evoluções que nesse plano se têm vindo a registar na Áustria, Bélgica e Holanda.

Saudação

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Direcção do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha a saudação que aqui transcrevemos.

Queridos camaradas,

Foi com grande satisfação que tomámos conhecimento do importante sucesso do Partido do Socialismo Democrático nas eleições de 16 de Outubro, ao aumentar significativamente a sua representação no Bundestag. Igualmente expressivos foram os resultados eleitorais em Mecklenburg e Turíngia.

Estamos certos que a representação do PDS no Bundestag dará aí uma voz consequente de esquerda aos interesses do povo trabalhador e das massas populares da Alemanha, bem como às aspirações de paz e cooperação em pé de igualdade entre todos os povos da Europa.

Transmitindo-vos as calorosas felicitações dos comunistas portugueses, fazemos votos de ulteriores sucessos em todas as lutas do vosso Partido e renovamos o nosso interesse em manter e desenvolver as relações de amizade e cooperação entre os nossos dois partidos.



Encontro de Marcelino dos Santos com a comunicação social

Marcelino dos Santos em Portugal a convite do CPPC

O presidente da Assembleia da República de Moçambique e dirigente da Frelimo, Marcelino dos Santos, esteve estes dias em Portugal, a convite do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

Do programa da sua visita constou a sua participação numa reunião da Presidência do CPPC, na Casa da Paz, onde teve oportunidade de fazer uma intervenção sobre a actual situação em Moçambique, em véspera de eleições, encontros com representantes do PCP, do PS e da UDP, e ainda com a CGTP-INT e a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros.

O presidente da Assembleia moçambicana teve também um encontro com a comunicação social.

Na sequência desta visita do dirigente da Frelimo, a Direcção Nacional do CPPC divulgou um comunicado em que refere a presença de Marcelino dos Santos na Casa da Paz, e sublinha "a necessidade de assegurar que este acto eleitoral seja efectivamente a livre expressão da vontade do povo moçambicano, reconhecendo a necessidade de que a ONUMOZ ponha urgentemente termo a eventuais formas de controlo administrativo que impeçam o completo acesso de todos os moçambicanos às propostas eleitorais dos partidos concorrentes, garantindo a livre circulação das pessoas e bens em todo o território e, simultaneamente, o desarmamento completo da Renamo e dos grupos que lhe são afectos".



Marcelino dos Santos, encontro no PCP

Durante uma passagem por Lisboa, o camarada Marcelino dos Santos, da Direcção do Partido Frelimo e Presidente da Assembleia Nacional de Moçambique, encontrou-se no dia 17 de Outubro com o Secretário-Geral do PCP, camarada Carlos Carvalhas, e com os camaradas Albano Nunes e Carlos Costa.



Manifestações em Itália

De há muito não se realizava na praça Navona, em Roma, uma tão grande manifestação.

No dia 14, três milhões de pessoas fizeram uma paralisação do trabalho e desceram à rua em 80 cidades do país. Esta a resposta dos trabalhadores italianos - ao apelo das três principais centrais sindicais, a CGIL, a CISL e a UIL - ao orçamento de Estado, profundamente antipopular, apresentado pelo governo de Berlusconi.

A maioria das fábricas, todos os bancos, escolas e serviços públicos fecharam, e registaram-se grandes perturbações nos transportes.

Segundo estimativas dos sindicatos, foram cerca de 300 000 pessoas a manifestar-se em Florença, 200 000 em Roma, Milão e Turim, 180 000 em Bolonha, 15 000 em Palermo e Nápoles.

Jordânia e Israel causou as reacções mais díspares.

O chefe dos serviços de informação da Autoridade Nacional Palestiniana (ANJP), general Yibril Rayub, manifestou a esperança que o tratado agora assinado "não hipoteque o futuro do povo palestino".

Rayub, que é um dos mais próximos colaboradores de Yasser Arafat, recordou que "Israel reconheceu o papel especial da Jordânia nos lugares santos muçulmanos de Jerusalém ao assinar o acordo de Washington, no qual os palestinianos não são referenciados". Esse "papel especial" figura na Declaração de Washington de 25 de Julho passado, assinada entre Rabin e o rei Hussein da Jordânia, a qual pôs termo a 46 anos de estado de guerra entre os respectivos países e constituiu o primeiro passo para o tratado de paz agora rubricado.

Espanha

Dois membros da organização "Plataforma 0,7" - que reivindica à Espanha uma percentagem do seu Produto Interno Bruto para ajuda ao terceiro mundo - iniciaram segunda-feira uma greve de fome em Madrid. O tradutor Juan Luis Herrero e o engenheiro Pablo Osés irão alimentar-se apenas a pão e água para exigir que o orçamento de Estado espanhol para 1995 consagre pelo menos 0,5 do PIB para ajuda aos países pobres. Entretanto, cerca de 4.000 pessoas estão a realizar um piquete de protesto diante das instalações do Ministério da Economia, em Madrid, igualmente com a finalidade de pressionar o governo espanhol nesse sentido. Os dois grevistas escolheram a data de segunda-feira para iniciar o protesto por ser o Dia da Alimentação e da Erradicação da Pobreza, decretado pela ONU, que recomenda aos países ricos a atribuição de 0,7 por cento para ajuda ao terceiro mundo.

Grã-Bretanha

A Amnistia Internacional acusou o governo britânico de não respeitar as convenções internacionais de direitos humanos no tratamento das pessoas que procuram asilo político na Grã-Bretanha.

Num relatório divulgado em Londres, a AI alega que numerosas pessoas são detidas, à chegada à Grã-Bretanha para pedir asilo político, por largos períodos de tempo e sem que lhes sejam dadas explicações. A Amnistia Internacional deplora que as leis britânicas vigentes permitam a detenção daqueles que pedem asilo político, por tempo indefinido e sem que os seus casos sejam examinados por um tribunal ou por qualquer outro organismo.

Por iniciativa da ORL do PCP

Vitória com novo espaço

Na passada sexta-feira, os salões do antigo Hotel Vitória, na Avenida da Liberdade, abriram-se para um novo encontro com a sua vocação de protagonista cultural de Lisboa: o seu rés-do-chão transformou-se em espaço de convívio e de cultura, por obra das remodelações nele introduzidas pela Organização Regional de Lisboa do PCP, que ali mantém um dos Centros de Trabalho mais emblemáticos da capital. A inauguração convocou Mozart e Villas Boas, o fado e muita poesia e, sobretudo, foi honrada com a estreia absoluta de uma peça de piano de Fernando Lopes-Graça - "Preito à Memória de Francisco Miguel, uma Vida Heróica" - "uma homenagem aos nossos queridos mortos", que "só hoje é que calhou ser apresentada - e calhou no sítio adequado", nas palavras do Autor, que lá estava com a "sua" Academia de Amadores de Música. Mais do que a inauguração, o evento foi, ele próprio, a concretização imediata do projecto: centenas de militantes e amigos do Partido conviveram animadamente ao longo de seis horas, num ambiente (e num espaço) onde tanto cabiam a amena cavaqueira, o petisco, a fruição cultural ou a intervenção política em jeito de conversa, cuja, na circunstância, esteve a cargo de José Casanova, membro da Comissão Política e responsável da DORL do PCP. Vamos a pormenores.

As seis da tarde já o Centro de Trabalho Vitória fervilhava de gente à volta das mesas do beberete, junto das janelas que a remodelação devolvera à sua antiga funcionalidade, no amplo átrio também reorganizado segundo a traça original.

A multidão, aliás, começava à porta e estendia-se pelo átrio, a sala de convívio e o antigo salão, povoando as novas instalações com o burburinho da novidade. As mesas e cadeiras da sala de convívio convidavam a isso mesmo, o serviço de bar não tinha mãos a medir, o vaivém entre esta dependência e o salão era uma espécie de câmara de descompressão que articulava a tagarelice do convívio com a circunspeção do espectáculo que, entretanto, ali começara, inaugurando uma das vocações do novo espaço - a realização de actividades artísticas e culturais.

Canções Heróicas e uma Homenagem

O sarau foi aberto pelo Maestro Fernando Lopes-Graça, dirigindo o "seu" Coro da Academia de Amadores de Música, acompanhado pelo pianista Nuno Barroso. Foi a oportunidade do reencontro com algumas das "Canções Heróicas", sob privilégio de direcção do próprio autor: "Canto do Livre", com poema de Soares dos Passos, "Acordai", sobre o belíssimo texto de José Gomes Ferreira, e "Canto de Paz", poema de Carlos de Oliveira, arrancaram as primeiras grandes ovações do espectáculo que se prolongaria quase até à meia-noite. O entusiasmo da assistência foi, aqui, desafiado pelo Maestro, que solicitou o coro dos espectadores para o refrão de um arranjo seu de "Grândola Vila Morena", de

Zeca Afonso. Escusado será dizer que tudo aquilo foi ao rubro, com o Maestro ora a virar-se para o Coro da Academia, ora para a multidão que não se fez rogada. Seguiu-se a "Canção de Maio" e um *encore*, decidido por Lopes-Graça, da mítica canção "Jornada", também sobre um poema de José Gomes Ferreira, e, aí, o Maestro já nem precisou de pedir o coro do público no refrão. "Vozes ao alto! Vozes ao alto! Unidos como os dedos da mão! Temos de chegar ao fim da estrada! Ao som desta canção..."

E chegou o momento esperado por todos - o da apresentação, em estreia absoluta, da peça de piano composta por Fernando Lopes-Graça, "Preito à Memória de Francisco Miguel, uma Vida Heróica", executada, brilhantemente, pelo pianista Nuno Barroso. Segundo as palavras do Autor, em breve diálogo com o público, "trata-se de uma homenagem aos nossos queridos mortos" que "só hoje é que calhou ser apresentada - e calhou no sítio adequado".

PCP: "Única oposição séria e a sério"

Luís Fernandes, membro do Comité Central e do executivo da DORL do PCP, após realçar o esforço e empenho de todos os que contribuíram para este melhoramento do Centro de Trabalho Vitória, deu a palavra a José Casanova, membro da Comissão Política e responsável da DORL do PCP, para uma intervenção informal.

Sublinhando os elogios feitos por Luís Fernandes, o dirigente do PCP destacou dois agradecimentos - um para o pintor Rogério Ribe-

ro, que ofereceu o belo quadro que decora a zona de convívio do novo espaço do Vitória, outro para o Maestro Fernando Lopes-Graça, que fez questão de apresentar, pessoalmente, a sua peça para piano em estreia absoluta, "uma peça de homenagem que também entendemos extensiva a todos os homens e mulheres que construíram este glorioso Partido", afirmou José Casanova.

Após ironizar sobre a ausência da televisão ("amanhã isto vai ser notícia, estão cá os quatro canais de televisão"), o orador recordou que "não há alternativa democrática sem o PCP e sem o seu reforço", aproveitando para recordar que esse reforço se faz "trazendo novos militantes, sobretudo jovens, pois é fundamental alargarmos esse núcleo, mas também se faz recuperando e reaproximando camaradas que se afastaram".

Aprofundando a questão da importância do partido, José Casanova sublinhou que "o PCP é a única oposição séria e a sério à política deste Governo". E perguntava: "Quem mobiliza para a luta? A resposta está aí, na vida: é o PCP no plano político e a CGTP-IP no plano sindical".

"Estamos em todo o lado onde haja luta por causas justas", recordou, ao mesmo tempo que acusava a UGT de haver nascido "para enfraquecer a luta dos trabalhadores", não deixando de assinalar que se trata de uma central sindical "onde a maioria de quem decide é gente dirigente do PS".

Nesta altura, invocou o lema dos chamados "Estados Gerais do PS" - "Por uma maioria e debate político" - para assinalar o que distingue o PCP: "Nós não queremos, como o PS, mudar apenas de Governo, queremos mudar de política!", disse, incitando todos à luta e ao trabalho político, concluindo: "Creio que posso dizer: a festa continua e, com o PCP, a luta continua!".



A intervenção política, a cargo de José Casanova, esteve bem no espírito da festa: bem humorada, incisiva e breve



Na sala de convívio, propriamente dita, impera o quadro oferecido por Rogério Ribeiro

Do fado a Mozart

E a festa prosseguiu, com Celeste Amorim - uma das grandes vozes do Coro da Academia - a cantar de improviso, com a assistência, canções antigas. Numa delas ria-se, e dizia: "Isto foi composto para quatro vozes com piano. Se o Lopes-Graça me ouvisse, matava-me!". Quem não a matou, antes a seguiu a plenos pulmões, foi o salão repleto de convivas que, às tantas, já se transformara num coral à rédea solta.

Mas o programa ainda não acabara, longe disso. Pela noite fora, os acontecimentos sucederam-se, sempre entremeados de convívio à volta da mesa, de preferência de copo na mão. A diversidade artística que construiu o resto do sarau - chamemos-lhe assim - trouxe o "Grupo 3 de Abril", poemas de Rafael Alberti e Nicolas Guillen ditos por Luzia Paramés, Yamis Ritos na voz de Fernanda Lapa (que também fez a apresentação de todo o espectáculo), o "Fado de Abril", de novo a poesia dita por Fernanda Montemor, Carmen Santos e José Morais e Castro, e áreas de Mozart cantadas por Jorge Vaz de Carvalho, acompanhado ao piano por Carla Seixas que, a solo, tocaria ainda uma peça de Villa Lobos.

Foi o que se chama uma estreia em cheio do novo espaço cultural do Vitória!



Um dedo de conversa entre Fernanda Lapa, a incansável apresentadora do espectáculo, e Paulo Sucena, dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Com Modesto Navarro pelo meio



Urbano Tavares Rodrigues e Areosa Felo



Francisco Melo, responsável pelas Edições "Avante!", e Pedro Ramos de Almeida

Nada mal, Maestro!

No seu jeito directo de se virar para o público e desatar na conversa, Fernando Lopes-Graça mandou sistematicamente às malvas os microfones que tinha à disposição, sempre que quis comunicar com a assistência. E lá ia alguém pôr-lhe o aparelho à frente, dada a impossibilidade de toda a gente o ouvir, no vasto recinto do Vitória, sem a ajuda da amplificação. O Maestro lá se ia sujeitando, bem humorado, à imposição da técnica, pegando no microfone com a indiferença de quem segura um molho de agridões, o que obrigava o técnico de som a ajustes permanentes para captar a irrequieta voz do orador. Numa dessas voltas, Fernando Lopes Graça foi apanhado em cheio e a sua voz ribombou pelo salão. Olhou um momento para o aparelho como quem confirma uma velha desconfiança e disparou, rápido, para a assistência: "Não sabia que tinha uma voz tão forte! Aos 88 anos não está nada mal!"



O Maestro Lopes-Graça em plena acção, dirigindo o Coro da Academia de Amadores de Música



O pianista Nuno Barroso a interpretar, em estreia absoluta, a peça para piano de Fernando Lopes-Graça "Preito à Memória de Francisco Miguel, uma Vida Heróica". Um dos grandes momentos da festa do Espaço Vitória

Um trabalho exemplar

A ideia da criação do Espaço Vitória surgiu da vontade em melhorar as condições para a acção do Partido neste Centro de Trabalho, permitindo a realização de um conjunto de actividades artísticas, culturais e de convívio. A inauguração foi apenas o ponto de partida para iniciativas regulares, estando já programada uma exposição/venda de artes plásticas, acompanhada de novo momento cultural.

Tratou-se de um trabalho exemplar, dirigido por arquitectos, engenheiros e técnicos do Partido, tendo por objectivo central criar o Espaço Vitória no respeito escrupuloso pela traça original do edifício. As novas funções ocuparam harmoniosamente o local, respeitando-o e revitalizando-o ao mesmo tempo, resultando num agradável equipamento que apetece fruir.

Se passar pela Avenida da Liberdade, dê pelo menos uma espreitadela, que vale a pena.

Mas o melhor de tudo é, mesmo, usar este novo Espaço Vitória.

De Cassiano Branco aos dias de hoje

O Hotel Vitória, em plena Avenida da Liberdade, em Lisboa, foi obra do grande arquitecto Cassiano Branco e uma das unidades hoteleiras mais prestigiadas da capital na segunda metade deste século. O 25 de Abril veio encontrá-lo desactivado e ao abandono, vítima, ele também, da ramificada crise do regime fascista. Valeu-lhe o interesse do PCP pelas suas excelentes instalações. Em 14 de Julho de 1975 o Partido celebrou o contrato de arrendamento do imóvel e, em 1984, adquiriu-o. Estava encontrado o Centro de Trabalho Vitória, um instrumento precioso para o trabalho dos comunistas. Mas o interesse do PCP pelo edifício não se limitou ao aproveitamento das suas instalações. Consciente da sua importância, o PCP meteu ombros a uma metuculosa e delicada recuperação do edifício devolvendo-lhe, em Maio de 1990, o esplendor da sua traça original, polindo-lhe a pedra da fachada, sarando-lhe as feridas, reformando-o e reconstruindo-o no escrupuloso respeito pela sua identidade tanto interior como exterior. Esta criação do Espaço Vitória vem nesta linha de recuperação e conservação da identidade arquitectónica do edifício. O hall de entrada recuperou o antigo esplendor, o velho salão de jantar, agora salão para manifestações culturais e artísticas, reencontrou a respiração das suas três janelas, os próprios materiais e mobiliário introduzidos foram ao encontro da traça original. Agora já se pensa em recuperar o antigo elevador, o que exige novos esforços. Mas valerá a pena. O Hotel Vitória está em boas mãos, para sorte dele e de Lisboa.

O naufrágio das pescas nacionais

A paralisação da frota longínqua a operar em Marrocos, constituída por 40 embarcações, ao abrigo de acordos firmados por aquele país com a União Europeia, a exiguidade das quotas de pesca atribuídas a Portugal para pescar no Atlântico Norte e a queda acentuada que se verificou nos primeiros três meses deste ano no montante das capturas descarregadas trouxeram de novo para a actualidade a grave situação em que se encontra esta importante actividade económica, em resultado da desastrosa política que este Governo tem vindo, persistente e irresponsavelmente, a promover.

A frota nacional destinada a operar em águas exteriores já representou, pelos montantes de tonelagem descarregada, pelo valor atingido em lota e número de pescadores e trabalhadores de terra empregues, um peso importante. Em 1986, data da entrada de Portugal na Comunidade Europeia, 40% do total das capturas provinha de pescadores externos: 103.000 toneladas do Atlântico Norte (NAFO); 36.000 do Atlântico Sul (particularmente da Namíbia) e 20.000 do Norte de África (Marrocos e Mauritânia).

A irresponsabilidade e a completa ausência de sentido na defesa dos interesses nacionais, assumidas por este Governo em todo o processo de integração na União Europeia, conduziram à execução de uma política capitulacionista no que respeita às pescas nacionais. Portugal perdeu posições de pesca em benefício de outras frotas, particularmente a espanhola, inviabilizando-se com tal atitude a rentabilidade da grande maioria das unidades destinadas à pesca longínqua. A posição reacçãoária

As Oposições

A figura e o papel do futuro Comissário Europeu na UE, cargo que como se sabe compete ao Governo nomear, começou por suscitar grande atenção e excitação no CDS, acontecimento largamente ampliado pela comunicação social, como se se tratasse de facto de um problema de grande relevo susceptível de influenciar a política deste Governo na comunidade. Pode-se compreender as posições do CDS dado o papel de muleta do PSD que tem vindo a protagonizar na recente vida política do país. Compreende-se até que o CDS se apresse a tratar da vidinha com o objectivo de vir a partilhar algumas migalhas do poder.

Já se compreende menos as preocupações do Eng.º Guterres, secretário-geral do PS, quando se desloca expressamente a Bruxelas para meter uma cunha junto do novo Secretário-Geral da UE, diligência certamente apoiada pelo maioritário grupo dos seus amigos socialistas, para que a Deus Pinheiro fosse dado um cargo de relevo no exercício das suas funções de Comissário Europeu representante do Governo do PSD. Como se, independentemente do cargo e das respectivas funções, Deus Pinheiro deixasse de protagonizar na UE a política do seu Governo, este que o PS diz combater e se propõe ser alternativa.

Já agora, fico a fazer figas para que o Eng.º Guterres não se tenha lembrado de sugerir, na cunha, a atribuição a Deus Pinheiro do pelouro das pescas. É que, pela amostra recente que temos em relação ao vinho, corriamos o risco de ao naufrágio das pescas se suceder um maremoto com epicentro centrado junto à costa portuguesa. Assim como assim, já agora, poupe-nos!

que este, como outros Governos, assumiu em relação a África, face às profundas mudanças políticas que este continente sofreu nos últimos anos, contribuiu igualmente para inviabilizar a possibilidade de Portugal continuar a operar em muitos desses pesqueiros através de acordos honrosos para ambas as partes.

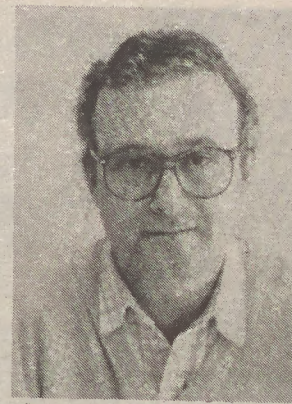
A Portugal estão atribuídas pela UE 2.000 toneladas de pesca no Atlântico Norte o que desde logo põe em causa a viabilidade do que resta desta já reduzida frota. Perante a passividade do Governo do PSD sabe-se que estão atribuídas quotas de pesca nestes pesqueiros a países comunitários que não estão a ser utilizadas por falta de interesse económico ou ausência de tradição.

A posição assumida pelo Governo de Marrocos na origem da qual esteve a paralisação forçada de 40 embarcações portuguesas e 400 espanholas radica-se em novas exigências, particularmente colocadas quanto ao volume de capturas (propõem a sua redução para metade) e tipo de artes a utilizar. Marrocos exige ainda contrapartidas para obter maiores facilidades à entrada na comunidade dos seus produtos hortofrutícolas, beneficiando já de importantes vantagens em relação às conservas de peixe. No fundo, o regime feudal de Marrocos faz depender a venda de um recurso da obtenção de maiores benefícios para outros sectores da sua actividade económica. É à partida uma posição que contrasta com a atitude capitulacionista assumida por este governo do PSD em relação a este como a outros sectores da vida nacional.

O levantamento do embargo pelas autoridades marroquinas tem contornos ainda pouco conhecidos. Todavia, a ser verdade o que tem vindo a ser anunciado, designadamente quanto à imposição por Marrocos de alteração ao tipo de artes a utilizar - a ser assim, a frota da Fuzeira ficaria impedida de trabalhar, porque dificilmente poderão agora reconverter o exercício das suas pescarias. A ser assim, mais uma vez os interesses nacionais não foram defendidos.

Em cima da mesa está agora a renegociação deste Acordo da UE com Marrocos, processo que se prevê esteja concluído até Maio do próximo ano.

Perante a gravidade de toda esta situação, o ministro do Mar fez promessas. Entretanto, mais uma vez, das intenções à realidade fica a situação de cente-



■ CARLOS LUÍS FIGUEIRA
Membro da Comissão Política
do CC do PCP

nas de pescadores compulsivamente lançados para o desemprego e sem protecção social e um conjunto de armadores a contas com o pagamento de exigências bancárias que os podem conduzir rapidamente à falência.

Os prejuízos da paralisação forçada são elevados. Se as preocupações do Governo fossem reais já hoje estariam a ser pagas indemnizações que de forma digna compensassem pescadores e armadores pelos danos sofridos. Como, da mesma forma, deveria ter protagonizado uma atitude mais combativa junto da UE em defesa dos interesses nacionais.

As estimativas de desembarques de pesca fornecidas pela Direcção Geral de Pescas respeitantes aos primeiros três meses do presente ano registam uma quebra de 17,5% no volume das capturas, queda que se vem somar à tendência de declínio que desde a entrada de Portugal na Comunidade Europeia se verifica. Para estes números haverá razões associadas à escassez de alguns recursos, mas o que mais fortemente marcará estes índices será certamente o reflexo da diminuição do número de embarcações em virtude da política de abates que tem sido empreendida por este governo, na qual se terão gasto desde 1986 cerca de 15 milhões de contos.

Política de abates que este Governo persiste em levar por diante já que dos 70 milhões de contos anunciados para apoio à actividade pesqueira inscritos no futuro quadro comunitário de apoio, 20,4 milhões de contos, isto é, cerca de um terço, são destinados a abater embarcações.

De grande país produtor passamos no curto espaço de menos de uma década a importador de produtos de pesca tendo-se gasto em 1993 perto de 100 milhões de contos para importar mais de 273.000 toneladas de produtos derivados da pesca.

Trata-se da execução de uma política na qual estão ausentes respostas para definir a dimensão da frota, os subsectores que nos interessava apoiar, a conquista de posições em águas exteriores à Comunidade e sobretudo a invocação do carácter específico da nossa pesca artesanal, tal como outros países o têm feito, como sector estratégico das pescas nacionais. Em vez disso, o que tem estado presente na política deste Governo tem sido a aplicação de directivas comunitárias e em muitos casos muito para além do que estas impõem, numa atitude de completa subserviência que tem conduzido ao naufrágio das pescas nacionais.

Enquanto isto se passa entre nós, o Governo espanhol acaba de colocar na mesa da reunião do conselho de ministros da comunidade a posição de condicionar previamente a sua aceitação ao alargamento da comunidade a novos países, fazendo depender a posição final a assumir da consagração de medidas que viabilizem a sua importante frota de pesca. Ao invés, o Governo do PSD prontamente declarou o seu apoio a este alargamento.

Em cima da mesa continua a estar, perante o silêncio do Governo do PSD, a antecipação para Janeiro de 1996 de medidas que, se forem por diante, representariam a abertura das nossas águas territoriais (zona das 12 milhas) às frotas comunitárias, directivas que, a concretizarem-se, representariam um rude e definitivo golpe nesta importante actividade, pondo em causa a sobrevivência da economia de boa parte da população ribeirinha.

Entretanto, com o aproximar da data das futuras eleições legislativas do próximo ano, vamos, também no que respeita às pescas nacionais, assistir ao anúncio por parte deste Governo de mais programas e mais milhões de apoio a esta actividade. Pela enésima vez, em doses sucessivamente repetidas, teremos eco desta propaganda através de uma comunicação social cada vez mais marcada pelo «leva e trás» na qual o sentido crítico, a independência e a objectividade se esfumam na nebulosa teia de cumplicidades e favores.

Todavia, a realidade permanecerá a justificar a necessidade não só de derrotar esta política como de apoiar aqueles que desde sempre se têm batido por uma política diferente apresentando soluções para a viabilizar. Porque o que está em causa não é mudar protagonistas mas alterar radicalmente a política até agora seguida, o reforço do PCP é indispensável para garantir tal mudança.



Debate «Escolas: que condições educativas?»

A (ir)responsabilidade do Governo

Um debate sobre as condições educativas existentes nas escolas portuguesas, nos diversos graus de ensino, reuniu domingo, no Centro de Trabalho Vitória, docentes, alunos, técnicos de educação, autarcas, deputados e responsáveis políticos do PCP, na sua maioria oriundos dos distritos de Lisboa e Setúbal. Um mês depois da abertura do ano escolar - já em Julho anunciado pela ministra da Educação como sendo uma abertura «sem sobressaltos» - temos uma realidade que desmente a publicidade governamental, multiplicando-se as queixas e o número de escolas que funcionam parcialmente ou estão fechadas. A tentativa de fazer passar, nesta área sensível, responsabilidades (leia-se «problemas») para as autarquias, sem reais contrapartidas materiais e financeiras, foi outro dos problemas discutidos nesta reunião, onde o relato impressionante de casos vividos pela experiência profissional, quotidiana, de alguns docentes é um verdadeiro libelo de acusação a um Estado, através do seu Governo, que está de há uns anos para cá a tentar afastar de si a obrigação de proporcionar condições de ensino dignas para todos os portugueses.

Um dos temas mais vezes levantado pelos participantes no debate, dirigido pelo membro da Comissão Política, Edgar Correia, dizia respeito ao pessoal auxiliar contratado a prazo, que no princípio do ano daria à ministra da Educação a «honra» de proceder a um dos maiores despedimentos colectivos da história portuguesa: mais de seis mil pessoas.

O resultado foi conhecido: escolas a não funcionar ou a funcionar com cantinas, bares, secretarias, vigilância e outros serviços fechados ou a trabalhar em condições deficientes. Multiplicaram-se os protestos e associações de pais e alunos encetaram mesmo formas de luta drásticas, realizando greves ou encerrando escolas, a exigir a colocação de pessoal por parte do Ministério.

O aparente recuo da ministra Ferreira Leite a semana passada, dando «luz verde» aos Conselhos Directivos para procederem à contratação de pessoal auxiliar, levou os participantes neste debate «Escola, que condições educativas?» a interrogarem-se sobre a perigosidade desta transferência, pois ainda parece estar por esclarecer que meios financeiros vão ter os Conselhos Directivos para proceder a essas contratações e como é que em futuros anos tudo isto se passará.

Por outro lado, há um grave problema social que o Governo não resolve: o dos trabalhadores contratados a prazo como pessoal auxiliar nas escolas, na sua grande maioria ilegalmente a trabalhar nessa situação há mais de três anos - tendo portanto direito ao ingresso nos quadros de efectivos - e que, depois de terem sido surpreendidos pelo anunciado despedimento, vão agora, de novo, ser contratados a prazo.

Uma das intervenções neste debate lembrou que muitos destes trabalhadores, na sua maioria dos mais jovens elementos dos quadros das escolas, são responsáveis não só pelo seu real funcionamento mas também por iniciativas de modernização e informatização de secretarias, bibliotecas, etc.

PCP apresenta Projecto de Lei para integrar contratados a prazo

Sobre a questão do pessoal auxiliar dispensado no início do ano lectivo pelo Governo, entretanto novamente contratado a prazo dadas as circunstâncias que levaram a ministra da Educação a rever a sua posição intransigente, o deputado Paulo Rodrigues anunciou no debate «Escolas, que condições educativas?» que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português vai apresentar na Assembleia da República um Projecto de Lei para a actualização dos quadros não docentes nas escolas e integração de todos os que nelas trabalham há mais de três anos.

Qual o papel do Poder Local?

António Abreu, vereador na Câmara Municipal de Lisboa, lembrou o facto de o Governo ter praticamente deixado de investir nos primeiros anos escolares, passando cada vez mais responsabilidades para o Poder Local, criando situações de verdadeira asfixia financeira a que as autarquias não podem responder.

Foi o caso da Acção Social Escolar, cujo financiamento passou há dez anos para a responsabilidade das Câmaras sem que, até hoje, tenha sido transferido o dinheiro então prometido para a execução dessa nova responsabilidade.

Essa política parece agora em tentativa de aplicação nos restantes graus de ensino, dando António Abreu o exemplo de um negócio proposto às Câmaras para a construção de ginnodesportivos, sob um modelo no valor de 87 mil contos, em que o Governo participava com 80 por cento desse valor (não dizendo publicamente que esse dinheiro provém de fundos comunitários) e as Câmaras entrariam com os restantes 20 por cento, ficando com a responsabilidade da gestão do novo equipamento.

A objecção de António Abreu coloca-se, fundamentalmente, ante a aparente «armadilha» que é, precisamente, a gestão desses novos ginnodesportivos, que só no primeiro ano poderão custar às câmaras tanto quanto o custo da sua construção!

Outra questão levantada pelo autarca diz respeito ao «bada-lado» problema da disponibilização de terrenos para a constru-

ção de escolas. Um problema que tem sido muitas vezes distorcido, pois se tomarmos o exemplo de Lisboa, semelhante ao da maioria dos grandes centros urbanos, a verdade é que a Câmara não tem terrenos e edifícios no centro da cidade, ou melhor dizendo, nas zonas consolidadas da cidade, ao passo que o Governo os tem: pense-se nos Ministérios e instalações militares que têm sido desactivados para depois serem vendidos.

Ninhos de problemas

A distorção que a regulamentação da Reforma Educativa tem feito ao espírito do projecto inicial, a situação dramática vivida no Ensino Especial, o problema da toxicoddependência, segurança e o papel da escola nessas questões, a participação dos pais na vida escolar, o estatuto da carreira docente, horários, o negócio incontrolado, imoralmente lucrativo e pedagogicamente deficiente em que se transformou o ensino superior privado, e as dificuldades das Juntas de Freguesia em responder (por falta de meios humanos e materiais) às queixas, nestas matérias, dos cidadãos, foram outras das questões suscitadas por um debate encerrado por uma intervenção do Secretário-Geral do Partido Comunista Português, camarada Carlos Carvalhas, de cuja intervenção publicamos alguns excertos.

Pedro Tadeu

Intervenção de Carlos Carvalhas

“Um ensino da mais alta qualidade para todos os portugueses”

Foi anunciado que o ano lectivo iria abrir sem problemas. Mas, pouco tempo depois das operações mediáticas e da visita do Primeiro-Ministro a Boliquireme, onde este não se cansou de falar da “Escola do sucesso” e de distribuir sorrisos para fotografias e câmaras de televisão, veio ao de cima a dura realidade, as mazelas das instalações, a insegurança, a falta de pessoal. Aos holofotes da operação mediática seguiu-se o encerramento de inúmeras escolas e não mais se viu o Primeiro-Ministro em tais andanças. Foi um caso típico de “entrada de Leão e saída de...”

Também agora, depois das queixas e dos protestos dos pais, alunos e professores e após um mês de indefinições, a sr.^a ministra sempre se deu conta de que havia problemas e ficámos a saber que o Governo até deu luz verde para se avançar primeiro e obter o visto do Tribunal de Contas depois... Ficámos a saber, que a contratação dos funcionários em falta pelas mais de cem escolas iria ser feita por “anúncio nos jornais, dado o carácter de urgência”.

Mas a mesma urgência já não se verificou na reintegração dos funcionários com contratos a prazo.

E aqui temos mais um exemplo do que é a política de estabilidade do PSD. Fanfarras para a operação mediática, silêncios e desparecimento do Primeiro-Ministro quando as “brincas” se ampliam, quando a instabilidade chega à escola.

Só que, e mais uma vez, se está a brincar com uma área das mais importantes e decisivas para o futuro do país: a educação.

A situação a que se chegou, o quadro precário em que vivem muitas escolas enquanto outras estão completamente paralisadas, os prejuízos para a qualidade do ensino, o aproveitamento dos estudantes, o sossego das famílias, constitui mais um grave indicador na degradação das condições do ensino no nosso país.

E não é com a mudança de ministros que o PSD encobre ou dá resposta à grave situação no sector. A responsabilidade cabe ao Governo e à sua política.

A atestá-lo estão os casos da PGA, dos “numerus clausus”, da colocação de professores, das propinas, provas de avaliação, provas de acesso, alterações sobre alterações na Reforma Educativa, tudo num estilo de “quero, posso e mando”.

Pela nossa parte continuaremos a reafirmar que é necessário assumir a educação não como um instrumento eleitoral, mas como um vector fundamental do desenvolvimento dos cidadãos e da sociedade.

A educação é questão séria de mais para ser objecto de improvisações, de marketings políticos ou de “passa culpas” para as autarquias.

(...)

O Governo deve assumir as suas responsabilidades perante a Nação, a juventude e a Lei Fundamental do País.

O desenvolvimento económico, social e cultural do País, os padrões de vida a que os portugueses aspiram e têm direito, estão cada vez mais ligados ao desenvolvimento e afirmação da educação e de uma capacidade científica e tecnológica própria, à qualidade e grau de evolução do sistema educativo e do sistema científico e tecnológico nacional.

Temos afirmado e queremos reafirmá-lo que o ensino, a ciência e a cultura constituem vectores estratégicos para o desenvolvimento de Portugal.

A política da educação e do ensino precisa de responder aos problemas e às necessidades imediatas de hoje, mas tem de ser conduzida também com uma perspectiva clara e objectivos bem definidos a médio e longo prazo.

Os avanços e recuos e as experimentações sucessivas não dão saúde ao sistema. A política do PSD neste sector tem sido particularmente desastrosa e desastrosa o que não pode deixar de preocupar pais e alunos, professores e quem tem responsabilidades e participação pública.

Cabe aqui reafirmar que acusamos o Governo de se desresponsabilizar crescentemente das suas obrigações para com a população portuguesa no que respeita ao direito fundamental à educação e ao ensino, o que se traduz na diminuição da importância do ensino público e, objectivamente, na degradação da sua qualidade, a par da expansão do negociamento no sector.

Acusamos o Governo de, com a sua política, promover o divórcio entre as necessidades concretas do país e as orientações básicas postas em prática nos domínios da educação, da ciência e da tecnologia.

Lembramos que o PSD, no seu projecto de revisão constitucional, propõe o desaparecimento do articulado da Lei Fundamental sobre as obrigações do Estado de criar uma rede pública de estabelecimentos de ensino e um sistema público de educação pré-escolar, instituindo em seu lugar a mera obrigação de promover actividades nesse sentido. Por outro lado, o PSD propõe-se liquidar as noções de ensino especial para deficientes e da gestão democrática das escolas e substituir o princípio da gratuidade universal e progressiva de todos os graus de ensino pela sua promoção apenas para os “mais carenciados”. Tal é o projecto retrógrado e reaccionário do PSD.

Um ensino da mais alta qualidade para todos os portugueses é o objectivo fundamental da política educativa do PCP.

A abertura da escola para a vida - a vida do País e de um mundo em rápida mudança, as aspirações dos jovens, as realidades dos trabalhadores e das empresas, as tarefas da comunidade local, a comunicação e a cultura em toda a diversidade - constitui para nós uma linha de referência a que a escola para o nosso tempo, como a concebemos, deverá corresponder.

Mas a escola, para desempenhar as suas funções, precisa dos seus trabalhadores docentes e não docentes. E não vale a pena dizer que não há dinheiro. A questão está na sua utilização e na sua eficiência. O dinheiro que vai para a educação desde que gasto com rigor não é uma despesa, é um investimento e um investimento reprodutivo.

A competência profissional e a qualificação, a cultura humanista e científico-técnica, a inovação e a criação, os valores cívicos e humanos constituem grandes pontos de referência para a modernização dos currículos da formação e de formação permanente no quadro do desenvolvimento harmonioso de todas as capacidades e de todas as responsabilidades dos cidadãos.

Este é e será o nosso combate.

Jornadas Parlamentares em Silves

PCP prepara final de Legislatura atento à corrupção, ao SIS e à Constituição

O agendamento a curto prazo das iniciativas legislativas existentes no Parlamento sobre a questão da portagem na Ponte 25 de Abril, visando a sua abolição, bem como o debate das alternativas à projectada ponte que ligará as duas margens do Tejo entre Sacavém e o Montijo, constituem apostas do Grupo Parlamentar do PCP neste reinício dos trabalhos da Assembleia da República. A decisão foi tomada nas suas Jornadas Parlamentares, realizadas nos dias 14 e 15, em Silves, um fórum de reflexão e debate no decorrer da qual mereceram ainda uma atenção muito especial (com direito a iniciativas legislativas próprias ou tomadas de posição) os processos de investigação aos actos de corrupção e fraudes, a actuação dos Serviços de Informações, a revisão constitucional, a moção de censura do CDS ao Governo e a integração de pessoal não docente no quadro das escolas.

Destinadas a preparar a intervenção da formação comunista na sessão legislativa que agora se inicia, estas Jornadas foram ainda marcadas pela aprovação e anúncio de um conjunto de acções e iniciativas legislativas, de inegável alcance e importância, sobre matérias que ocupam a ordem do dia.

A uma semana da reabertura dos trabalhos parlamentares, o Grupo comunista volta assim a evidenciar a sua capacidade de iniciativa política, colocando no centro do debate questões de interesse nacional, com destaque para o combate à política económica e social do actual Governo.

Este foi, aliás, um capítulo em relação ao qual não foram poupadadas críticas, com os deputados comunistas a acusarem o Governo de promover uma "nefasta política" que, em sua opinião, "tem penalizado particularmente os trabalhadores e os portugueses de menores recursos, promovido o desemprego e agravado as condições

de instabilidade e insegurança no emprego e nas relações laborais e sociais".

"O crescente clima de governamentalização, corrupção e intimidação da vida pública e de insensibilidade perante os problemas sociais", segundo a expressão utilizada no documento de conclusões, dado a conhecer em conferência de imprensa por Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar comunista, foi outra das situações denunciadas nas Jornadas, durante as quais foi igualmente reafirmada a disposição do PCP - a propósito da moção de censura hoje em debate no Parlamento - de intervir no sentido de "censurar com frontalidade a política do Governo e de exprimir a sua oposição à subsistência do Governo no Poder".

No que se refere à revisão constitucional, analisados que foram os trabalhos da Comissão Eventual, as Jornadas confirmaram todas as críticas anteriormente formuladas pelo PCP

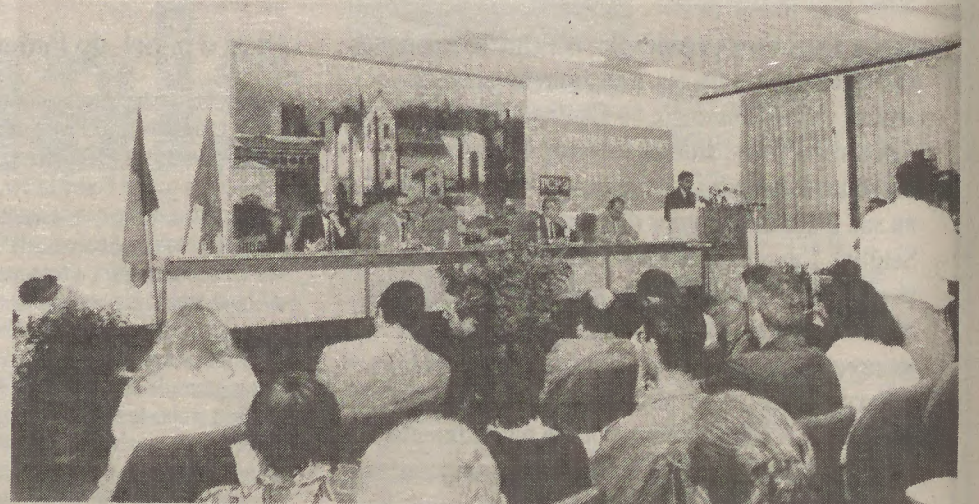
ao respectivo processo, realçando uma vez mais "os gravíssimos perigos para a democracia que ele comporta".

"No plano metodológico, funcionou a plena convergência do PS e do PSD para um funcionamento da Comissão a mata-cavalos e espartilhado", lê-se no documento de conclusões das Jornadas, que acrescenta que "se alguma coisa distinguiu o PSD do PS nesta matéria foi que, enquanto o PSD espicacou a revisão, o PS meteu esporas com permanentes queixas acerca das «demoras» resultantes do aprofundamento do debate".

Pronunciando-se sobre os mais recentes desenvolvimentos em torno deste processo, os deputados comunistas observam ainda que "só pode haver revisão constitucional com o conluio do PS e PSD", anotando simultaneamente que o PS, "à medida que o tempo passa, fica cada vez mais vulnerável à pressão e chantagem do PSD para a realização de um acordo global".

"Ao PS, se quer pôr termo a esta situação, só resta o caminho que o PCP já apontou: o abandono da revisão", salienta o documento entregue aos jornalistas, antes de advertir que "se, depois de tudo o que foi dito pelo PSD o processo de revisão continuar, então isso só pode significar a disponibilidade do PS para a efectivação de um acordo".

Matéria acompanhada com atenção durante as Jornadas foi também a notícia divulgada pela comunicação social quanto à preparação da entrega pelo Ministério do Emprego de mais uma benesse à UGT (entrega de 91 mil contos e o perdão de uma dívida de 400 mil contos), associando esse facto às nego-



Octávio Teixeira, líder da formação comunista, apresentou em conferência de imprensa as conclusões das Jornadas Parlamentares do PCP

ciações para a assinatura do Acordo Económico e Social.

Face à gravidade do caso, de acordo com a decisão tomada nas Jornadas, o Grupo comunista apresentará um requerimento na Assembleia da República, exigindo do Executivo o envio de cópia do parecer do subdirector do DAFSE e do despacho do secretário de Estado da Formação Profissional constantes do dossier UGT/FSE.

Atenta análise ao longo dos dois dias de trabalho em Silves mereceram também o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano para 1995, documentos estes que, pelas suas orientações, no entender dos deputados do PCP, são contrários "à necessidade de aumento da procura interna com vista à dinamização da actividade produtiva nacional e ao aumento do emprego", conduzindo ao mesmo tempo ao "aprofundamento da injustiça social".

Fundamentando o seu ponto de vista, a partir das informa-

es na altura disponíveis, o Grupo Parlamentar comunista assinala que o OE e as GOP's não dão resposta às necessidades de crescimento económico acelerado e de maior justiça e equidade social, garantindo, por outro lado, que o optimismo revelado pelo Governo no cenário macroeconómico "não é sustentado pelas políticas apresentadas e pelas orientações traçadas".

Em abono da sua tese, os deputados comunistas recordam ainda a orientação política de ataque aos trabalhadores seguida pelo Governo, o aprofundamento da injustiça fiscal (com a penalização dos rendimentos do trabalho e do consumo das famílias para beneficiar os rendimentos do capital), a falta de vontade política em alterar a forma e as bases de financiamento da Segurança Social, e a perda de peso relativo no PIDDAC das despesas de investimento nos sectores da educação e saúde.

Nota de realce merece por fim a atenção prestada pelas

Jornadas à resolução definitiva do problema da integração de pessoal não docente no quadro das escolas. Classificando esta situação de perturbação como "extremamente grave" e contrária às promessas e garantias de normalidade feitas pela Ministra, a formação comunista considera que tal recurso sistemático por parte do Ministério aos contratados a prazo para o desempenho de funções de carácter permanente é "inaceitável e ilegal", entendendo simultaneamente que as medidas anunciadas pela ministra Ferreira Leite em resultado do protesto "são claramente insuficientes" e "não resolvem o problema de forma estável e duradoura".

Nesse sentido, foi anunciado, o PCP entregará de imediato um projecto de lei no qual se determina a integração nos quadros dos trabalhadores não docentes das escolas que já tenham ultrapassado o tempo de serviço que, segundo a lei geral de trabalho, implica essa integração.

Serviços de Informações Urge mais fiscalização

O reforço dos mecanismos de fiscalização dos Serviços de Informações e a clarificação dos limites da sua actuação constituem os dois grandes objectivos inscritos no projecto de lei que o Grupo Parlamentar do PCP apresentará em breve na Assembleia da República, de acordo com a decisão sobre esta matéria aprovada nas suas Jornadas Parlamentares.

Ao avançarem com esta iniciativa, para os deputados comunistas, trata-se, por um lado, de conferir ao Conselho de Fiscalização "poderes de inspecção directa e sem pré-aviso, reforçando a intervenção dos deputados e dando à Comissão Parlamentar de Direitos poderes para chamar e ouvir os directores de serviços", explicitando, simultaneamente, no articulado do diploma, a "proibição de actividades de ingerência política e sindical, bem como ingerências na esfera dos direitos fundamentais dos cidadãos, e criminalizando as violações destas proibições".

Mas não foi esta a única iniciativa directamente relacionada com os SIS - para a qual vão requerer o processo de urgência - aprovada pelos parlamentares comunistas no decorrer das suas Jornadas. Significativo da importância que atribui ao tema e das legítimas preocupações existentes relativamente ao que considera ser "a escalada de ilegalidades e provocações" cometidas pelos Serviços de Informações, a formação comunista vai também subscrever a proposta de que a actividade destes Serviços seja objecto de imediata suspensão até à consagração de um efectivo sistema de fiscalização, suscitando para o efeito o processo de decisão através da apresentação de uma iniciativa.

Considerando a actuação dos SIS como "totalmente incompatível com o regime democrático", o Grupo Parlamentar do PCP voltou entretanto a chamar a atenção para o facto de estes Serviços se revelarem "cada vez mais como um serviço de informações políticas ao serviço do PSD e dos seus objectivos político-partidários".

Contactos no Algarve revelam Tecido produtivo degrada-se

Seguindo uma prática habitual, integrada no âmbito das suas Jornadas, os deputados comunistas desenvolveram durante a sua estadia no Algarve um programa de contactos e visitas com as mais variadas entidades, de que resultou um conjunto de informações sobre a realidade económica e social da região.

Desta identificação de questões e problemas, a merecer tratamento adequado em futuras acções do Grupo comunista na Assembleia da República, importa realçar o arranque da construção da Barragem de Odelouca, o desassoreamento do rio Arade, o prolongamento da via do Infante até Lagos (bem como o urgente melhoramento de toda a rede viária a cargo da Junta Autónoma), a construção de um porto de abrigo em Armação de Pêra e o arranque da construção do Porto de Quarteira.

Em matéria de política ambiental, de acordo com o recenseamento efectuado, afigura-se como muito importante a execução de um Plano que de forma integrada permita eliminar os factores de poluição da ria Formosa.

No domínio das pescas, por sua vez, os deputados comunistas puseram em evidência a importância de finalmente terem sido desbloqueados os entraves ao acordo de pescas com Marrocos, apontando simultaneamente como necessário o rápido pagamento pelo Governo das indemnizações compensatórias aos pescadores e armadores pelos prejuízos sofridos. Reclamada neste capítulo foi a necessidade de uma actuação mais frontal e eficaz do Governo nas negociações do futuro acordo previsto para Maio de 1995, em ordem a que os interesses nacionais sejam melhor defendidos.

Constatada pelos deputados comunistas foi também, no plano social, a manutenção de uma elevada taxa de desemprego no Algarve, tendo a este respeito chamado igualmente a atenção para a diminuição dos postos de trabalho e para a instabilidade e insegurança nas relações de trabalho que, em sua opinião, é fruto da "profunda degradação da actividade produtiva e da atitude do patronato que, a coberto da acção do Governo, promove a ilegalidade e a desregulamentação nas relações de trabalho".

Jornadas Parlamentares em Silves

Octávio Teixeira

Guerrilha do PSD
terá o nosso combate

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, acusou o PSD e o Governo de estarem a preparar o uso da chicana política e o peso bruto da maioria para dificultar ou impedir que a Assembleia da República se pronuncie sobre questões políticas e sociais carentes de solução urgente. Foi na intervenção de abertura das Jornadas Parlamentares, com o líder da formação comunista a deixar uma chamada de atenção para o que considerou ser, por um lado, um "quadro político de uma guerrilha sem limites e sem ética do PSD e do Governo", e, por outro, de "ausência de uma recuperação económica sustentada e de agravamento da situação social".

Daí que, sendo o mais consequente opositor à política governamental, o PCP seja o "alvo privilegiado dos ataques e provocações da tribo laranja", como assinalou Octávio Teixeira, que não deixou de assinalar que, apesar das "dificuldades acrescidas", os comunistas estão "preparados e motivados para ultrapassar essas dificuldades, para intensificar o combate político ao Governo e às suas políticas demonstradamente inadequadas".

Evidenciado por Octávio Teixeira foi ainda o empenho da banca comunista no sentido de "desmontar e denunciar as operações de mera propaganda fraudulenta", apresentando e defendendo simultaneamente propostas alternativas que "defendam a legalidade democrática e os direitos e liberdades dos cidadãos, combatam a corrupção e punam os seus agentes, possibilitem a recuperação económica e promovam o desenvolvimento e a justiça social".

Corrupção
e fraudesComunistas querem tudo
em pratos limpos

O pedido de elaboração de um Relatório a cargo da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o estado da investigação dos processos relativos a crimes de corrupção e fraude e a proposta de realização de um debate de urgência sobre esta matéria, visando designadamente o apuramento das causas e responsabilidades pela inércia existente nas investigações, constituem duas das iniciativas aprovadas pelos deputados comunistas no decorrer das Jornadas.

A formalizar muito brevemente na Assembleia da República, estas iniciativas surgem como resposta à situação de quase completa impunidade que tem marcado a prática de fraudes e actos de corrupção, relativamente aos quais, na sua maioria, não têm sido accionadas as correspondentes e necessárias operações de investigação.

Inconformados com este facto, que reputam de "extrema gravidade", os deputados comunistas recordam no documento de conclusões das suas Jornadas uma recente entrevista concedida pelo Procurador Geral da República em que este revela não ter sido dada qualquer resposta às questões formuladas no relatório da inspecção feita pela PGR à Polícia Judiciária, em Abril, sobre a ausência de investigação da

maioria dos crimes de corrupção e fraudes.

Nessa entrevista, recorde-se, Cunha Rodrigues adianta que os meios que estão ao dispor do Ministério Público e da Polícia Judiciária para essa investigação «não são suficientes», tendo sublinhado, por outro lado, que em processos com seis, sete e oito anos não houve um único acto de investigação.

Nota de registo merecem ainda as revelações de que uns processos antigos não foram investigados, enquanto outros, mais recentes, o foram, bem como a afirmação de que basta o poder político conceder os meios necessários para que os processos sejam investigados a curto prazo.

Comentando estas declarações, o Grupo Parlamentar do PCP considera que elas chamam a atenção para "uma realidade gravíssima", a saber: "a de que o Governo PSD actua deliberadamente no sentido de impedir a investigação dos crimes de corrupção e fraudes, designadamente das que se referem a desvios de verbas do Fundo Social Europeu, para proteger clientelas suas profundamente implicadas nesses crimes, subtraindo-as à acção da Justiça e para ocultar perante a opinião pública a real dimensão do fenómeno da corrupção que a sua política estimula e favorece".

Carlos Carvalhas

**"A estabilidade do PSD
é sobretudo a "estabilidade"
para as negociatas"**

A actualidade política nacional, com relevo para as principais linhas de orientação que continuam a pautar a acção governativa, bem como o processo de revisão constitucional, ocuparam um lugar de destaque na intervenção do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, proferida faz amanhã oito dias na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares.

São passagens desse importante discurso, onde a dado passo se afirma que a "questão nodal que vai determinar o comportamento do Governo e do Primeiro-Ministro" é alimentar a sua "corte e clientelas para se manter no Poder", que transcrevemos de seguida:

Esta sessão legislativa vai decorrer num quadro em que se multiplicarão por parte do PSD e do Governo as manobras demagógicas, as fingidas preocupações com os desempregados, os reformados e com os mais desprotegidos, em que se verificarão sofisticadas operações de propaganda e de autoglorificação governamental.

A experiência passada e as últimas duas reuniões do Conselho de Ministros em fim-de-semana mostram, com clareza, que o PSD está preocupado e com medo e que por isso vai intensificar a propaganda e o eleitoralismo. O seu propósito não é o de arrear caminho, não é o de se lançar ao combate do desemprego, à desertificação e envelhecimento do interior, à superação dos graves problemas sociais e económicos com que o País se debate, mas sim tudo fazer e tudo encenar, utilizando o dinheiro dos contribuintes e alimentando a corte e clientelas, para se manter no poder. Esta é que vai ser a questão nodal que vai determinar o comportamento do Governo e do Primeiro-Ministro.

Tudo fazer para não ser demitido e para que as eleições não tenham lugar antecipadamente com um governo isento, tudo fazer para mascarar a sua política de concentração de riqueza, tudo fazer para que as concessões eleitoralistas sejam ampliadas ao máximo pelo marketing político e pela política-espectáculo.

O que preocupa o Governo não é a efectiva resolução dos problemas do povo e das populações, mas que pareça que está a resolvê-los, não é o combate à corrupção, ao negociatismo e à especulação financeira, mas que não haja escândalos públicos.

O que o preocupa não é a firme defesa do interesse nacional mas a imagem e a encenação de seriedade, de devoção ao interesse geral e não partidário, quando, como se sabe, toda a prática do PSD tem sido caracterizada pelo clientelismo, pelo favoritismo, pelo espezinhamento da isenção e da ética política no exercício de funções públicas. Aliás, o relatório do Tribunal de Contas sobre a execução do Orçamento do Estado de 1991, agora publicado, não deixa margens para dúvidas sobre a forma escandalosa como o Governo gastou e esbanjou dinheiros dos contribuintes sem cobertura legal, para fins eleitoralistas. Um escândalo que, só por si, dá a dimensão ética de um governo, que ilegítimamente usa e abusa, para fins partidários, os dinheiros do Orçamento do Estado. (...)

Também agora, com o aproximar das eleições legislativas, ministros e secretários de Estado já andam numa roda-viva em visitas e mais visitas, prometendo aqui, abrindo os sacos azuis acolá, misturando funções do Estado e funções partidárias numa azáfama que chega a ser ridícula. Mas as recepções já não são o que eram dantes, apesar dos esforços dos governadores civis, CCRs e clientelas. Estas ou são marcadas pela indiferença ou pelo protesto. A demagogia já engana menos! (...)

A estabilidade do PSD é sobretudo a "estabilidade" para as negociatas, para o saque do património público com as privatizações, para as clientelas que vivem à sombra do Orçamento, para as actividades especulativas e parasitárias. O regabofe das privatizações, que têm tido a santificação do PSD e do CDS e o silêncio comprometido do PS, têm transferido riquíssimo património do erário público, subavaliado em largos milhões de contos, para os bolsos de meia dúzia de famílias, num quadro de opacidade, compadrio e corrupção, numa escandalosa operação de centralização de capitais, conduzida pela mão do poder laranja. Um caso que se fosse conhecido o miolo e as suas teias, não ficaria certamente atrás da operação "mãos limpas" em Itália. Esta é uma questão que não pode deixar de nos preocupar e de merecer a nossa atenção e viva denúncia.

Face a este quadro e em contraste com o PSD e as outras forças partidárias a nossa acção institucional e não institucional deve ser marcada por dois fios condutores: por um lado, o de procurarmos resolver os problemas, apresentando propostas, medidas e projectos de lei que

vão ao encontro dos anseios e justas aspirações das populações, o de fazermos valer os interesses dos trabalhadores, o de mostrarmos através de medidas e projectos alternativos que é possível enfrentar com êxito os exigentes desafios que estão colocados ao País e, por outro lado, dar combate e desmascarar a demagogia da política do Governo, a acentuação das desigualdades, as limitações das liberdades, a arrogância, as formas de pressão e coacção económica e social sobre os cidadãos, o seu projecto de desfiguração do regime democrático.

As nossas preocupações primeiras devem estar voltadas nas mais diversas esferas da vida nacional para o empenho, num generoso esforço e contribuição construtiva, para a solução dos problemas do povo e do país e para a defesa da soberania nacional. (...)

Mas esta sessão legislativa que nos devia orientar prioritariamente para a resposta aos graves problemas com que se debate o País e para o combate à política de direita, tem-nos também obrigado a deslocar esforços, energias e atenções para a revisão constitucional, que o Partido Socialista promoveu apesar do Presidente do seu grupo parlamentar dizer que seria um acto patriótico a sua não realização.

Com esta iniciativa, o PS, que tem procurado uma Revisão apressada, com um frenesim de reuniões, com vista à obtenção de maiorias administrativas, desvia a atenção dos graves problemas e dá tranquilidade ao PSD. O PS, com a proposta de Revisão, o que pretende, sublinhamos, é chegar com o PSD a um acordo sobre o sistema eleitoral e suficientemente afastado das eleições legislativas para que os eleitores esqueçam os seus compromissos com o partido do Governo. Os riscos que o Regime corre são reais se a Revisão "não abortar", pois estão em causa novas e graves adulterações da Lei fundamental. Por isso, insistimos em que o PS só tem um caminho a seguir se quiser fazer marcha atrás nas graves responsabilidades que lhe cabem: anunciar que abandonará este processo. Esta é uma exigência democrática. É tempo do PS pôr os actos de acordo com as suas recentes palavras...

A troca epistolar entre Almeida Santos e Duarte Lima ontem verificada, só devia ter um desfecho por parte do PS, isto é, aquele que afirmámos na Festa do "Avante!": o abandono da Revisão.

Não há nenhum caso constitucional, nenhuma urgência na Revisão e o abandono seria um acto de coerência para quem diz que o projecto de Revisão do PSD não respeita sequer os limites materiais e é provocador e para quem diz que a laranja já está apodrecida, pois quem se encosta à fruta podre corre um risco conhecido...

Se a Revisão continuar, depois do que disseram Duarte Lima e Almeida Santos, só tem um significado: é que os dois Partidos, embora dizendo que não, continuarão em segredo e nos bastidores, tal como nas anteriores Revisões, em negociatas a dois. Veremos qual o comportamento do PS.

Esta é que é a questão que está em cima da mesa e não o prolongamento da Revisão com a fingida preocupação sobre a participação dos cidadãos, ou com o desprestígio dos partidos ou com a política em abstracto, que não advém do sistema político mas da prática daqueles que não cumprem o que prometem, que apostam na política politiqueria ou que, em vez do debate das ideias, preferem a política espectáculo, ou que não hesitaram como o fizeram o PSD, o CDS e o PS em votarem largas mordomias para os eleitos com a firme oposição do PCP. Tudo o resto é pura demagogia. Aliás, quando um partido afirma solenemente que o PSD está a gangrenar o País, se as palavras têm algum valor, se não são mera retórica, então a conclusão a tirar é que não se pode continuar a sujeitar o País à gangrena crescente por mais um ano. Se se quer ser coerente, não se pode continuar a afirmar que «o PSD deve governar até 1995» e simultaneamente dizer que o país está a ser gangrenado pela política desse partido. Se o PS quer ser coerente há que defender nos actos e nas palavras a urgente amputação. O País não pode continuar adiado e "bloqueado" por mais de um ano... A nossa posição é clara. Pela nossa parte, tudo faremos para que esta política seja interrompida o mais depressa possível para bem dos portugueses e de Portugal. Seria bom que o PS deixasse também clara a sua posição para que se conheça com transparência o que pensam os partidos. E isto não é um desafio, é também uma exigência democrática.

Nós contrapomos quer ao processo de revisão da Constituição que nenhuma urgência justifica, quer às pretensões hegemónicas, a luta por uma nova política. Uma política de esquerda, ancorada num projecto progressista e generoso que aprofunde a democracia política, económica, social e cultural. O PCP não se resigna a esperar que o PSD continue a desenvolver e a adiantar tranquilamente a sua ofensiva destruidora. (...)

A esperança de uma real mudança na vida nacional exige muitíssimo mais que meras acusações retóricas ao PSD, do que meras diferenças no verbo, do que meras diferenças de meio ponto acima ou abaixo nas taxas de juro ou em outra qualquer grandeza económica. Exige uma firme e assumida ruptura com os objectivos fundamentais e as concepções da política de direita. (...)



A II Guerra Mundial

■ Manoel de Lencastre

Hitler ordena a conquista de Stalinegrado ⁽¹⁾

A vitória da URSS, do Exército Vermelho, do Partido Comunista, em Moscovo, transformou o curso da guerra. Ficou destruído o mito da invencibilidade da «Wehrmacht». O poderio dos novos exércitos soviéticos e a sua experiência de combate estavam demonstrados. A capacidade produtiva do aparelho industrial que alimentava esses exércitos surgia aos olhos do mundo. E os povos, de repente, adquiriam a convicção de que iria ser possível esmagar o nazismo e o fascismo, destroçar a máquina de guerra hitleriana e dar à humanidade um rumo diferente. Os comunistas, provadas a sua capacidade e a sua coragem, ganhavam o respeito de todos os homens e mulheres em todos os países. Ser membro do Partido era estar mais perto dos gloriosos vencedores da batalha de Moscovo – e dos seus inesquecíveis mártires. A União Soviética era a esperança de todos os cidadãos internacionais.

Dovator

Em Dezembro de 1941, as condições estratégicas criadas pela derrota dos nazis favoreciam uma contra-ofensiva do Exército Vermelho destinada a afastar para tão longe quanto possível o espectro do «Grupo de Exércitos Centro» que fora vencido, sim, mas continuava a constituir uma poderosíssima amálgama de grandes formações militares (!). Assim, o 1.º exército de tropas de choque soviético (Kuznetsov), o 16.º (Rokossovski), o 10.º (Golikov), o 20.º (Vlasov) e o 30.º (Leliuchenko) lançaram furiosos golpes contra os agrupamentos de tropas hitlerianas que procuravam estabelecer posições defensivas onde pudessem manter-se até ao fim do Inverno. Klin e Solnechnogorsk iam ser libertadas. Tropas de Kuznetsov avançavam de Krasnaia Poliana e Beli Rast. Forças de Rokossovski marchavam sobre Kriukovo. Na frente Kalinin (Konev), as linhas alemãs eram penetradas em diversos pontos. A 15, às primeiras horas da manhã, Klin era finalmente recuperada.

Münchener Neuoste Nachrichten», do «Voelkischer Beobachter», de Berlim, teve de ser suprimido, por ordem de Goebells. O racionamento começava a apertar o viver do povo germânico.

O General Inverno?

Hitler, entretanto, e apesar das realidades que estamos tentando descrever, gritava, em Berlim: «Nunca, na História, se viram um tão gigantesco império ser esmagado em tão curto espaço de tempo. Nenhum exército, nem mesmo o russo, poderá recuperar das tão pesadas perdas sofridas. Conseguimos dominar o destino que destruíra, há 130 anos, um outro homem.» ⁽²⁾

Mas um historiador oficial do Reich escrevia no «Voelkischer Beobachter», em fins de Dezembro:

«Parece-nos que o Alto Comando Alemão terá subestimado a força e a eficiência do Exército Vermelho. Homem para homem, o soldado soviético, em nada é inferior ao alemão.»



Mas, a 19, o major-general Dovator, comandante do 2.º corpo de cavalaria (Guardas) caía, em combate, na povoação de Palachkino, a 12 quilómetros de Ruza. O Presidium do Soviete Supremo da URSS concederia a Dovator o título e a medalha de Herói da União Soviética. Na zona do Tula, aquilo que fora o 2.º Grupo de Exércitos «Panzer» (Guderian) tinha sido esmagado. Unidades desses exércitos em fuga, apareciam nas estradas de Venev e Mikhailov. Os 10.º e 50.º exércitos soviéticos (Belov e Boldin) procuravam cortar-lhes a retirada. Recuando sobre Uzlovaia, Bogoroditsk e Sukinichi, os nazis deixavam na neve imensas quantidades de equipamento, incluindo tanques, carros, camiões, tractores. A ameaça contra Tula, que parecera decisiva, desapareceu. As condições do tempo, como é natural, agravavam-se. Já estamos em 1942. Os jornais alemães enchem páginas com notícias «In Memorium» da morte de milhares de oficiais da «Wehrmacht» e esse tipo de anúncios do «Deutsche Allgemeine Zeitung», de Berlim, do «Hamburger Freudenblatt», do

Medidas internas nazis, com vista à continuação da guerra em termos mais terríveis, ainda: as S.A., camisas castanhas (Sturm-Abteilung/tropas de ataque) passavam a funções passivas e desapareciam, praticamente, para darem lugar às negras e assassinas S.S. (Schutz-Staffel/Esquadrões de Protecção) cujo comandante era Heinrich Himmler, também chefe da «Gestapo» (Geheime Staatspolizei/polícia política). Berlim, toda a Alemanha, corria aos centros de recolha de agasalhos para as tropas.

(conclui no próximo número)

⁽¹⁾ Ver quadro anexo. O nosso colaborador, Manoel Lencastre, propôs-se fornecer ao leitor uma lista pormenorizada das forças em presença, em 1 de Janeiro de 1942, Exército Vermelho, de um lado, nazis do outro. Trata-se de uma extensa relação que, por certamente nunca haver sido publicada em Portugal, queremos aqui mostrar. A falta de espaço obrigamos, porém, a fazê-lo em duas partes, assim como ao texto que hoje iniciamos e se concluirá na próxima semana.

⁽²⁾ Referia-se a Napoleão.

A ordem de batalha

Ordem de Batalha das Forças do Exército Vermelho que se opunham ao «Grupo de Exércitos Centro» (nazi), a 1 de Janeiro de 1942 e após a vitória de Moscovo.

Frente Norte (Occidental) – sectores à direita da Frente Kalinin:

Tenente-General Kurochkin; 3.º Exército de Choque – Tenente-General Purkaiev; 4.º Exército de Choque – Coronel-General Andrei Ieremenko;

Frente Kalinin: Coronel-General Ivan Konev;

22.º Exército – Tenente-General V.I. Vostrukov; 39.º Exército – Tenente-General I.I. Maslennikov; 29.º Exército – Tenente-General V.I. Chvetsov; 31.º Exército – Major-General V.A. Yuskevitch; 30.º Exército – Major-General D.D. Leliuchenko;

Frente Occidental: General do Exército Vermelho Georgi Jukov;

1.º Exército de Choque – Tenente-General F.I. Kuznetsov; 20.º Exército de Choque – Tenente-General Andrei Vlasov; 16.º Exército de Choque – Tenente-General Konstantin Rokossovski; 5.º Exército de Choque – Major-General L.A. Govorov; 2.º Corpo de Cavalaria (Guardas) Major-General L.J. Dovator; 33.º Exército – Tenente-General M.G. Yefremov; 43.º Exército – Major-General K.D. Golubev; 49.º Exército – Tenente-General I.G. Zacharkin; 50.º Exército – Tenente-General I.V. Boldin; 10.º Exército – Tenente-General F.I. Golikov; 1.º Corpo de Cavalaria (Guardas) Major-General P.A. Belov;

Frente Bryansk: Coronel-General Ya. T. Cherivichenko;

61.º Exército – Tenente-General V.S. Popov; 3.º Exército – Tenente-General P.I. Batov; 13.º Exército – Tenente-General A.M. Gorodnianskov;

Ordem de Batalha do «Grupo de Exércitos Centro» a 1 de Janeiro de 1942

Comandante em Chefe: Marechal de campo Günther von Kluge;

Chefe do Estado-Maior: Major-General, Hans von Greiffenberg;

2.º Exército – General de Forças «Panzer» Rudolf Schmidt;

Chefe do Estado-Maior: coronel Gustav Harteneck;

47.º Corpo de Tropas motorizadas – General de Forças «Panzer» Werner Kempf;

compreendendo:

um Grupo de choque da 168.ª divisão de Infantaria; 16.ª divisão motorizada (tenente-general Sigfrid Henrici) 9.ª divisão «Panzer» (tenente-general Alfred Ritter von Hubicki)

55.º Corpo – General de Infantaria, Erwin Vierow;

compreendendo:

45.ª divisão de Infantaria (tenente-general Friz Schlieper); 95.ª divisão de Infantaria (tenente-general Hans-Heinrich Sixt von Arnim);

um grupo de choque da 168.ª divisão de Infantaria; um grupo de choque da 299.ª divisão de Infantaria; 221.ª divisão de forças de segurança (tenente-general Johann Pflugbeil) 3.ª divisão «Panzer» (major-general Hermann Breith); 1.ª brigada SS motorizada (do antigo serviço pessoal de Himmler); 35.º Corpo – General de Artilharia Rudolf Kaempf;

compreendendo:

um Grupo de choque da 56.ª divisão de Infantaria; 134.ª divisão de Infantaria (coronel Hans Schlemmer); 262.ª divisão de Infantaria (tenente-general Edgar Theisen); 293.ª divisão de Infantaria (tenente-general Justin von Obernitz);

2.º Exército «Panzer» – General de Forças «Panzer» Rudolf Schmidt;

Chefe do Estado-Maior: coronel Kurt Freiherr von Liebenstein;

47.º Corpo de Tropas motorizadas – General de Artilharia Joachim Lemelsen;

compreendendo:

17.ª divisão «Panzer» (tenente-general Wilhelm Ritter von Thoma); 18.ª divisão «Panzer» (major-general Walter Nehring); 25.ª divisão motorizada (tenente-general Heinrich Clossner); 29.ª divisão motorizada (major-general Hans Zorn); 53.º Corpo – General de Infantaria Walter Fischer von Weikersthal;

compreendendo:

112.ª divisão de Infantaria (tenente-general Friederich Mieth)

um Grupo de choque da 56.ª divisão de Infantaria; 167.ª divisão de Infantaria (major-general Wolf Trierenberg); 296.ª divisão de Infantaria (tenente-general Wilhelm Stemmermann); um Grupo de choque da 10.ª divisão motorizada; 4.ª divisão «Panzer» (tenente-general Willibald von Langermann und Erenkemp); Regimento de Infantaria motorizada «Grande Alemanha» (coronel Walter Hoernlein); 24.º Corpo de forças motorizadas (General de Tropas «Panzer» Leo Freiherr Geyr von Schweppenburg)

compreendendo:

«Grupo Eberbach» (coronel Heinrich Eberbach); «Grupo Usinger» (coronel Christian Usinger); um Grupo de choque da 10.ª divisão motorizada;

compreendendo:

4.º Exército – General de Tropas de Montanha: Ludwig Kübler

Chefe do Estado-Maior: coronel Günther Blumentritt;

40.º Corpo de forças motorizadas (General de tropas «Panzer» Georg Stumme);

compreendendo,

um Grupo de choque da 56.ª divisão de Infantaria; 216.ª divisão de Infantaria (major-general Werner Freiherr von und zu Gilsa); um Grupo de choque da 403.ª – divisão de forças de segurança; um Grupo de choque da 19.ª – divisão motorizada; 19.ª divisão «Panzer» (Tenente-general Otto von Knobelsdorff);

43.º Corpo de forças motorizadas (General de Infantaria Gotthard Heinrichi);

compreendendo:

32.ª divisão de Infantaria, incluindo o 4.º «Standarte» SS (major-general Wilhelm Bohnstedt)

um Grupo de choque da 52.ª divisão de Infantaria; 131.ª divisão de Infantaria (tenente-general Heinrich Meyer-Burdof) 137.ª divisão de Infantaria (major-general Karl von Dewitz gennant von Krebs); 13.º Corpo (General de Infantaria Hans Felber);

compreendendo:

52.ª divisão de Infantaria (tenente-general Lothar Rendulic); 260.ª divisão de Infantaria (coronel Walther Hahn); 268.ª divisão de Infantaria (tenente-general Erich Straube); 12.º Corpo (General de Infantaria Walter Schroth);

compreendendo:

17.ª divisão de Infantaria (coronel Gustav-Adolf von Zangen); 263.ª divisão de Infantaria (major-general Ernst Haecckel); 57.º Corpo de forças motorizadas (Tenente-General Friedrich Kirchner);

compreendendo:

34.ª divisão de Infantaria (major-general Friedrich Furst); 98.ª divisão de Infantaria (coronel Martin Gareis);

um Grupo de choque da 19.ª divisão «Panzer»;

20.º Corpo (General de Infantaria Friedrich Materna);

compreendendo:

15.ª divisão de Infantaria (tenente-general Ernst-Eberhard Hell); 183.ª divisão de Infantaria (tenente-general Benignus Dippold); 258.ª divisão de Infantaria major-general Karl Pfau; 292.ª divisão de Infantaria major-general Willy Seeger);

um Grupo de choque da 10.ª divisão «Panzer»;

4.º Exército «Panzer» – Coronel-General Erich Hapner;

Chefe do Estado-Maior: coronel Walter Chales de Beaulieu;

7.º Corpo (General de Artilharia Wilhelm Fahrbacher)

compreendendo:

7.ª divisão de Infantaria (major-general Hans Jordan); 197.ª divisão de Infantaria (tenente-general Hermann Mayer-Rabingen); 255.ª divisão de Infantaria (coronel Walter Poppe); 267.ª divisão de Infantaria (coronel Karl Fischer); 3.ª divisão motorizada (tenente-general Curt Jahn);

(conclui no próximo número)

Tribunal dá parecer negativo

■ Pedro Tadeu

Governo de más contas e de gastos eleitoralistas

Com ar compenetrado, todos os anos, Cavaco Silva apresenta na Assembleia da República o Orçamento de Estado que apelida de «rigoroso» e «sério». A verdade é que a recente divulgação, em Diário da República, da análise feita pelo Tribunal de Contas sobre a execução do Orçamento de Estado de 1991 e o seu parecer sobre a Conta Geral do Estado de 1992, são verdadeiros libelos acusatórios sobre o modo de governar do PSD: há dinheiro que não se sabe onde pára, subsídios atribuídos sem cobertura legal, dinheiro ganho nas privatizações gasto indevidamente e - fica o aviso para o ano que aí vem - «dispêndio de avultados dinheiros públicos com a realização de apostilhas aos contratos adicionais para a antecipação de trabalhos, antecedendo épocas eleitorais, sem que tais actos tenham sido precedidos da realização dos competentes estudos económico-financeiros que minimamente justificassem tais despesas». Uma afirmação referente à actividade do Ministério das Obras Públicas em 1991 e que oficializa aquilo que todos sabem: em período de campanha eleitoral, o Governo do PSD gasta milhões de contos, indevidamente, para aumentar os argumentos em seu favor junto do eleitorado. Onde está o rigor e a seriedade, senhor Primeiro-Ministro?

O facto de só agora o Tribunal de Contas estar em situação de poder divulgar estes documentos é explicado nas notas introdutórias. Resumidamente, o Tribunal queixa-se de uma gritante falta de meios humanos, técnicos e financeiros mas, sobretudo, dos atrasos que a administração pública comete na entrega dos dados ao Tribunal. Mesmo assim, há organismos que não entregam todos os dados ou entregam uma contabilidade tão desorganizada, que a instituição dirigida por Sousa Franco chega mesmo a declarar-se incapaz de a analisar.

O Ministério de Ferreira do Amaral é acusado pelo Tribunal de Contas de criar, no tal ano eleitoral de 1991, «situações de falhas de planeamento, resultando em percentagens elevadas de volume de trabalhos a mais, em relação à adjudicação (entre 40 a 56%)», com consequente aumento - desnecessário se existisse competência - de despesas do Estado, ainda por cima verificando-se «erros na utilização de mapas próprios, relativos a trabalhos a mais e trabalhos acordados» o que deve causar uma baralhação nas contas bem fácil de imaginar...

Uma das questões levantadas pelo Tribunal de Contas nos dois documentos diz respeito ao destino dado ao dinheiro obtido pelo Governo com as privatizações. Em 1991, o Tribunal regista 108,8 milhões de contos obtidos com vendas de diversas empresas públicas. Esse dinheiro devia ser encaminhado para a anulação da dívida pública ou para a amortização da dívida do sector empresarial do Estado e em novas aplicações no sector produtivo. Nada disso aconteceu.

Em 1992, registam-se diversas irregularidades graves que afectaram o património financeiro do Estado ou criaram verbas várias não ins-

critas no Orçamento de Estado. A última das notas, sobre este assunto, do Tribunal de Contas serve de exemplo: «privatização ilegal de uma participação relativa a 24 262 acções da Companhia de Seguros Mundial-Confiança na PARTEST, decorrente da reprivatização daquela empresa; com efeito em termos estatutários a PARTEST constitui uma empresa de capitais exclusivamente públicos».

Há falta de transparência nas contas públicas no que diz respeito à contabilidade das rubricas «despesas pagas» e «não pagas». O Tribunal considera existir, em 1991, «sobrevalorização da «despesa paga» na parte não utilizada das verbas orçamentais transferidas para organismos com autonomia». É que há fundos saídos que se consideram como «despesas pagas» mas que podem não ter dado lugar, necessariamente, a efectivos pagamentos.

Quer em 1991 quer em 1992, o Tribunal de Contas queixa-se do «grande distanciamento temporal entre a data de autorização das alterações orçamentais - a partir da qual começam a produzir efeitos - e a data da sua publicação em Diário da República». Ou seja, gasta-se dinheiro do qual só se presta contas oficialmente mais de um ano depois.

Para o Tribunal, isto compromete a transparência e o controlo da execução do Orçamento. «Se os despachos de autorização são proferidos até 31 de Dezembro, não se vislumbram razões para que mais de metade das alterações efectuadas sejam publicadas depois de 31 de Janeiro do ano seguinte» diz Sousa Franco em 1991 para, no relatório referente ao ano seguinte, acrescentar, com alguma ironia: «apesar de esta observação vir a ser apontada pelo Tribunal há vários anos, a Administração não se tem pronunciado sobre ela».

Também situação repetida é o facto de não se incluir na rubrica «Contas de ordem» no Orçamento e na Conta do Estado de «um significativo número de fundos e organismos» (35 em 1992) «com receitas próprias de valor igual ou superior a dez mil contos», o que faz com que existam despesas não contabilizadas.

Outra queixa dirige-se directamente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que em 1991 não incluiu como despesa orçamental cerca de 10,2 milhões de contos e em 1992 passou essa verba para 12,5 milhões. São transferências de verbas, contabilizadas em «Despesas a liquidar» que estão por regularizar, «realizadas de forma abusiva» e «violando os princípios e regras contidos na Lei», diz o Tribunal de Contas.

Os subsídios, créditos e outras formas de apoio concedidos directamente pelo Estado dão pano para mangas.

A atribuição de 900 mil contos em 1992 ao Teatro Nacional de São Carlos foi feita de tal forma que o Tribunal pensa ser a situação «susceptível de colidir com princípios de transparência orçamental». Existem também «deficiências várias na actuação dos serviços envolvidos na atribuição dos apoios ao teatro». Em 1991 foi a imprensa que recebeu de forma irregular.

A Direcção-Geral do Tesouro não controlou satisfatoriamente o pagamento de 4,2 milhões de contos reclamados pelas instituições de crédito, a título de compensação de juros: «limitou-se a aceitar, e a pagar, os valores que lhe foram apresentados sem exigir qualquer justificação àquelas instituições». «Inaceitável» é a expressão utilizada no relatório.

Ainda em 1992 no mínimo incrível é o que se passa na rubrica «Transferências de capital/admistração privadas/instituições particulares» do programa PIDDAC «IASE-Ação Social Escolar, Ensino não Superior». O Tribunal de Contas diz que «não existiram transferências de verbas para quaisquer instituições particulares mas simples entregas de verbas a «comissões instaladoras» ou a um «representante do IASE para os actos administrativos», para a construção ou remodelação de edifícios destinados a residências de estudantes, e despesas conexas; de tal procedimento do IASE, confundindo «comissões instaladoras de residências» ou o «representante do IASE para actos administrativos» com instituições particulares, resultou o incumprimento de várias disposições legais relacionadas com a encomenda de estudos e empreitadas de obras públicas, com a sujeição à fiscalização preventiva do Tribunal de Contas e de normas orçamentais aplicáveis aos serviços com autonomia administrativa ou financeira».

A lista de irregularidades cometidas com os dinheiros públicos em 1991 e 1992 prossegue, infundável, muito para além do que aqui se conta. Que valor terá para o PSD a contundente opinião do Tribunal de Contas, quando a Assembleia da República discutir e aprovar a Conta Geral do Estado de 1991 e 1992?

Uma mão tira a outra dá

Só em 1992, o Tribunal de Contas detectou uma vintena de irregularidades no sector da Segurança Social, que vão desde o facto de o Ministério das Obras Públicas não ter entregue à Segurança Social 48,5 milhares de contos relativos a subsídios de renda, tendo esta de suportar essa despesa; até à incrível forma de contabilização das despesas do Fundo Social Europeu para acções de formação profissional: «pois, segundo o IGFSS, cerca de 26,9 milhões de contos constituem «receita proveniente da Comunidade Europeia (FSE)»,... paga por antecipação, despesa a imputar a 1993». Mais uma lei violada, ainda por cima reflectindo «critérios pouco transparentes», na opinião do Tribunal de Contas.

Aliás, sobre o Fundo Social Europeu, já em 1991 o Tribunal de Contas assinalava, a propósito de acções promovidas pelo Instituto da Juventude, a «deficiente organização dos processos de candidaturas, a qual, ocultando elementos essenciais, põe em causa os princípios de transparência e de igualdade de oportunidade dos candidatos». Daqui à acusação de compadrio vai um pequeno passo...

Mas há mais: «as despesas mostraram-se deficientemente documentadas, nomeadamente a atribuição de bolsas aos formandos» e «a frequência dos cursos de formação apresentou desvios significativos, questionando-se ainda o efectivo aproveitamento destes em ulteriores actividades profissionais e desta forma a eficácia da formação neste domínio».

O Governo diz que falta dinheiro na Segurança Social e, por essa razão, tenta liquidar o actual sistema, não garante o futuro das reformas e tenta «impingir» os seguros e a privatização desta área. Mas a verdade é que, hipocritamente, o Estado financia-se na Segurança Social!

No ano de 1991, o Tribunal de Contas denuncia o facto de «não obstante a Lei de Bases da Segurança Social estabelecer que a acção social é financiada fundamentalmente por transferências do Estado, mantém-se a prática de financiar tais despesas com recursos a receitas do regime geral, nomeadamente as provenientes de contribuições».

Sousa Franco manifesta-se preocupado com a questão do financiamento da Segurança Social, e assinala que «apesar da concessão de condições especiais de regularização das dívidas» das empresas e particulares, elas passaram «de 229,7 milhões de contos em 1991 para 266,9 milhões de contos em 1992».

Outro facto interessante: «continua a verificar-se um elevado saldo credor na rubrica «Contribuintes-outros», que em 1992 regista 16 579,6 milhares de contos (excluindo o valor de 1315,9 milhares de contos cujos contribuintes já foram identificados pelo IGFSS, embora não abatidos nas correspondentes contas devedoras de outras ISS), que corresponde a 24,4% dos débitos a curto prazo».

Aliás, muito mau cobrador é o Estado português! No total de 1992, em todas as áreas em que o Estado cobra dinheiro, e «confirmando a tendência dos dois últimos anos, verificou-se em crescimento de 20,4% nas receitas líquidas por cobrar!»

Dinheiros do Estado em contas particulares

Dinheiro gasto pelo Estado sem controlo e com destino duvidoso é problema constantemente levantado ao longo dos extensos documentos do Tribunal de Contas. Veja-se esta observação, referente ao ano de 1992, acerca dos programas inscritos no PIDDAC: «de um modo geral o controlo de programas é deficiente, destacando-se neste aspecto as situações referentes ao Programa «Despesas Comuns», em que cada entidade, responsável pelo controlo, dispõe de valores díspares e inexactos, nenhum correspondendo ao valor disponibilizado para esse programa, e ao Programa «Promoção Turística em Mercados Externos, 2ª Fase», em que a desorganização contabilística e a falta de controlo comprometeram a prossecução dos objectivos da auditoria realizada pelos serviços do Tribunal». É caso para perguntar: onde é que está o dinheiro?

Uma programação da execução dos projectos «pouco realista em termos de custo e tempo», procedimentos administrativos «excessivamente pesados» e deficientes canais de comunicação entre as entidades envolvidas, são causas que o Tribunal de Contas aponta para um facto que se arrasta desde há anos: é que em relação ao PIDDAC, o Estado desrespeita constantemente a programação financeira que faz.

Também o PRODEP de 1991 merece acusações, e bem graves, do género «andam a meter dinheiro ao bolso!»: não se adoptaram, segundo o Tribunal de Contas, «os mais adequados procedimentos de controlo, quer em termos físicos quer financeiros, tendo inclusive sido detectadas situações de movimentação de verbas em contas constituídas em nome de particulares». Onde isto já vai!

«Limites à competição» ou «limites ao capitalismo»?



Sob o título de «Limites à Competição», da autoria do Grupo de Lisboa¹, foi dado à estampa há poucos meses o produto de uma reflexão conjunta de 19 personalidades pertencentes a diversos países (no que respeita ao conjunto de países integradores do G7 — vulgarmente conhecido por clube dos países ricos — só a Alemanha não teve representante no grupo) declaradamente preocupadas com a grandeza e a agudeza dos problemas com que a humanidade se defronta: fome, carência de habitação e de cuidados de saúde e de acesso à educação e ao emprego, etc., sentidas por milhares de milhões de pessoas espalhadas um pouco por todo o lado, embora com maior expressão nas áreas fora do «mundo triádico», leia-se EUA, Europa Ocidental e Japão. De resto, mesmo para quem não queira ver dimensão mundial em tais flagelos sociais neste fim do século XX (aliás, não é essa a posição do Grupo de Lisboa), dificilmente deixará de reconhecer a dimensão mundial às questões do ambiente — poluição do ar, mas também dos rios e mares —, à da energia — continuamos a recorrer maioritariamente a combustíveis fósseis não renováveis —, etc., que, sendo questões planetárias, afinal a todos interessam, já que todos partilhámos desta «nave» espacial muito particular a que chamamos Terra. Ou seja, sem prejuízo de se reconhecer os prodígios nos mais variados campos logrados pela civilização erigida pela humanidade nos últimos séculos, não se podem eludir os problemas: desigualdades sociais profundíssimas, transformações ambientais muito preocupantes.

Como se chegou a isto? Como se vão resolver estes problemas candentes?

É para nós manifesto que o Grupo de Lisboa procura responder a estas duas interrogações. Antes de mais qualquer observação, cumpre registar que o faz de maneira elevada, brilhantemente em muitas passagens, denotando estudo aturado, e com importante insumissão aos ditames da ideologia neoliberal que tanto tem triunfado nas últimas duas décadas nas mais variadas instâncias.

Saudando a iniciativa do Grupo, vejamos, todavia, ainda que de forma muito sucinta, como a uma grande (conquanto não total) coincidência de pontos de vista na caracterização do mundo de hoje — papel crescente das empresas multinacionais cuja complexa actuação rompe com a dimensão nacional do capitalismo, retirando em parte sentido por exemplo às estatísticas de exportação e importação, donde falar-se de capitalismo global; desemprego, cuja «crise» o Grupo de Lisboa considera a «grande questão social para os próximos vinte anos»; a idolatria da competitividade, conceito ou expediente que terá começado como meio de empresas sobreviverem à concorrência mas que acabou por se transformar na «ideologia da competitividade» que se tem pretendido fazer alastrar a quase todas as esferas da vida, etc. — notável divergência há entre a visão do Grupo para a superação daqueles problemas e o projecto que preconizamos.

No que poderá ser entendido como a resposta à questão de «como se chegou a isto?», o Grupo procede a uma caracterização da evolução da economia mundial desde o início da presente crise, a qual leva já duas décadas. Como é sabido, a resposta que o sistema

capitalista tem tentado apostar na liberalização, na privatização e na desregulamentação de mercados, o que veio facilitar a manobra de empresas multinacionais e o aparecimento de uma globalização dos fluxos financeiros, esta também tornada possível pela emergência e difusão das modernas tecnologias de informação — computador, rede de satélites, fax, etc. Com tal expediente, logrou o sistema sobreviver, enquanto ocorria no período a derrocada da União Soviética e do chamado sistema socialista mundial, mas as implicações e consequências a isso não se reduzem.

Com efeito, instalou-se uma persistente crise no desemprego, tem-se reduzido significativamente o alcance do chamado Estado-Providência e quanto à inserção na economia mundial dos países há duas décadas conhecidos por do «Terceiro Mundo», o movimento dominante foi de regressão, de «desarticulação» da economia mundial. A excepção dos «dragões asiáticos» só confirma a regra assinalada. Daí o grande crescimento das desigualdades e a vários níveis: entre os países pobres ou menos desenvolvidos e os países da «triade», e entre as várias camadas populacionais internas dos países da triade, de todas resultando exclusão e não integração social. Se a isto somarmos os efeitos da explosão de nacionalismos, de conflitos étnicos e do reaparecimento de movimentos xenófobos particularmente sentidos nos últimos anos, compreende-se que, como faz o Grupo de Lisboa, se considere o rumo dos acontecimentos com a maior das apreensões.

O Grupo debruça-se, por isso, na análise do que tem sido «a resposta dominante» encontrada para a resolução dos problemas: a «competitividade». Ora, o Grupo não só está convencido que tal resposta é altamente insuficiente como desadequada em face da natureza e extensão dos problemas da actual fase histórica. Inclusive, o Grupo não esconde admitir que da persistência na competitividade como meio de «vencer o outro» acabe por resultar uma nova guerra mundial, perspectiva aterradora além do mais tendo em conta o poder devastador dos novos instrumentos guerreiros criados nas últimas décadas.

Compreende-se que o Grupo de Lisboa fustigue impiedosamente a competitividade. «A ideologia da competição vê apenas de um olho, que ainda por cima é míope»². Ou «os fundamentalistas da competitividade são agressivos na sua teoria, cegos na sua abordagem e sectários nas suas avaliações e julgamentos. Em última análise, são arrogantes»³.

Em alternativa aos eventuais caminhos de «competir para sobreviver» ou de uma «pax triádica», ambos portadores de efeitos perversos, o Grupo de Lisboa propõe o «conceito» que bem pode ser visto como o seu lema: «juntos, em frente, por um contrato global e por uma governação cooperativa»⁴; já que «a hegemonia não resultará».

Em nossa opinião, não é difícil reconhecer quer generosidade quer mesmo uma forte carga humanística a tal lema. Mas como propõe o Grupo de Lisboa dar substância ao seu lema? A proposta do Grupo de Lisboa assenta em 4 «contratos sociais globais», a saber: o primeiro, para a satisfação das «necessidades básicas»; o segundo, para a «tolerância e diálogo de culturas»; o terceiro, «democrático» para se cami-

nhar para a «governança global»; e o quarto, «do planeta Terra» para o «desenvolvimento sustentado».

Como se compreenderá, não seremos nós que vamos opor-nos a tal programa. O problema, porém, é o da sua exequibilidade, uma vez que é pressuposto que tais contratos se cumpriram no quadro global da actual e a nível dominante formação social, económica e política do capitalismo.

Para se ajuizar melhor da proposta do Grupo, observemos um excerto⁵ da sua explicitação do contrato para a satisfação das «necessidades básicas» no horizonte do ano de 2020:

«O objecto do primeiro contrato é:

- água, para 2 mil milhões de pessoas;
- habitação, para 1,5 mil milhões de pessoas;
- energia eficiente, para 4 mil milhões de pessoas.

As componentes do contrato seriam desenvolvidas, através de uma série de acordos entre empresas privadas, departamentos governamentais,



instituições financeiras e fundações. Isto envolve uma cooperação próxima entre empresas privadas, autoridades públicas, instituições financeiras e associações voluntárias, tanto do mundo desenvolvido como dos países em vias de desenvolvimento.»

É de toda a evidência que, embora o Grupo reconheça que o caminho para a realização dos quatro contratos globais «será longo e difícil», o mesmo acredita na possibilidade de o sistema capitalista comportar a flexibilidade necessária àquela realização.

Aqui manifestamos a nossa total incredulidade, além do mais porque a natureza das medidas propostas pelo Grupo que com alguma boa vontade podem ser consideradas reformadoras do sistema parecem de facto de alcance reduzido, como por exemplo a de «reorganização do Banco Mundial e do FMI deve ter como fim a erradicação do actual sistema hierárquico, em que os países ricos decidem o que é bom e possível para os países pobres»⁶.

Ora o sistema capitalista, realização histórica dos últimos séculos com inúmeros traços progressistas, não obstante tem na essência da sua lógica de funcionamento algo profundamente redutor da complexidade do ser humano e afinal também da relação deste com o planeta que habita, a de que tudo deve ser subalternizado à procura da melhor taxa de lucro. E não se diga que é preciso aderir às ideias comunistas para se afirmar tal coisa.

A nosso ver, na reflexão do Grupo de Lisboa terá sido pelo menos insuficientemente ponderado que a oportunidade criada ao credo neoliberal pela irrupção da crise do sistema que estalou há duas décadas não se terá devi-

do propriamente a qualquer má vontade ou perversos desígnios dos seus dirigentes. A questão é que, após a fulgurante expansão correspondente ao período «dourado» do pós-guerra, o sistema entrou na estagnação, primeiro nos EUA, a seguir na Europa Ocidental e finalmente, ao que parece, também já no Japão. Rapidamente se tomou consciência que a dimensão nacional para o sistema estava ultrapassada, donde o recurso ao aprofundamento da transnacionalização e a correspondente necessidade de liberalizar, de privatizar e de desregulamentar, como tentativa de sobrevivência do sistema em alternativa ao clássico escape da guerra para ultrapassagem da crise. Daí a oportunidade para o credo neoliberal.

Sendo certo que é cedo para fazer história, importa notar que o desempenho do sistema nesta sua nova faceta pós-nacional se tem revelado no mínimo medíocre, como o atesta aginal a caracterização feita pelo Grupo de Lisboa dos problemas com que a humanidade hoje se defronta. A diversidade cultural, as pro-

fundas diferenças nos estádios técnicos e económicos acumuladas por séculos de desigual desenvolvimento inerente ao capitalismo — não esquecer os efeitos de rapina e da escravatura longa e intensamente praticadas no período colonial — parecem estar a constituir escolhos intransponíveis à afirmação pacífica do capitalismo como sistema mundial. Apesar da sua colossal máquina da guerra e de propaganda, facto inamovível é que o sistema capitalista não vem conseguindo fazer aumentar realmente a procura correspondente à procura potencial de milhares de milhões de pessoas excluídas do acesso aos benefícios da civilização, motivo pelo qual estagna.

Por isso, sustentamos que, no fundamental, a humanidade nenhum proveito tira desta experiência recente do capitalismo pós-nacional,



O Grupo de Lisboa aparentemente perfilha ponto de vista algo diverso, posto que admite propor um contrato global sem beliscar o «sagrado» princípio da propriedade privada não importa sobre qual o meio de produção em causa. Percebe-se até certo ponto por que o faz, já que tão ilógico será, como pretende mostrar com as suas considerações, que os estrategos do sistema teimem em perseguir na rota da competitividade.

Mas a nós parece-nos que é necessário conter o capitalismo a começar pelo controlo público das formações oligopolísticas, estejam ou não as mesmas enquadradas em cartéis mais ou menos imperfeitos. Numa palavra: a nós, parece-nos que no imediato se impõe adoptar o princípio de que devem passar ao controlo público as empresas privadas cuja dimensão as coloca no pólo da monopolização, oposto ao da concorrência, portanto. Por isso dizemos que não basta limitar a concorrência, é preciso ir mais além, isto é, é preciso limitar o capitalismo. Por isso, de há muito vêm defendendo os comunistas portugueses a adopção de um regime de economia mista.

Esta discrepância de pontos de vista entre nós e o Grupo de Lisboa resultará ou poderão entender-se melhor outras divergências não tanto sobre o que há a fazer mas sim sobre o como se vai fazer. Exemplo disto será a atitude perante a defesa do Estado-Nação versus integração regional de vários Estados. Se interpretamos bem o sentir do Grupo de Lisboa, este, embora previna contra' perversões a que a recente tendência da evolução económica mundial pode se é que não está a dar lugar, parece dar como aceitável o princípio da integração regional à custa do esmagamento dos Estados-Nação. Na nossa perspectiva, diversamente, o princípio da integração regional pode ser aceite mas, pelo menos nesta fase histórica, sem ser à custa do aniquilamento do Estado-Nação, conceito cuja oportunidade histórica está longe, muito longe de estar esgotada. Com efeito, se é certo que o mundo é uno do ponto de vista planetário, muito longe está de ser unificado do ponto de vista da paisagem humana, pese embora a actual dita globalização financeira e informacional, esta protagonizada por exemplo pela cadeia norte-americana de televisão CNN.

Esta nossa atitude em relação à integração, notemo-lo antes de terminar, não nega antes é compatível com a imperiosa necessidade de se melhorar os mecanismos de cooperação entre países e regiões a nível global.

Finalmente, apesar das divergências que manifestamos com propostas do Grupo de Lisboa, queremos sublinhar que de elas ninguém deve retirar que desaconselhamos a leitura atenta do seu livro, que de resto contém muitas outras matérias e abordagens merecedoras de consideração. Pelo contrário, que se leia o livro e que se alargue o debate, são os votos que como comunista não podemos deixar de expressar aos leitores do Avante!, a começar pelos leitores comunistas.

(1) «Grupo de Lisboa» é o nome que tomou o grupo de 19 personalidades, além de outros argumentos invocados, por se ter reunido em Lisboa sob os auspícios da Fundação Calouste Gulbenkian.

(2) Vide p. 151

(3) Vide p. 152

(4) Vide p. 199

(5) Vide p. 187. A transcrição respeita os itálicos constantes do livro.

(6) Vide p. 198

(7) Vide p. 174

visto que da mesma resultou não só a reprodução das desigualdades como, o que foi ainda pior, a sua ampliação. E, como bem receia o Grupo de Lisboa, a não se travar este «cavalo desvairado» do fundamentalismo neoliberal bem pode o sistema vir a encontrar o escape da guerra, o que tecnicamente, digamos assim, lhe asseguraria a sobrevivência mas eventualmente à custa de terríveis devastações como decerto a Humanidade jamais sofrera.

Sirva ao menos esta experiência para ajudar a reflectir a justeza de uma das principais teses dos comunistas: é tempo de ultrapassar a fase histórica do capitalismo e de se abrir no concreto a perspectiva do socialismo. Além de o capitalismo já não oferecer perspectivas de progresso sustentado ao serviço do desenvolvimento humano, está visto que da sua manutenção ou das tentativas das suas reformas não radicais, como de certa forma pode ser considerada a «revolução» tecnológica em curso na produção de bens e serviços, o balanço global acaba por ser negativo para a maior parte da humanidade.

Rever Abril traindo Abril

■ Pedro Ramos
de Almeida

1. Pela quarta vez em 18 anos, dois anos passados sobre a última revisão extraordinária e quase em vésperas das próximas eleições legislativas, a Assembleia da República apresta-se — sob o impulso do PS, do PSD e do CDS — para rever uma vez mais a Constituição de Abril de 1976.

Nenhuma questão institucional inadiável justifica esta pressa. Nenhum Partido defendeu e sujeitou a votos esta perspectiva nas eleições de 1991. Nenhum debate nacional e popular confirmou e moldou previamente um qualquer projecto de revisão. Tal como não é certamente deste modo que se faz frente à gravíssima crise económica e social que assola a sociedade e o Estado português, e sobretudo ataca as camadas mais necessitadas e produtivas.

De facto, aproveitando a oportunidade aberta por iniciativa do PS, o que a direita pretende com este novo agravamento da descaracterização democrática da lei fundamental do Estado é recuperar a segurança e iniciativa políticas perdidas e reforçar o seu poder. Sob o seu domínio, os sectores populares e trabalhadores, depois de terem suportado a crise, irão certamente pagar a saída dela...

2. Dois traços dominantes aproximam os projectos de revisão constitucional do PSD, CDS e PS: em primeiro lugar, mesmo com dissemelhanças e contradições, eles representam descaradas tentativas de manipulação do sistema eleitoral proporcional em vigor, que assegura a representatividade democrática e que à actual Constituição formalmente proíbe que seja alterado (art.º 288 h).

Em segundo lugar, todos eles consagram, sob diferentes formas e graus, um ataque multifacetado aos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, e nomeadamente aos direitos dos trabalhadores.

O PSD — que lança uma campanha de «limpeza semântica» contra a «ilegalidade democrática» — que quer ver as comissões de trabalhadores substituídas por «conselhos de concertação de empresa» — tal como defende ameaçadoramente a ilegalização das «organizações totalitárias» (?) — propõe que a lista mais votada para a Câmara Municipal possa sempre assegurar a maioria absoluta dos mandatos, independentemente dos resultados das outras listas...

O CDS — que deseja ver suprimindo o preâmbulo da Constituição que consagra o papel histórico do 25 de Abril e do MFA no derrube do fascismo — (ao mesmo tempo que «relegaliza» as organizações «que perfilham a ideologia fascista»), que quer ver legitimados os latifúndios e o lock out patronal e suprimidas as organizações de moradores — defende também que cerca de metade do Parlamento possa ser eleito pelo sistema maioritário, oposto ao proporcional.

O PS — que afirma não aceitar qualquer alteração que ponha em causa o sistema proporcional — propõe entretanto a existência de círculos eleitorais uninominais (não proporcionais) nas eleições para a Assembleia da República, que permitirão assegurar mais deputados com menos votos: admite tranquilamente pôr termo ao serviço militar obrigatório, abrindo as portas do Estado Democrático a forças armadas profissionais e não populares.

O PCP, pela sua parte, ao apresentar o seu projecto de revisão constitucional, como condição necessária ao combate parlamentar à subversão da Constituição de Abril, alerta para os «gravíssimos perigos» que ela comporta para a democracia.

Não deve haver revisão constitucional, pelo menos até às próximas eleições legislativas.

A vigilância popular exige acções concretas em defesa da Constituição de Abril! A Liberdade carece dela!

Três revisões contra Abril

1982 (PS/PSD) — São extintas as organizações militares revolucionárias (MFA e Conselho da Revolução). O semipresidencialismo é posto em causa pela redução do poder do Presidente da República e pela crescente governamentalização do Estado.

1989 (PS/PSD) — Ataque à democracia económica e social. Portugal deixa de ter como objectivos constitucionais a sua transformação numa «sociedade sem classes», a «apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos», a «transição para o socialismo» e «a abolição da exploração do homem pelo homem». É banida a reforma agrária. Desaparecem quaisquer referências a «conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras». Começa a reduzir-se o número de deputados (de 250 para 230). Governamentalização do direito à informação e da liberdade de imprensa (Alta Autoridade para a Comunicação Social). O Serviço Nacional de Saúde deixa de ser gratuito e torna-se apenas «tendencialmente gratuito».

1992 — A Constituição Portuguesa é apenas adaptada à União Europeia monopolista. O Estado português ainda se afirma formalmente soberano. De facto, já não o é.

PONTOS CARDEAIS

Saturações

Alapado ao poder onde se mantém há mais de uma dúzia de anos, acompanhado ou sozinho, o PSD começa a dar mostras de inquietação. Não é a primeira vez. Sempre que lhes cheira a hipótese de verem o locatário de S. Bento ser apeado, os barões montam os corcéis e partem para a batalha. À cautela, porém, levam armadura, não vá o diabo tecê-las e saírem malferidos, e tapam devidamente a cara, não vá algum zeloso identificá-los e denunciá-los a Cavaco.

Para os barões, a questão é o bolo e o modo de o repartir. Não querendo confessá-lo,

preferem falar de nabos, que é comida mais democrática. O «Expresso» deu a palavra a um barão, devidamente coberto sob a designação de «um responsável social-democrata»: «O PSD está saturado de tecnocratas nabos», revelou o «responsável» anónimo, que acusou os nabos de aparecerem em «estilo fantasma» e constarem de uma «agenda secreta do primeiro-ministro». Mais do que aos nabos, o «responsável» visa Cavaco Silva que os conduz à ribalta, onde eles se portam mal, e «acabam por deitar por terra o esforço dos políticos». O acusador anónimo não está, entretanto, preocupado com o

país, vítima dos desmandos «tecnocráticos». Está preocupado com a imagem: «Os ministros», diz ele, «hoje, têm de ir à televisão. Ora os ministros tecnocratas, como se tem visto, não estão preparados para ir à televisão».

Mas se os tecnocratas não prestam, que dizer dos «políticos»? Um outro anónimo responde: «Há o medo, por parte dos políticos do partido, de perderem o emprego. Por isso estão nervosos»...

Seduções

Antecipando-se à publicação do livro do Papa, que em breve será distribuído aos milhões pela Terra inteira, e onde João Paulo II revela que «o Evangelho não promete êxitos fáceis», os homens da TVI, de cristianíssima inspiração, decidiram acautelar os êxitos com outras facilidades. É o «Expresso» que vem destapar a marosca, afirmando que «prémios da TVI escondem linha de sedução».

O semanário adianta que a TVI «promete oferecer uma moto Harley Davidson para atrair maiores de 18 anos a uma linha telefónica de sedução», e que «cada chamada pode atingir 3700 escudos por 20 minutos de conversação». Mas, para que as crianças não fiquem de fora (deixei vir a mim os pequeninos), a TV da Igreja oferece outros concursos «para crianças, aos quais chama passatempos para respeitar a legalidade». Por que se espanta o «Expresso»? Uma Harley Davidson parece ser mais forte argumento que o reino dos céus...

Desconcertos

O mistério que envolve as atitudes recentemente assumidas por Torres Couto, nos seus concertos cavaquistas e desconcertos guterristas, também parece relevar do reino dos céus ou, pelo menos, da astrologia. De facto, mais do que uma questão de números — 5 por cento de Couto contra 6 de Guterres e 4,5 de Catroga —, mais do que uma questão de escudos — 400 milhões de dívida da UGT perdoados contra 91 milhões que afinal ainda vai receber do FSE, por despacho providencial do Governo —, a questão está, afinal, na astrologia. Assim, Torres Couto, confrontado com o astrólogo de «O Diabo», que prevê «um enorme protagonismo» das forças sindicais em 1995, responde, sem se rir, que o acordo «era um farol para 12 meses que induziria alguma acalmia social». Sem acordo, diz Couto, considerando os astros, «vamos lutar em defesa dos que forem castigados»...

FRASES da SEMANA

«Afinal, nem tudo vai bem em Moscovo»

(Título — «Público», 13.10.94)

«Futebol português vive num PREC permanente»

(Vitor Vasques, Presidente da direcção da FPF. — «O Diabo», 18.10.94)

«Concertação quase certa»

(Título — «Público», 15.10.94)

«Desacordo para 95»

(Título — «Público», 16.10.94)

«A ministra da Educação teve a habilidade de fazer um recuo estratégico»

(«Mais ou menos» — «Semanário», 15.10.94)

«Acho que tudo o que seja superior a zero é peso excessivo do Estado na economia»

(António Borges — ex-vice-governador do Banco de Portugal — «Semanário», 15.10.94)

«O PSD está saturado de tecnocratas nabos»

(responsável social-democrata anónimo, citado em «Expresso», 15.10.94)

«(...) os Estados Gerais do PS podem constituir uma excelente operação de «marketing» — mostram-se caras, mostra-se vontade, mostra-se um sem-número de ideias. Enfim, mostra-se que se existe, o que já não é mau de todo»

(Miguel Sousa Tavares — «Público», 14.10.94)

«Não sei se vou aos Estados Unidos»

(Torres Couto — «O Diabo», 18.10.94)



PONTOS NATURAIS

FLAGRANTES DO PAÍS IRREAL



Coração, a quanto obrigas!

«Nasci em Serpa, é em Serpa que tenho as minhas raízes. Sou alentejano e o meu coração está no Alentejo. (Nicolau Breyner, 19 de Março de 1992)

A Câmara de Serpa resolveu, por unanimidade, tirar o lugar de vereador a Nicolau Breyner. O actor, eleito nas listas do CDS, foi apenas à reunião de posse do novo executivo autárquico. Depois faltou a todas as outras.

(SIC, 12-10-93)

A resposta

Repórter — Marcas de uma manhã submersa em violência na Escola C+S de Guifões, em Matosinhos. Os alunos fecharam a escola a cadeado, para protestar contra a falta de uma cantina que existe mas não tem pessoal para poder funcionar. A resposta ao protesto veio pela mão da GNR.

Aluno — Chegaram à nossa beira e desataram a bater na gente com cassetetes, pontapés e murros.

Aluna — Agrediram uma miúda de 10 anos, deram-lhe com o cassetete no joelho. Agrediram-me a mim, puxaram-me para trás com a mão no pescoço. Partiram um dedo a uma moça.

Repórter — Os protestos vão continuar até haver uma resposta para esta pergunta:

Aluno — Quando vamos comer?

(TVI)

Escândalo

Repórter — O Plenário da CGTP foi vigiado pela polícia e Carvalho da Silva não gostou:

Carvalho da Silva — Pela primeira vez depois do 25 de Abril, uma reunião sindical foi vigiada pela polícia. A CGTP já denunciou esta situação junto do Ministério da Administração Interna e do Presidente da República e vai actuar em conformidade. Isto é um escândalo.

Empresários de sucesso

Repórter — O Lúcio e a Paula Cristina eram os «patrões» da Casa das Gatinhas, local onde mantinham presas algumas jovens que obrigavam a prostituir-se. Durante dois anos, este casal recrutou várias raparigas na zona de Lisboa, a quem ofereciam emprego na hotelaria do Algarve. Quando perceberam do erro em que tinham caído, as jovens já estavam presas a uma cama e espancadas. Depois eram obrigadas a

manter relações sexuais com os clientes da casa, na sua maioria empresários da região.

Aquela aldeia, este país

Repórter — Cem hectares de terreno e 37 casas no mais puro granito do país. É uma milenária aldeia junto do rio Dão. A proprietária precisa de dinheiro, mas não quer deixar que tão genuína arquitectura caia em mãos irresponsáveis.

Proprietária — Eu não tenho possibilidades de restaurar. Gostava muito que fosse parar às mãos de uma pessoa que a restaurasse e tornasse a dar vida àquela aldeia.

Repórter — O destino da aldeia pode ser um «country club» para inglês ver.

Agente imobiliário — Em primeiro lugar, não se pode tirar uma pedra daquilo que está feito. Em segundo lugar, temos de aproveitar as potencialidades daquela aldeia, por onde passa uma via romana. Daquela aldeia, com os seus cem hectares de terreno, pode-se realmente fazer um belo «country club», sem evidentemente entrar em exageros.

(Jornal da SIC)

Mário Castro

Reuniões e plenários

ALHANDRA

Plenário de militantes da freguesia sobre a Conferência Nacional do PCP, com a participação do camarada **Carlos Grilo**: segunda-feira, dia 24, às 21.30, no CT.

ESTARREJA

Plenário concelhio de militantes, com a participação do camarada **António Salavessa**: sexta-feira, dia 21, às 21.30, no Centro de Trabalho.

LISBOA

Plenário da célula da Carris: quinta-feira, dia 20, às 18.30, no CT Vitória

Plenário da célula dos Ferroviários / Zona de Lisboa - quinta-feira, dia 20, às 18.00, no CT Vitória

Plenário da célula do Metro - quinta-feira, dia 20, às 17.30, no CT Vitória.

Ameixoeira e Lumiar - Plenário das organizações das duas freguesias, com a participação do camarada **Carlos Grilo**: quinta-feira, dia 20, às 21.30.

Sector da Saúde da ORL - Plenário de militantes, para discussão da situação política e social e das tarefas do Partido: quinta-feira, dia 20, às 17.00, no CT Vitória.

Plenário da célula da EPAL, sobre a situação social na empresa e a Conferência Nacional do PCP: sexta-feira, dia 21, às 21.00, no CT Vitória.

Plenário de militantes das freguesias de **Alvalade, Campo Grande, S. João de Deus, S. João de Brito, S. Sebastião da Pedreira**: sábado, dia 22, às 15.00, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação da camarada **Manuela Bernardino**.

Plenário de militantes das freguesias da **Graça, S. Vicente, Sta. Engrácia**, preparatório da próxima II Assembleia da Organização da ZORL: quarta-feira, dia 26, às 21.30, no CT da Graça.

Plenário da organização **Centro/Norte de Lisboa**: sexta-feira, dia 21, às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

ODEMIRA

Sta. Maria e Salvador - Plenário de militantes das organizações das duas freguesias, no Centro de Trabalho de Odemira: sábado, dia 24, às 20.30.

Vale de Santiago - Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira, dia 21, às 20.30, no CT de Vale de Santiago.

OURIQUE

Garvão - Plenário de militantes da organização de freguesia: sexta-feira, dia 21, às 20.30, na garagem do cam. José Alberto.

Sta. Luzia - Plenário de militantes da organização de freguesia: sábado, dia 22, às 17.30, em casa do cam. António Joaquim Guerreiro.

PÓVOA DE STA. IRIA

Plenário de militantes da freguesia sobre a Conferência Nacional do PCP: sexta-feira, dia 21, às 21.30, no CT.

STA. MARIA DA FEIRA

CDU - Encontro concelhio de eleitos e membros das listas: sábado, dia 22, às 15.00, no Salão Nobbre da Junta de Freguesia da Feira.

S. JOÃO DA MADEIRA

Debate promovido pela JCP:

O papel da mulher na sociedade

com a participação de **Manuela Silva** e **Paula Coelho**, sexta-feira, dia 21, às 21.30, no Centro de Arte.

SINTRA

S. João das Lampas - Plenário da organização da freguesia, com a participação do camarada **Jaime da Mata**: sexta-feira, dia 21, às 21.30, no Centro de Trabalho de S. João das Lampas.

Reunião quinzenal de militantes das freguesias de **Sta. Maria/ S. Miguel e S. Martinho**: quinta-feira, dia 20, às 21.30, no Centro de Trabalho de Sintra.

SETÚBAL

Reunião sobre a URAP,

com a participação do camarada

Dias Lourenço:

sábado, 22, às 15.00, no CT

VILA FRANCA DE XIRA

Plenário concelhio de militantes, preparatório da Conferência Nacional do PCP: sexta-feira, dia 28, às 21.30, no Centro de Trabalho de Alhandra, com a participação do camarada **Agostinho Lopes**.

ESPINHO

Homenagem a **António Gomes da Silva, "Russo"**

Romagem à sua campa, no Cemitério da Freguesia de Anta, domingo, 23, às 11.30 (Lg. da Igreja).

A todos os camaradas
 das Artes e Letras, da Comunicação
 Social, Juristas, Professores,
 Quadros Técnicos, Novos Quadros
 e Estudantes do Ensino Superior

Hoje, às 21.30
 no CT Vitória

PLENÁRIO DO SECTOR INTELECTUAL DE LISBOA

com a participação do camarada

CARLOS CARVALHAS

Dia Nacional do Reformado

Solidariedade com o Alentejo

Évora

Pavilhão do Rossio de S. Brás
 Sábado, 22 de Outubro

10h00 - Concentração
 10h30 - Visita à cidade
 12h30 - Convívio
 14h30 - Sessão comemorativa

A situação dos Reformados
 Os serviços de saúde e os Idosos Alentejo, que futuro?
 O Poder Local
 e o apoio aos Reformados

16h00 - Desfile até ao Governo Civil
 17h00 - Sessão de encerramento

MURPI - Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos

LEIRIA

3.ª Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, dia 22, a partir das 15 h,
 no CT do PCP

Campanha Nacional da JCP

Sem Emprego, nada feito!

Até 10 de Dezembro

Debate com o País

para uma nova política 

Com a participação do secretário-geral do PCP

CARLOS CARVALHAS

BRAGA

Sexta-feira, dia 21, às 21h30
 Junta de Freguesia de S. Victor

«Para uma nova política: que alternativa?»

VIANA DO CASTELO

Sábado, dia 22, às 10h00
 Auditório do Hotel Viana Sol

«Alternância ou alternativa democrática»

PORTO

Sábado, dia 22, às 15h00
 Hotel Tuela

«Por uma política inovadora e de esquerda»

★

GUIMARÃES

Sábado, dia 22, às 15h30
 Escola João de Meira

«O acordo económico e social e os direitos dos trabalhadores»

com a participação do camarada

Jerónimo de Sousa

TEATRO

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A FORÇA DO HÁBITO**, de Thomas Bernhard, encenação de Rui Madeira, pelo TEP

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. - 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **A SENHORA KLEIN**, de Nicholas Wright, encenação de João Mota - **Café Teatro**: **BOCAS DE SINO** (6ª e sáb. às 24.00) e **NOITES DE FADO** (dom. às 22.30)

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O JOGO DAS PERGUNTAS OU A VIAGEM À TERRA SONORA**, de Peter Handke, encenação de Stephen Stroux, pelo Teatro da Cornucópia

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **PRIMEIRA PAGINA**, de

Ben Hecht e Ch. Mac Arthur, encenação de Helder Costa

TEATRO DA MALAPOSTA

Olival Basto, R. de Angola. Tel. 9388407. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O VALENTÃO DO MUNDO OCIDENTAL**, de J. M. Synge, encenação de Rui Mendes

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. **Sala Estúdio** - 2ª e 3ª às 21.30: **EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!!**, de Mário Viegas

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **AS FÚRIAS**, de Agustina Bessa-Luis, encenação de Filipe La Féria

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAÍNA**, texto e encenação de Filipe La Féria

25º aniversário do 1º Acto Clube de Teatro, de Algés

PROGRAMA Conferências — Debates Teatro * Música * Canto Homenagem ao escritor Urbano Tavares Rodrigues Homenagem a Carlos Paredes

15 OUT. — Sábado — CINEMA

Isabel de Castro, João Botelho, Jorge L. Ramos, Jorge Silva Melo

20 OUT. — Quinta — DESPORTO

José Manuel Constantino, Jorge Crespo, Moniz Pereira, Victor Serpa

21 OUT. — Sexta — EDUCAÇÃO

Sérgio Grácio, Rogério Fernandes, David Justino, Manuel Viegas

22 OUT. — Sábado — JORNALISMO

Fernando Correia, José Saraiva, Mário Mesquita, Vicente Jorge Silva

24 OUT. — Segunda — TEATRO

Carlos Avilez, Hélder Costa, João Lourenço, João Mota, Mário Jacques, Rui Mendes

27 OUT. — Quinta — TELEVISÃO

Artur Ramos, Correia da Fonseca, Jorge L. Ramos, Mário Castrim

28 OUT. — Sexta — ECONOMIA

João Salgueiro, José P. Esperança, Sérgio Ribeiro, Victor Constâncio

29 OUT. — Sábado — MEDICINA

António Galhordas, Armando Moreno, Joaquim Cândido, Mário Jorge

31 OUT. — Segunda — TEATRO

(visto por gente de Teatro) Fernanda Lapa, João Brites, Joaquim Benite, José Peixoto, Luís Miguel Cintra, Mário Viegas

4 NOV. — Sexta — HISTÓRIA UNIVERSAL

José Medeiros Ferreira, Mª Carrilho, Miguel Urbano, João Mª Freitas Branco

5 NOV. — Sábado — HISTÓRIA DE PORTUGAL

António Borges Coelho, António Reis, Fernando Rosas, José M. Tengarrinha

7 NOV. — Segunda — TEATRO

Carlos Porto, Eugénia Vasques, Fernando Midões, Mª Helena Seródio

10 NOV. — Quinta — VIDA LITERÁRIA

Melo e Castro, José Manuel Mendes, Manuel Alegre, Óscar Lopes

11 NOV. — Sexta — PODER LOCAL

Abílio Curto, Isaltino de Moraes, José Girão Pereira, Orlando Almeida

12 NOV. — Sábado — O PODER E A CULTURA

Eduardo Lourenço, Madeira Luís, Manuel Gusmão, Victor Viçoso

18 NOV. — Sexta — HOMENAGEM

ao escritor **URBANO TAVARES RODRIGUES** com David Mourão-Ferreira, João de Melo, José Manuel Mendes, Óscar Lopes

19 NOV. — Sábado — ESPECTÁCULO*

HOMENAGEM a **CARLOS PAREDES** Por Carlos do Carmo

26 NOV. — Sábado — ESPECTÁCULO*

HOMENAGEM a **CARLOS PAREDES**

«Cabaret do Conde Marquês» Intervalo Grupo de Teatro

30 NOV. — Quarta — HOMENAGEM a Carlos Paredes*

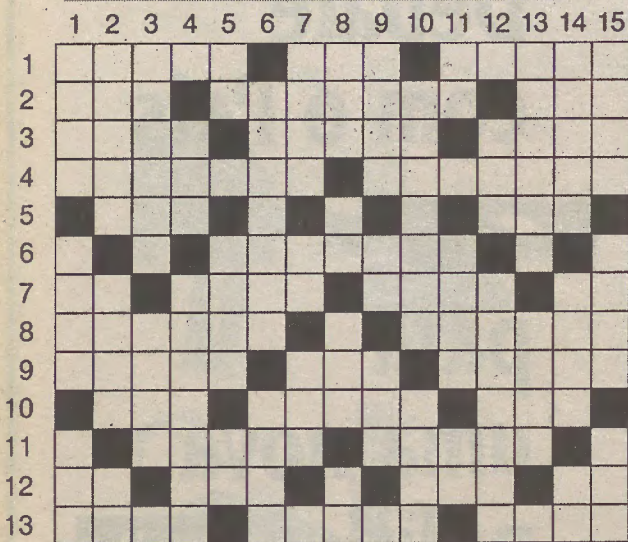
com Carmen Dolores, Eunice Muñoz, Lurdes Norberto, Maria do Céu Guerra

— **CONCERTO** — por Maria João Pires

* No Auditório do Instituto Nac. de Investigação Marítima (junto à Estação CF de Algés)

As restantes sessões realizam-se no Palácio Ribamar

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Cidade portuguesa; nome comum a várias aves da família dos psitacídeos (Bras.); coisa que prende, que sujeita. 2 — Pedra de altar; governava como soberano; regresses. 3 — Paleta; frige; pref. de ar. 4 — Despeja; aplaudias. 5 — Cont. prep. e art.; círculo. 6 — Falsificada. 7 — Atmosfera; triturar com os dentes; ruidos; aqui. 8 — Fadistas; transpiraras. 9 — Passam para outro dia; anel de cadeia; sobrecarrego. 10 — Comunidade Económica Europeia (sigla inv.); amargo; período de tempo. 11 — Tecido de fio de ouro ou de prata; sófrego. 12 — Pref. neg.; rezo; lavra; alternativa. 13 — Numeral; entes; sumo.

VERTICAIS: 1 — Aquele que faz vaticínios; não continua; príncipe entre os árabes. 2 — Furiosa; grosseiro; sem roupa. 3 — Livrou; leal. 4 — Santo (inv.); ribeiros. 5 — Antiga cidade da Caldeia; andam pelo ar; ataque de paralisia. 6 — Imagens de uma pessoa; padrões. 7 — Fita; Cromo (s.q.); ave corredora australiana. 8 — Liquei; letra grega; panela; Érbio (s.q.). 9 — Barco de recreio; campeão; discursiva. 10 — Prestantes; ovários de peixes. 11 — Bário (s.q.); consinto; caminhar. 12 — Antiga dignidade militar entre os turcos; remediadas. 13 — Apelido do navegante português companheiro do Diogo na viagem ao reino do Congo; rio da Europa Norte Ocidental que desagua no mar do Norte. 14 — Cabo na ilha da Madeira no concelho da Câmara de Lobos; prezado; língua falada ao Sul de Loire. 15 — Senhores; recipiente para cultura de plantas; dueto.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Ominoso; adamado. 2 — Nove; alas. 3 — Em; sotavento; If. 4 — Gim; sal; loa; une. 5 — Os; selas; Cr. 6 — Eden; mas; meda. 7 — Atenua; fadiga. 8 — Ália; Ega; rara. 9 — As; amora; má. 10 — Dar; ara; Cid; mel. 11 — It; prestaram; má. 12 — Orei; alas. 13 — Repesas; coirama.

VERTICAIS: 1 — Omega; adiar. 2 — Mi; eta; at. 3 — In; modelar; op. 4 — Nós; senis; pré. 5 — Ovós; nua; ares. 6 — Setas; areia. 7 — Além; emas. 8 — XV; largo; tó. 9 — Elas; arca. 10 — Danos; airão. 11 — Alta; mar; Dali. 12 — Mão; cedam; mar. 13 — As; urdiram; sã. 14 — In.; agã; em. 15 — Orfeu; clava.

XADREZ

CDLXXXII - 20 DE OUTUBRO 1994

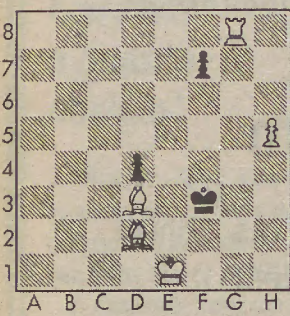
PROPOSIÇÃO Nº 1994X077

Por: DAVID PRZEPIÓRKA

Münchener Neueste Nachrichten, 1907

Pr: [3] Ps.d4, f7-Rf3

Br: [5] Ph5.Bs.d2, d3-Tg8-Ré1



Mate em 4 lances

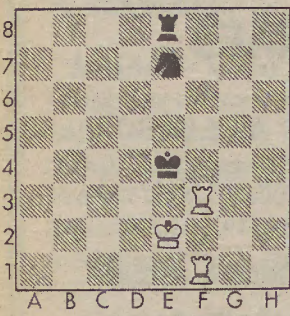
PROPOSIÇÃO Nº 1994X078

Por: F.J. PROKOP

Tribuna, 1924

Pr: [3] Cc7-Tc8-Rc4

Br: [3] Ts.f1, f3-Rc2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXXXII

Nº 1994X077 [M.H.]: 1. Bb4!, [Ameaça: 2. Bd6], f5; 2. Bf8, f4; 3. Bh6, Re3; 4. Tg3 #
Nº 1994X078 [F.J.P.]: 1. Tc3 +!, Rd5; 2. Tf6, Cg8; 3. Tf5 + e ganha
1. ..., Rd4; 2. Tf7 e ganha

A. de M. M.

DAMAS

CDLXXXII - 20 DE OUTUBRO DE 1994

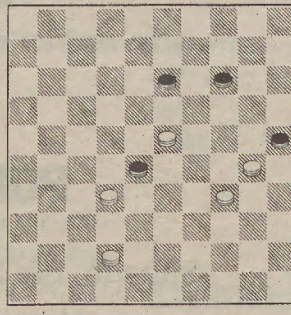
PROPOSIÇÃO Nº 1994D077

Por: HUGUENIN

CH - 1802

Pr: [4]: 13-14-25-28

Br: [5]: 23-30-32-34-42



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D078

GOLPE Nº 91

Por: AMADEU MARTINS COELHO

Boliqueime, contra H.N.

Fonte: Vamos Decifrar N.º 209/16.VIII.1952.

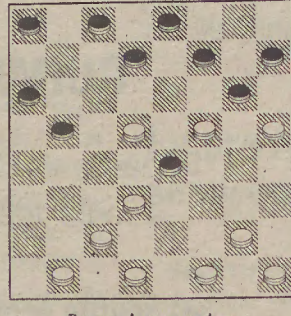
1. 10-14, 22-19; 2. 14-18, 21-14; 3. 11-18,

19-14; 4. 6-11, 23-19; 5. 12-15, 19-12; 6. 8-15,

28-23; 7. 9-13, 26-21; 8. 13-17, 29-26; 9. 15-19,

23-20

Diagrama:



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXXXII

Nº 1994D077 [H.]: 1. 23-18, (28X48-D); 2. 18X20, (25X14); 3. 30-25 +

Nº 1994D078 [A.M.C.]: 10. 11-15, 20-11; 11. 19-22, 26-19; 12. 17-26, 30-21; 13. 5-10, 14-5; 14. 7-30-D +

10. 19-22 ... +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 20

O Direito à Liberdade

«Business as Usual» (Gr.Br./1987). Real.: Lezli-An Barrett. Int.: Glenda Jackson, John Thaw, Cathy Tyson, Mark McGenn. Cor, 85 min. *Ver Destaque.* (14.30, SIC)

César e Cleópatra

«Caesar and Cleopatra» (Gr.Br./1946). Real.: Gabriel Pascal. Int.: Claude Rains, Vivien Leigh, Stewart Granger, Flora Robson. Cor, 124 min. *Drama Histórico.* (15.00, TV 2)

Ginger e Fred

«Ginger and Fred» (It./Fr./RFA/1986). Real.: Federico Fellini. Int.: Giulietta Massina, Marcello Mastroianni, Franco Fabrizi. Cor, 122 min. *Ver Destaque.* (00.15, TV 2)

Embrulhada em Família

«Family Tree» (EUA/1982). Real.: Joan Darling. Int.: Anne Archer, Frank Converse, Martin Hewitt, James Spader. Cor, 112 min. *Comédia Romântica.* (01.00, Canal 1)

SEXTA, 21

O Caçador de Bruxas

«Witchfinder General» (Gr.Br./1968). Real.: Michael Reeves. Int.: Vincent Price, Ian Ogilvy, Hilary Dwyer. Cor, 95 min. *Terror.* (14.30, SIC)

Carta de Uma Desconhecida

«Letter From an Unknown Woman» (EUA/1948). Real.: Max Ophuls. Int.: Joan Fontaine, Louis Jourdan, Mady Christians. P/B, 84 min. *Ver Destaque.* (15.00, TV 2)

Heróis por Conta Própria

«Kelly's Heroes» (EUA/1970). Real.: Brian G. Hutton. Int.: Clint Eastwood, Telly Savalas, Donald Sutherland, Carol O'Connor. Cor, 143 min. *Comédia / Guerra.* (21.30, Quatro)

O Sacrifício

«Offret» (Suécia/Fr./1986). Real.: Andrei Tarkovsky. Int.: Erland Josephson, Susan Fleetwood, Valérie Mairesse, Allan Edwall. Cor, 143 min. *Ver Destaque.* (00.10, TV 2)

Twin Peaks: Os Últimos Sete Dias de Laura Palmer

«Twin Peaks: Fire Ealk With Me» (EUA/1992). Real.: David Lynch. Int.: Sheryl Lee, Moira Kelly, David Bowie, Chris Isaak. Cor, 130 min. *Drama.* (00.00, Canal 1)

O Horrível Segredo do Dr. Hitchcock

«L'Orribile Segreto del Dottor Hitchcock» (It./1962). Real.: Robert Hampton (Ricardo Freda). Int.: Robert Fleming, Barbara Steele, Teresa Fitzgerald. Cor, 76 min. *Horror.* (00.50, SIC)

A Honra de um Herói

«Villa Rides» (EUA/1968). Real.: Buzz Kulik. Int.: Yul Brynner, Robert Mitchum, Grazia Buccella, Charles Bronson. Cor, 120 min. *«Western».* (02.10, Canal 1)

SÁBADO, 22

O Meu Nome é Chicago

«Chicago Joe and the Showgirl» (EUA/1990). Real.: Bernard Rose. Int.: Kiefer Sutherland, Emily Lloyd, Patsy Kensit. Cor, 98 min. *Drama.* (15.00, SIC)

Os Libertadores

«The Liberators» (EUA/1987). Real.: Kenneth Johnson. Int.: Robert Carradine, Larry B. Scott, Cynthia Dale, Renée Jones. Cor, 88 min. *Telefilme.* (17.55, TV 2)

Presumível Inocente

«Presumed Innocent» (EUA/1990). Real.: Alan J. Pakula. Int.: Harrison Ford, Brian Dennehy, Raul Julia, Greta Scacchi. Cor, 123 min. *Ver Destaque.* (23.20, Canal 1)

Histórias de Gangsters

«Miller's Crossing» (EUA/1990). Real.: Joel Coen. Int.: Gabriel Byrne, Albert Finney, Marcia Gay Harden, John Turturro, Jon Polito. Cor, 110 min. *Ver Destaque.* (00.05, SIC)

Alice nas Cidades

«Alice in den Städten» (RFA/1974). Real.: Wim Wenders. Int.: Ridiger Vogeler, Yella Rottlander, Elizabeth Kreuzer, Edda Kochl. Cor, 110 min. *Ver Destaque.* (00.05, Quatro)

Vítimas

«The Victims» (EUA/1989). Real.: Pieter Van Ransler. Int.: Roger Pretto, Sherrice Rose, Martie Louise Fanaro. Cor, 91 min. *Drama.* (01.45, Canal 1)

DOMINGO, 23

Shirley Valentine

«Shirley Valentine» (Gr.Br./EUA/1989). Real.: Lewis Gilbert. Int.: Pauline Collins, Tom Conti, Alison Steadman, Julia McKenzie. Cor, 104 min. *Comédia Dramática.* (15.30, SIC)

Porky's II - O Dia Seguinte

«Porky's II: The Next Day» (Can./1983). Real.: Bob Clark. Int.: Dan Monahan, Mark Herrier, Wyatt Knight, Roger Wilson. Cor, 95 min. *Comédia.* (21.40, SIC)

A Última Tentação de Cristo

«The Last Temptation of Christ» (EUA/Can./1988). Real.: Martin Scorsese. Int.: William Dafoe, Harvey Keitel, Paul Greco, Barbara Hershey. Cor, 157 min. *Ver Destaque.* (23.50, TV 2)

SEGUNDA, 24

Acto de Acusação

«Atto di Accusa» (It./1950). Real.: Giacomo Gentiluoomo. Int.: Marcello Mastroianni, Lea Padovani, Andrea Cecchi. P/B, 95 min. *Drama.* (14.30, SIC)

Paixão nas Ruas

«Flame in the Streets» (Gr.Br./1962). Real.: Roy Baker. Int.: John Mills, Brenda de Banzie, Sylvia Syms, Johnny Sekka. Cor, 90 min. *Drama.* (15.00, TV 2)

Os Intocáveis

«The Untouchables» (EUA/1987). Real.: Brian de Palma. Int.: Kevin Costner, Sean Connery, Robert De Niro, Andy Garcia. Cor, 115 min. *Ver Destaque.* (22.20, SIC)

Calor da Selva

«Jungle Fighter» (EUA/1988). Real.: J. D. Athens. Int.: Shanon Tweed, Adrienne Barbeau, Bill Maher, Karen Mistal. Cor, 86 min. *Comédia.* (00.55, Canal 1)

TERÇA, 25

O Herói dos Domingos

«L'Eroe Della Domenica» (It./1952). Real.: Mario Camerini. Int.: Raf Vallone, Marcello Mastroianni, Cosetta Greco, Elena Varzi. P/B, 94 min. *Comédia.* (14.30, SIC)

O General Morreu ao Amanhecer

«The General Died at Dawn» (EUA/1936). Real.: Lewis Milestone. Int.: Gary Cooper, Madeleine Carroll, Akim Tamiroff. P/B, 94 min. *Ver Destaque.* (15.00, TV 2)

Tempos Díficeis

(Port./1988). Real.: João Botelho. Int.: Henrique Viana, Eunice Muñoz, Joaquim Mendes, Julia Britton, Ruy Furtado, Isabel Ruth, Isabel de Castro. P/B, 87 min. *Ver Destaque.* (22.50, TV 2)

O Bombista Louco

«The Mad Bomber» (EUA/1972). Real.: Bert I. Gordon. Int.: Vince Edwards, Chuck Connors, Neville Brand, Faith Quabius. Cor, 88 min. *Policial.* (00.35, Canal 1)

QUARTA, 26

Liza, A Submissa

«Liza - La Cagna» (It./1971). Real.: Marco Ferreri. Int.: Marcello Mastroianni, Catherine Deneuve. Cor, 87 min. *Policial.* (14.30, SIC)

O Milagre dos Sinos

«The Miracle of the Bells» (EUA/1948). Real.: Irving Pichel. Int.: Fred McMurray, Alida Valli, Frank Sinatra, Lee J. Cobb. P/B, 114 min. *Religioso.* (15.00, TV 2)

Ases Pelos Ares

«Hot Shots!» (EUA/1991). Real.: Jim Abrahams. Int.: Charlie Sheen, Cary Elwes, Valeria Golino, Lloyd Bridges, Kevin Dunn. Cor, 85 min. *Ver Destaque.* (22.30, Quatro)

Um Rosto sem Passado

«Johnny Handsome» (EUA/1989). Real.: Walter Hill. Int.: Mickey Rourke, Ellen Barkin, Elizabeth McGovern, Morgan Freeman. Cor, 90 min. *Policial.* (22.10, Canal 1)

O Apartamento Ilícito

«The Penthouse» (Gr.Br./1967). Real.: Harry Fine. Int.: Suzy Kendall, Terence Morgan, Tony Beckley, Norman Rodway. Cor, 110 min. *Drama.* (01.10, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizada dos pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 20

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.05 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Garfield
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.30 Malha de Intrigas
15.15 Boa Tarde
16.00 Caderno Diário
16.05 Acção em Miami
17.00 Culinária
17.20 Ana Raio e Zé Trovão
18.20 Na Paz dos Anjos
18.50 Lotaria Nacional
19.05 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telegiornal
20.30 Fera Ferida
21.30 Isto Só Vídeo
22.00 Concurso 1, 2, 3
23.30 As Novas Aventuras do Super-Homem
00.25 24 Horas
01.00 Embrulhada em Família
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.05 César e Cleópatras
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Escola Paraíso
17.45 Super Juvenil
18.15 Rua Sésamo
18.45 Um, Dó, Lã, Tá
19.45 Dez Grandes Escritores
20.40 Magazine - «Artes Visuais»
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.10 Remate

Sexta, 21

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Garfield
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Prisioneira de Amor
14.25 Malha de Intrigas
15.20 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.05 Acção em Miami
17.00 Culinária
17.20 Ana Raio e Zé Trovão
18.30 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telegiornal
20.35 Fera Ferida
21.30 Desculpem Qualquer Coisinha
22.00 Pálio da Fama
23.00 Danças de Salão (Concurso)
23.30 24 Horas
24.00 Twin Peaks: Os Últimos Sete Dias de Laura Palmer
(ver «Filmes na TV»)
02.10 As Escarpas do Medo
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televidas
12.55 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Carta de Uma Desconhecida
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Escola Paraíso
17.55 Super Juvenil
18.20 Rua Sésamo
18.50 Um, Dó, Lã, Tá
19.45 Grandes Comandantes
20.35 Desenhos Animados
20.45 Histórias Que o Tempo Apagou
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal

Sábado, 22

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Parlamento
13.00 Notícias
13.10 Prisioneira do Amor
14.10 Made in Portugal
14.40 Clube Disney
16.05 Lucky Luke
17.05 Arca de Noé
17.50 Futebol
19.45 Totoloto
20.00 Telegiornal
20.40 Noite Mágica
21.40 Parabéns
23.20 Presumível Inocente
(ver «Filmes na TV»)
01.25 24 Horas
01.45 Vítimas
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Tauromaquia
12.25 O Treinador
13.00 O Rosto da Europa
14.30 Euronews
14.55 TV 2 Desporto
16.15 Para Além do Ano 2000
17.05 Aventuras de Sherlock Holmes
17.55 Os Libertadores
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Os Lugares de Colombo
20.20 Forum Musical
21.30 TV2 Jornal
21.45 Desenhos Animados
21.55 Quem Conta Um Conto
22.45 Praia da China
23.30 TV2 Desporto
24.00 De Lisboa com Amor...
00.15 Martinho Lutero

SIC

11.30 Buêrére
13.15 Portugal Radical
13.30 Cladadores Americanos
14.20 Nunca Digas Banzai
15.00 O Meu Nome em Chicago
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Lei e Ordem
18.00 Os Imortais
19.00 Muita Louco
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Partir o Côco
22.45 Walker - O Ranger do Texas
23.50 Último Jornal
00.05 Histórias de Gangsters
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

10.00 Animação
12.00 Top 25 RFM / TVI
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra-ataque
15.00 Telemotor
15.30 Queridos Inimigos
17.30 Caprichos
18.30 Morena Clara
19.30 Telegiornal
20.05 Éramos Seis
21.30 Trocado em Míúdos
22.00 A Grande Aposta
23.10 Últimas Notícias
23.30 Jornal do Mundo
00.05 Altes Nas Cidades
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 23

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Luta Livre Americana
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 86-60-86
14.30 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
15.25 Simpsons
15.55 Salão de Festas
17.25 A Grande Pirâmide
17.50 Futebol
19.45 Joker
20.00 Telegiornal
20.40 Casa Cheia
21.20 Eu Tenho Dois Amores
22.15 Com Peso e Medida
23.15 No Calor da Noite
00.05 24 Horas
00.25 Rio Diabolo
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 O Homem e a Cidade - «Viseu»
(ver «Filmes na TV»)
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.25 TV2 Desporto
17.00 Para Além do Ano 2000
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Mairget
18.40 Europa das Ilhas
19.30 Concerto de Gala do Festival de Glyndebourne (2ª parte)
20.30 Domingo Desportivo
22.00 TV2 Jornal
22.30 Artes e Letras: «A Máquina de Scorsese»
23.50 A Última Tentação de Cristo
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.30 Buêrére
11.45 Programa Infantil / Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 BBC: Vida Selvagem
14.30 No Fim do Mundo
15.30 Shirley Valentine
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Obras em Casa
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Memorial de Maria Moura
21.40 O Dia Seguinte
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Último Jornal
00.30 Insónias: «O Senhor que se Segue»
01.30 A Casa Elliott

QUATRO

09.00 Animação
11.30 Missa e Informação Religiosa
13.30 Jornal do País
14.05 Portugal Português
15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
19.30 Telegiornal
20.00 Éramos Seis
20.50 Futebol: U. Leiria - V. Guimarães
22.50 Doutores e Engenheiros
23.50 Últimas Notícias
00.05 Jornal Negócios

Segunda, 24

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Garfield
10.05 Viva a Manhã
11.30 Culinária
12.00 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.20 Malha de Intrigas
15.15 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.05 Missão Impossível
17.05 Culinária
17.25 Série
18.30 Na Paz dos Anjos
19.05 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telegiornal
20.30 Fera Ferida
21.30 Nico d' Obra
22.05 Zona + Carlos Cruz
23.30 Coisas da Vida
00.25 24 Horas
00.55 Calor da Selva
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Paixão nas Ruas
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Escola Paraíso
17.55 Super Juvenil
18.20 Rua Sésamo
18.50 Um, Dó, Lã, Tá
19.45 O Tecto do Mundo
20.40 Paletas
21.10 Desenhos Animados
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.10 Remate
22.20 Dinheiro em Caixa
22.50 Teatro: «Fé, Esperança e Caridade»
00.10 Partita

SIC

11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Olhos nos Olhos
14.30 Acto de Acusação



«A Casa Elliott», excelente série britânica, às tantas da noite na SIC...

(ver «Filmes na TV»)
16.30 Buêrére
17.25 Notícias
17.30 Os Donos da Bola
18.00 Praça Pública
18.30 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Ora Bolas, Marina
22.20 Os Intocáveis
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Magazine - «Cinema»
00.35 Insónias: «Flash Back»
01.35 A Casa Elliott

QUATRO

11.00 Novos Ventos
11.30 Moda
12.00 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telegiornal
20.00 Éramos Seis
20.30 Em Busca de...
21.45 O Jogo do Ganso
24.00 Novo Jornal
01.05 Fraser
01.35 Top 25 RFM / TVI



«Kiri Te Kanawa», a evocação de uma carreira brilhante: 6ª à noite na TV2

Terça, 25

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Garfield
10.05 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira de Amor
14.20 Malha de Intrigas
15.25 Boa Tarde
16.05 Missão Impossível
17.20 Série
18.30 Na Paz dos Anjos
19.05 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telegiornal
20.30 Fera Ferida
21.30 A Filha da Cornélia
23.00 Prova Oral
24.00 24 Horas
00.25 RTP / Finantial Times
00.35 O Bombista Louco
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 O General Morreu ao Amanhecer
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Escola Paraíso
17.40 Super Juvenil
18.10 Rua Sésamo
18.40 Um, Dó, Lã, Tá
19.35 O Golo da Jornada
19.45 Monty I
20.25 Rotações
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.20 Magazine - «Cinema»
22.50 Tempos Difíceis
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Partita

SIC

11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Olhos nos Olhos
14.30 O Herói dos Domingos
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Buêrére
17.25 Notícias
17.30 Os Donos da Bola
18.00 Praça Pública
18.30 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.50 Cenas de Um Casamento
22.30 Destino X
23.55 Último Jornal
00.10 Insónias - «A Noite da Má Língua»
01.10 Sim, Sr. Ministro + Sim, Sr. Presidente

QUATRO

11.00 Lumen 2000
11.30 Moda
12.00 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telegiornal
20.00 Éramos Seis
20.45 MacGyver
21.55 Queridos Inimigos
23.40 Novo Jornal
00.40 Fora de Jogo
01.00 Top 25 RFM / TVI

Quarta, 26

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Garfield
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
12.00 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira de Amor
14.20 Malha de Intrigas
15.15 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.05 Acção em Miami
17.05 Culinária
17.20 Série
18.30 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telegiornal
20.30 Fera Ferida
21.30 S6 Riso
22.00 Vamos Jogar no Totobola
22.10 Um Rosto Sem Passado
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Kung Fu: A Lenda Continua
00.40 24 Horas
01.10 O Apartamento Ilícito
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

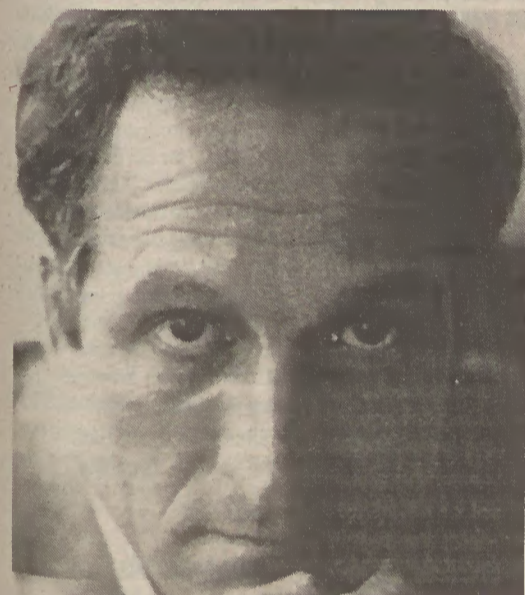
12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Universidade Aberta
15.00 O Milagre dos Sinos
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Escola Paraíso
17.45 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Lã, Tá
19.35 O Golo da Jornada
19.45 A Descoberta dos Metais
20.45 Magazine - «Saúde»
21.10 Desenhos Animados
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.20 A Volta do Mundo
22.50 Rock Rendez-Vous
23.40 Geração em Ruptura
00.30 Partita

SIC

11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Olhos nos Olhos
14.30 Liza, a Submissa
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Buêrére
17.25 Notícias
17.30 Os Donos da Bola
18.00 Praça Pública
18.30 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.45 All You Need Is Love
22.50 Miss Europa
24.00 Último Jornal
00.05 Insónias - «Internacional Sic»
01.15 Sim, Sr. Ministro + Sim, Sr. Presidente

QUATRO

11.00 Ótavo Dia
11.30 Moda
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telegiornal
20.00 Éramos Seis
20.45 Futebol: Newcastle-Manchester United
22.30 Ases pelos Ares
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Novo Jornal
01.10 Fora de Jogo



Daniel J. Travanti, ex-«Balada de Hill Street», é agora o herói de «Em Busca de...», à 2ª na TVI

22.20 Maria João e Mário Laginha no CCB
23.25 Reportagem
00.15 Ginger e Fred
(ver «Filmes na TV»)
02.20 Partita

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Olhos nos Olhos
14.30 O Direito à Liberdade
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Buêrére
17.25 Notícias
17.30 Donos da Bola
18.00 Praça Pública
18.30 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Minas e Armadilhas
22.45 Casos de Polícia
23.50 Último Jornal
00.05 Insónias: «Tostões e Milhões»
01.00 A Casa Elliott

QUATRO

11.00 Lumen 2000
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 Flintstones
17.00 Alf
17.30 Caprichos
18.30 Morena Clara
19.30 Telegiornal
20.05 A Menina Prodigio
20.30 Projecto Viper
21.30 Quem Casa Quer Casa
22.30 Picket Fences
23.30 Novo Jornal
01.10 Fora de Jogo

22.00 Acontece
22.10 Remate
22.20 Bâton no Colarinho
23.20 Musical - Kiri Te Kanawa
00.10 O Sacrifício
(ver «Filmes na TV»)
02.30 Partita

SIC

11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Olhos nos Olhos
14.30 O Caçador de Bruxas
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Buêrére
17.25 Notícias
17.30 Os Donos da Bola
18.00 Praça Pública
18.30 Sonho Meu
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite + 7 à Sexta
21.20 A Viagem
22.20 Chuva de Estrelas
23.35 Último Jornal
23.50 Playboy
00.50 O Horrível Segredo do Dr. Hitchcock
(ver «Filmes na TV»)

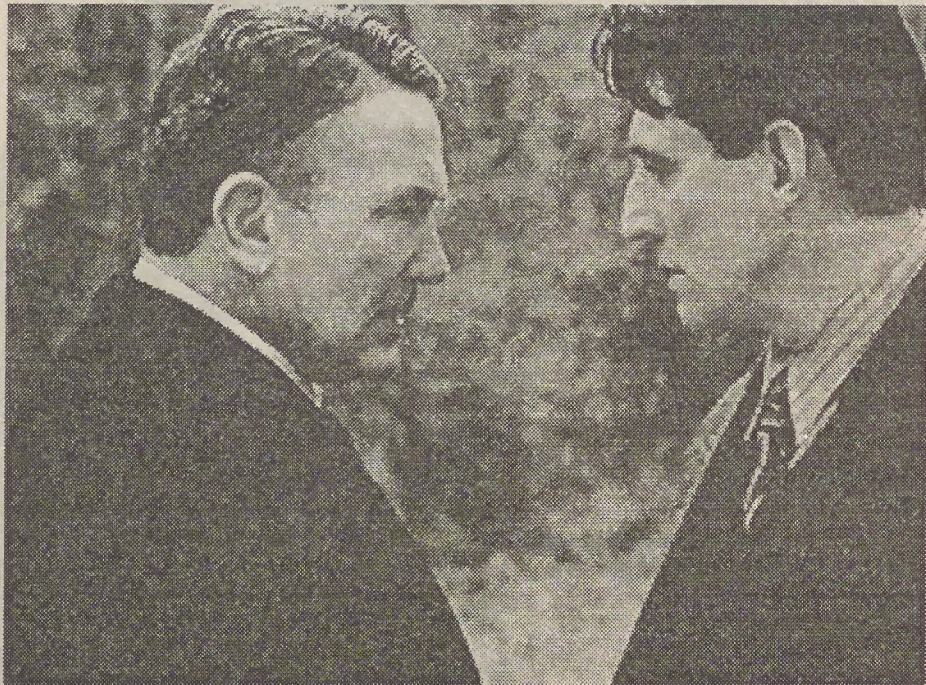
QUATRO

11.00 Lumen
11.30 Moda
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 Flintstones
16.45 Alf
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telegiornal
20.00 Feita à Medida
20.30 MacGyver
21.30 Heróis por Conta Própria
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Novo Jornal
01.40 Fora de Jogo



Espectáculo de Maria João e Mário Laginha no CCB: 5ª à noite na TV2

Por isto e por aquilo...



Albert Finney e Gabriel Byrne, em «Histórias de Gangsters», dos irmãos Cohen



Um fotograma de «Os Intocáveis», de Brian de Palma

O Direito à Liberdade (Quinta, 14.30, SIC)

Espelhando o profundo agravamento das condições sociais na Inglaterra dos anos Thatcher, *O Direito à Liberdade* é um filme com um argumento baseado em factos reais que se debruça sobre o caso de uma encarregada de uma *boutique* que, vítima de assédio sexual, leva o caso aos tribunais e é injustamente despedida em consequência da sua acção. Um drama forte, excelentemente interpretado por Glenda Jackson.

Ginger e Fred (Quinta, 00.15, TV 2)

Um antigo e medíocre par de artistas de variedades encontra-se após uma separação de vinte anos durante um grande espectáculo de Natal na televisão no qual retomam o seu antigo número de sapateado à imagem de **Ginger Rogers** e **Fred Astaire**. É assim, aparentemente simples, a descrição superficial do argumento deste filme de mestre **Fellini**. Mas o grande cineasta aproveita esta história para desancar impiedosamente a televisão dos nossos dias, o carácter efémero e destruidor das suas imagens, dos seus sons, das suas palavras, e a obscena alienação que quotidianamente provoca. Com duas soberbas interpretações de **Giulietta Massina** e **Marcello Mastroianni**, um filme a não perder.

Carta de Uma Desconhecida (Sexta, 15.00, TV 2)

Estamos em Viena, em meados do séc. XIX. Um pianista seduz uma jovem adolescente e esquece-a rapidamente. Anos mais tarde, é o reencontro e uma nova tentativa de sedução. Nascera entretanto um filho e inventara-se um casamento de conveniência. E tudo acaba num duelo entre o sedutor pianista e o novo marido. Uma história com ressonâncias de *melodrama*, com argumento baseado no romance *Brief Einer Unbekannten* de **Stephan Zweig**, mas esplendorosamente filmado em Hollywood por um dos maiores cineastas da mulher - **Max Ophuls**. Apesar do escandaloso horário, mais um filme a não perder.

O Sacrifício (Sexta, 00.10, TV 2)

«Este filme é uma parábola. Cada episódio pode ser interpretado de diferentes maneiras» - afirmou **Andrej Tarkovsky** a propósito deste seu último filme rodado na Suécia. Uma obra angustiante, como é timbre do cineasta, e que se debruça sobre os perigos de uma catástrofe nuclear, brilhantemente fotografada pelo director de fotografia de **Bergman** - **Sven Nykvist** - e, em última análise, constituindo também uma comovente homenagem ao grande mestre sueco.

Presumível Inocente (Sábado, 23.20, Canal 1)

Com argumento adaptado a partir de um romance escrito pelo advogado **Scott Turow**, que constituiu um *best-seller* nos EUA, este filme é uma denúncia do sistema judicial americano, à corrupção que nele campeia e aos protagonistas que lhe dão cara. Tudo a propósito de um caso criminal em que um advogado de acusação investiga o assassinato de uma colega, com quem tinha tido uma relação amorosa, acabando ele próprio por ser acusado do mesmo crime. Um filme cujas pistas são imediatamente sugeridas ao espectador, na voz *off* e insegura de **Harrison Ford** durante as suas reflexões acerca das contradições da profissão, sobre imagens de um tribunal vazio. Uma adaptação sólida, num filme que é eficazmente dirigido por **Alan Pakula** e tem, em **Harrison Ford**, um intérprete à altura.

Histórias de Gangsters

(Sábado, 00.05, SIC)

Um dos mais fabulosos filmes negros dos últimos tempos, saído do talento dos irmãos

Cohen. Um par de excelentes intérpretes, a servir uma nova visão do clássico filme de *gangsters*. E um intenso e violento espectáculo de construção cinematográfica, atravessado por cenas de impressionante mortandade, mas também derivando para alguns imperceptíveis, mas inexecíveis, subtis momentos - como é, entre tantos outros, o da montagem comandada pelo olhar (um achado!) da cena com o miúdo, o cão, o *gangster* e o capachinho...

rânea, simbolizada na busca errante desta criança e do seu pai atrás de uma identidade perdida em 45.

A Última Tentação de Cristo (Domingo, 23.50, TV 2)

Afrontando deliberadamente todas as convenções estabelecidas acerca da vida de Cristo e seus próximos - e adoptando uma linguagem por vezes fortemente *comum* e alheia a todos os *cânones* vigentes - esta obra, adaptada do

romance de **Nikos Kazantzakis**, provocou enorme escândalo aquando da sua estreia e, passado esse intenso período de contestação, acabou por cair de certo modo no esquecimento. O que (independentemente do ridículo das fricções e do falatório que provocatoriamente suscitou) talvez não seja demasiado injusto, já que se trata de uma das obras menos interessantes e entusiasmantes de um grande cineasta - **Scorcese** - que, com o mesmo argumentista **Paul Schrader**, já nos deu filmes impressionantes e inesquecíveis como *Taxi Driver* ou *O Toiro Enraivecido*.

Os Intocáveis

(Segunda, 22.20, SIC)

Filme de *gangsters*, inspirado numa famosa e clássica série de televisão, foi realizado com desenvoltura por **Brian de Palma** e vem habitado por um punhado de notáveis intérpretes a recriarem pela enésima vez os mesmos papéis e os mesmos tiques. Mas tudo apresenta a singular diferença de o argumento e os diálogos terem sido escritos por um brilhante argu-

mentista e também realizador, ultimamente com presença frequente no *televisor*, **David Mamet**. Um filme que estimula a nossa imaginação de um passado, o que é tanto mais curioso quanto muito do que nos é mostrado nos surge como inteiramente inverosímil e absurdo! Como a *música-disco*, na banda sonora de **Morriconi**, em plenos anos trinta!

O General Morreu ao Amanhecer (Terça, 15.00, TV 2)

Um mercenário toma partido na luta dos camponeses chineses contra o senhor da guerra. Aqui está uma forma possível de resumir um célebre filme de aventuras, espantosamente interpretado por um **Gary Cooper**, em grande forma, enfrentando um **Akim Tamiroff**, mais tenebroso do que nunca. E que dizer de **Madeleine Carroll**, no papel de espia?! Mais outro a não perder.

Tempos Difíceis (Terça, 22.50, TV 2)

Terceiro filme da excelente carreira de **João Botelho**, *Tempos Difíceis* é uma adaptação do romance homónimo de **Charles Dickens**, embora a acção se situe, claramente, no universo português, um mundo industrializado dos subúrbios, deprimente, caótico, povoado de personagens que, atravessando as tonalidades da tragédia e da farsa, pretendem retratar a nossa contemporaneidade. Um filme demasiado vazio de esperança, como é tónica geral do cinema português actual, mas inegavelmente realizado com o brilho técnico e a desenvoltura formal a que o cineasta nos habituou.

Ases Pelos Ares (Quarta, 22.30, Quatro)

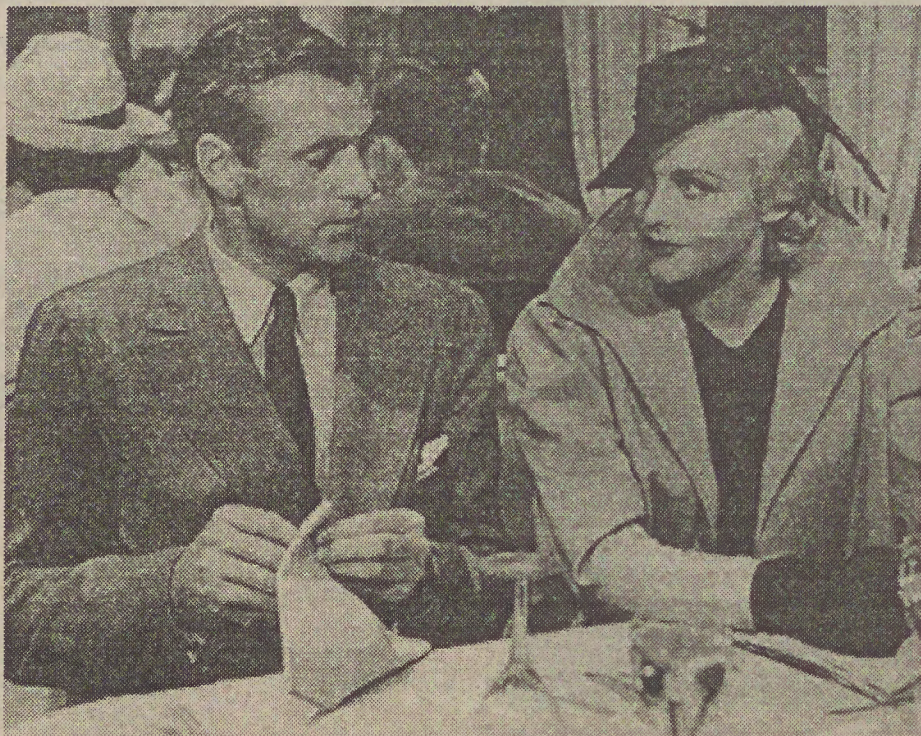
Não é estreia, mas trata-se de uma comédia que goza à farta com um grande «éxito» já transmitido nas nossas televisões - o reaccionário *Top Gun-Asas Indomáveis* - sem esquecer umas «bicadas» em *Danças com Lobos* e *Nove Semanas e Meia*... Claro que tudo se fica a dever a **Jim Abrahams**, esse realizador louco que, juntamente com os irmãos **Jerry** e **David Zucker**, «abandou» por completo o filme de *espionagem* e o filme-catástrofe. Aqui, o móbil das cruéis ferroadas é a Guerra do Golfo! Face às novas arremetidas, talvez valha a pena voltar a ver...



William Dafoe, no papel de Cristo, em «A Última Tentação...», de Martin Scorcese

Alice nas Cidades (Sábado, 00.05, Quatro)

Este filme notável e hipnótico de **Wim Wenders**, que nos conta através do percurso de uma criança de nove anos uma história de encontros e desencontros, ao mesmo tempo que é mais uma peça do fascínio do cineasta pelo cinema americano, encerra uma reflexão sobre a juventude alemã contempo-



Gary Cooper e Madeleine Carroll, em «O General Morreu ao Amanhecer», de Lewis Milestone

■ Correia
da Fonseca

O regresso da velha senhora

Há uns já largos anos atrás, ainda era frequente a ingenuidade de esperar que a Televisão, maravilha técnica então ainda recém-chegada ao quotidiano europeu, podia vir a constituir um instrumento porventura decisivo para a democratização de uma cultura que, ainda de contornos mal definidos e que se pressentia vir a ser diferente da tradicional, não se constituiria contudo em assassina da aquisição cultural através dos textos escritos. Por imprevidência, sem dúvida, ainda mal se entrevia que a TV em regime capitalista tinha, como diz o fado, o seu destino marcado: tornar-se chorudo negócio transnacional não apenas financeiro mas também, e de um modo muito mais determinante, político. E que esta vocação desgraçada e desgraçante haveria de passar pelo crescente esmagamento daquilo que uma expressão tornada clássica designou por Galáxia Gutenberg.

Era o tempo em que mesmo a RTP do fascismo se sentia obrigada a transmitir em horário nobre, no único canal então existente, uma rubrica literária confiada a David Mourão-Ferreira (que, des resto, como já aqui se registou, havia de denunciar publicamente a ineficácia culturalizante desses ilhéus positivos mergulhados, em meio adverso). Não o fazia, é claro, por amor à cultura em geral e à literatura em particular, mas sim porque seria demasiado escandalosa uma completa omissão nessa área em confronto com o que ocorria por essa Europa fora. Apesar de tudo, admitia-se geralmente a possibilidade de uma coexistência pacífica do audiovisual e da cultura textual. Só os desenvolvimentos ulteriores viriam ensinar-nos essa coabitação, como hoje se lhe chamaria, era apenas uma espécie de pré-história da telecretinização que havia de encontrar o seu pleno com o advento da TV privada, isto é, com a posse da TV por grandes grupos financeiros possuídos não apenas pelo furor da máxima rendabilização mas também pelo velho e instintivo ódio dos segmentos sociais dominantes por tudo quanto lhes pareça estimular nos povos a curiosidade intelectual e o entendimento da vida. E, como bem se perceberá, não estou a falar apenas e estritamente da Televisão portuguesa, de resto conhecidamente tributária das importações maciças adquiridas ao patrão americano quer em matéria de programas quer, de um modo mais geral, quanto a figurinos e modelos.

Técnicas alternativas

Foi neste quadro que se veio assistindo à crescente exterminação de rubricas estimuladoras da inteligência e do conhecimento minimamente organizado, sobretudo nos canais e horários de maior audiência mas não apenas neles. O alibi é conhecido e já foi repetidamente desmascarado: a suposta democraticidade de uma total sujeição à procura de uma audiência previamente castrada de estímulos ao bom gosto, longamente alimentada por uma teledieta analfabetizante. Acontece, porém, que mesmo o mais impudico dos vícios se sente obrigado a pagar algum tributo à virtude, como se diria parafraseando a conhecida frase de Wilde, e, por isso, as TV's se viram obrigadas a conservar uma simbólica vertente cultural, embora em regra relegada para horas desertas e exilada para ghettos. Isto, naturalmente, de uma forma mais marca-

da nas emissoras estatais, compelidas a cumprirem com maior ou menor sinceridade, maior ou menor hipocrisia, tarefas de utilidade pública incompatíveis com uma intervenção exclusivamente estuprificadora dos povos, por muito que tanto lhes apeteça.

No caso português, sabe-se o que aconteceu: os dois canais privados, mesmo o de proclamada inspiração cristã, ignoram sistematicamente as necessidades nacionais em matéria de culturalização, mas a inevitabilidade de guardar conveniências e de respeitar ao menos um pouco o quadro legal e regulamentar que condiciona a Televisão em Portugal obrigaram a que a RTP e o Estado assinassem um contrato com salvaguardas para uma ação cultural da TV pública. Os primeiros meses subsequentes foram do escandaloso incumprimento, seguindo-se-lhe agora um aparente acatamento dos compromissos assumidos. No canal de menoríssima audiência, bem se sabe. O obscurantismo militante, quando não pode puxar do revólver, como ensinava o velho mestre, socorre-se das técnicas mais silenciosas do atabafamento.

O estatuto VIP

No âmbito desta mínima regeneração da RTP imposta, aliás, também por decisão judicial, surgiu agora uma rubrica que

importa não ignorar, até pelo seu significado quase simbólico. Convidado para uma das suas emissões iniciais, Fernando Dacosta, escritor e jornalista, disse da sua vontade de brindar com champanhe «o regresso da escrita à Televisão portuguesa». Tinha razão, sobretudo porque quando se saúda o regresso da escrita celebra-se também, em substancial medida, o regresso ao gosto por pensar e por ler, como explicitamente referiu Rita Ferro na emissão do passado sábado. Como todos já decerto perceberam, estou a falar de «Quem Conta um Conto», rubrica de Mário Zambujal e de Grego Esteves estreada há umas três semanas, transmitida à hora em que a SIC nos impinge essa coisa ultrajante intitulada «Partir o Coco», a TVI nos entretém com mais um concurso traduzido de Espanha e a RTP 1 lança mais uma edição do «Parabens».

É claro que «Quem Conta um Conto» não autoriza optimismos excessivos, nem mesmo nenhuns, acerca de uma sonhada reconversão da TV estatal ou de parte significativa do seu público aos valores de que a escrita é simultaneamente veículo e agente estimulador. Mas os homens não vivem apenas de oxigénio, pão e vinho, vivem também de símbolos e de sinais. Acontece que, calcule-se!, «Quem Conta um Conto» é um concurso, como é agora moda nas Televisões, mas concurso cujos prémios não são automóveis, nem computadores, nem câmaras de vídeo, nem

viagens a Cancun, nem electrodomésticos, mas sim livros! Quer dizer: súbita e inesperadamente, os livros promovidos na RTP à condição de bens valiosos, equiparáveis em estatuto aos prémios que povoam o universo das grandes cobichas. Dir-se-á talvez que esta audácia consubstancia uma estratégia primária por parte de quem queira empenhar-se num esforço de promoção da escrita e da leitura. Direi que, ainda assim, me sinto reconfortado com esta surpresa.

Lembrança de Truffaut

Ninguém se espantará por se assinalar o que é óbvio: «Quem Conta um Conto» está longe da perfeição, porventura ainda mais da eficácia, e os defeitos de que vem crivada vão desde a pobreza da produção até à fragilidade da avaliação das provas (destacando-se até agora a incontinência verbal de Rita Ferro, talvez indiciando algumas melhoras na emissão mais recente). Mas quase estou tentado a dizer que pouco me importo com isso. Que tudo me parece pequeno preço para o gosto de ver regressar à RTP, mesmo no canal menor, essa velha senhora da cultura ocidental que é a escrita, responsável ou co-responsável por quase todos os tesouros conquistados ao longo de séculos (até pelas maravilhas audiovisuais e electrónicas que encantam hoje os que não têm o hábito ou o gosto de ler), arma decisiva em muitas lutas libertadoras. Não porque acredite em miraculosas reviravoltas operadas a partir de minúsculas sementinhas. Talvez antes porque, embora toscamente, «Quem Conta um Conto» me tenha lembrado o «Fahrenheit 451» de Truffaut/Bradbury e a sua amargura apesar de tudo tocada de uma obstinada esperança.



de FOICE

Fim-de-semana alucinante

Na amena e pacata tarde de sábado, a caravana da unidade encheu os acessos à Ponte 25 de Abril, bloqueou a praça da portagem, entupiu o 'garrafão', congestionou o tabuleiro da ponte, engarrafou as entradas em Lisboa. Caiu a noite e a mesmíssima caravana, agora em sentido contrário, gerou confusão de trânsito no Terreiro do Paço e no Marquês de Pombal, empancou as entradas e saídas de Lisboa, provocou o caos em Alcântara e animou a 24 de Julho muito antes da normal abertura dos bares. A fazer fé num testemunho de um coronel da GNR, citado por um matutino, "isto comparado com o trânsito de um jogo de futebol não é nada".

A acreditar numa qualquer distrital do PSD, a "esquerda alegre" promoveu no sábado "um folclore barato". Segundo o ministro Ferreira do Amaral, não aconteceu nada digno de registo.

De acordo com a "Associação Cívica dos Utilizadores da Ponte", o que é preciso é evitar "todas as formas de radicalização" e, sobretudo, "o aproveitamento político-partidário do protesto", como se pode ler num fax enviado muito apartidariamente da sede do PSD-Seixal. Finalmente, para António Guterres, sábado foi o dia de "prevenir o Governo" de que deve abolir a portagem de Alverca, o que em nada se deve confundir com a acção da caravana da unidade, pois, como fez questão de salientar, a quem cabe fazer protestos é aos cidadãos e não aos partidos, que a estes reserva o dirigente do PS o papel de "apresentar soluções".

Com um sábado tão pacato como este, não é de estranhar que Cavaco Silva tenha aproveitado o domingo para ir até à Figueira da Foz fazer mais uma profissão de fé e recarregar as baterias do "destino" que há quase uma década ali o catapultou, por puro acaso, para a direcção dos supremos destinos da Nação.

Garantindo que nunca cavalgará "a arma da demagogia", Cavaco Silva reafirmou na Figueira a sua firme disposição de "ignorar os interesses pessoais e do partido em defesa de Portugal".

O cenário não podia ser mais adequado: o Congresso dos Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), onde Arménio Santos, dirigente da UGT, recém reeleito presidente dos TSD, se desdobrava em ataques à CGTP, a Guterres, a Belém, que tudo fizeram para "sabotar a concertação social".

Mais discreto, Cavaco Silva não nomeou ninguém, prova provada de que não confunde interesses político-partidários com interesses nacionais. Ficou-se pelo "nós" e os "outros", pelos "praticantes do diálogo" e os "hipócritas do diálogo", pelos "sinceros" e pelos "demagogos". Assim se explica, de resto, a sua pouco enigmática afirmação de que "a demagogia, que em Portugal não tem limites, tem um rosto, e vocês sabem muito bem quem é o rosto da demagogia em Portugal". Como ninguém pediu esclarecimentos, é de concluir que no PSD todos se conhecem.

Menos sorte tiveram os participantes na caravana da unidade, que por mais voltas que dessem à cabeça não conseguiram identificar o fanático da câmara de filmar que, estrategicamente colocado junto às portagens e à sombra protectora dos agentes da autoridade, colheu imagens a torto e a direito. Ao contrário da "demagogia", o homem das filmagens tem rosto, mas não tem nome, o que como se sabe complica sempre as coisas. Para não cair em tentações político-partidárias, um grupo de utentes da Ponte 25 de Abril decidiu solicitar a ajuda do PSD-Seixal para esclarecer o mistério.

■ AF

Carlos Carvalhas
na abertura da sessão legislativa

Clarificação de posições para um quadro transparente

O que agora se conhece sobre as contas públicas de 1991 faz prever o que marcaria umas eleições conduzidas pelo Governo do PSD - alerta o secretário-geral do PCP

Ao intervir ontem na sessão solene de abertura do ano parlamentar, Carlos Carvalhas analisou a situação política actual e explicou as propostas dos comunistas.

Publicamos alguns excertos do discurso do secretário-geral do Partido, que começou por recordar que «a abertura desta sessão legislativa verifica-se depois da sistemática recusa, por parte da arrogante maioria absoluta do PSD, da convocação do Plenário da Assembleia da República para apreciar os acontecimentos resultantes do amplo movimento de contestação contra o aumento e a portagem na Ponte 25 de Abril e debater as correspondentes iniciativas legislativas do PCP e de outros partidos da oposição».

Afirmando que «o que preocupa o Governo não é a resposta e a efectiva resolução dos problemas dos trabalhadores e do País, mas que pareça que está a resolvê-los», o dirigente comunista levou à AR os grandes problemas que marcam o actual momento, sublinhando que «esta é uma situação intolerável e inaceitável».

Que esperar deste Governo?

O PCP considera que «é necessário e urgente dar resposta às graves carências e agudos problemas dos cidadãos, às suas insatisfações e inquietações e a naturais expectativas de uma vida melhor, mais segura e mais tranquila».

«Mas» - questionou Carlos Carvalhas - «que respostas se podem esperar de um Governo que, em vez de resolver os problemas, antes os agrava? De um Governo que transforma, por exemplo, a abertura do ano lectivo numa operação de marketing político e de um primeiro-ministro que fala na "escola de sucesso" e que depois, face ao encerramento de escolas por falta de pessoal auxiliar, já não dá a cara aos holofotes, às fotografias e às televisões? De um Governo que responde aos utentes da Ponte 25 de Abril, não com o diálogo e a procura de soluções, mas com a ridícula "insurreição das fotocópias", com a repressão e a intimidação e com a sobrançeria do "quero, posso e mando"?»

«O recurso à política-espectáculo, à repressão e à intimidação não é prova de força e de segurança, mas de medo e de fraqueza» - realçou o secretário-geral do PCP, acusando o PSD de querer «poder continuar a utilizar

o Orçamento e o aparelho do Estado como estruturas eleitorais». E, por isso, «tem medo que as eleições tenham lugar com um outro Governo, isento, que as realize com igualdade de oportunidades».

O PCP entende que, «seja para que as instituições funcionem regularmente, seja para dar resposta aos graves e prementes problemas da hora presente, seja para enfrentar com êxito os exigentes e difíceis desafios que estão colocados ao País, é imperioso que o Governo do PSD não continue a sua obra de destruição e de desfiguração do regime democrático».

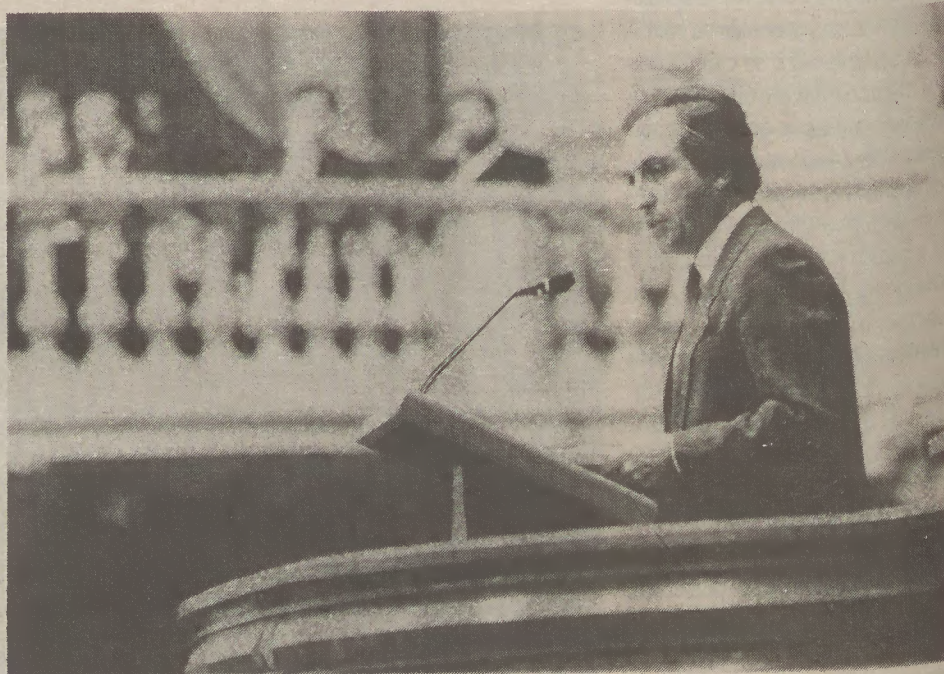
mam que "o País está farto de uma maioria absoluta que, como o poder absoluto, corrompe absolutamente", que até apresentam uma moção de censura cujo sentido institucional é inequivocamente a demissão do Governo, não podem continuar a refugiar-se na ambiguidade e no populismo. Ou então, ter-se-ia de concluir que a apresentação da moção de censura só tem lugar porque de antemão se sabe que esta vai ser derrotada...»

«O grave quadro económico, social e institucional em que o País se encontra exige a clarificação de posições, para que todos sem excepção tenham um

«esta é a questão central que se coloca no início da actividade parlamentar».

O PCP tudo fará...

A concluir a sua intervenção, Carlos Carvalhas falou sobre as grandes linhas que pautarão a actividade dos comunistas na AR: «Participaremos nos trabalhos da Assembleia da República com o empenhamento na busca de soluções que sirvam os interesses do povo e do País, e tudo fazendo para que a política do Governo seja interrompida o mais depressa possível.



«Por isso» - sublinhou Carlos Carvalhas - «aqueles que dizem que o País está a ser "gangrenado" e que está "bloqueado" não podem continuar a defender que o PSD deve governar até 1995, nem podem continuar com uma revisão constitucional estendendo a mão a um partido que dizem combater. É uma contradição dizer-se que se quer o melhor para o País, que se quer evitar mais sofrimentos, e, ao mesmo tempo, afirmar-se que este deve continuar a ser gangrenado por mais um ano.»

«E também aqueles que afir-

quadro transparente, para que se dê a palavra ao povo e para que se poupe o País a umas eleições conduzidas por um Governo que controla e manipula órgãos de comunicação social e que, tal como mostra o recente relatório do Tribunal de Contas sobre a execução orçamental de 1991 (ano de eleições), as marcará pelo "eleitoralismo nas obras públicas", "subsídios sem fiscalização", "movimentação de contas constituídas em nome de particulares", etc., etc.» - afirmou o dirigente comunista, para quem

«Combateremos a política de direita e todos os atentados à democracia política, social, económica e cultural, que continua inscrita na Constituição da República.

«Não aceitamos a subalternização e governamentalização da AR. Valorizamos a intervenção na Assembleia, tanto quanto valorizamos a intervenção junto dos trabalhadores e do povo em geral, e as acções de luta e resistência que estes travam no uso das suas liberdades e direitos constitucionalmente garantidos.»

Secretário-geral do PCP visita Espanha e França

Nos dias 25 e 26 de Outubro, Carlos Carvalhas visita Espanha e França, a convite, respectivamente, do Partido Comunista de Espanha e do Partido Comunista Francês. Estão previstos encontros com Júlio Anguita, secretário-geral do PCE, e Robert Hue, secretário nacional do PCF. Esta deslocação realiza-se no quadro das

relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e os partidos referidos.

No início de Novembro, está também prevista uma visita do secretário-geral do PCP a Itália e à Grécia, a convite do Partido da Refundação Comunista e do Partido Comunista da Grécia.

